



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO ACADÊMICO EM PSICOLOGIA

GISELY ROBERTA GOMES SILVA

SENTIDOS DA POBREZA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A ATENÇÃO
SOCIOASSISTENCIAL DE UM CRAS RURAL DO INTERIOR DO CEARÁ

FORTALEZA

2017

GISELY ROBERTA GOMES SILVA

SENTIDOS DA POBREZA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A ATENÇÃO
SOCIOASSISTENCIAL DE UM CRAS RURAL DO INTERIOR DO CEARÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Psicologia. Área de concentração: Processos psicossociais e vulnerabilidades psicossociais.

Orientadora: Profa. Dra. Verônica Morais Ximenes.

FORTALEZA

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S58s Silva, Gisely Roberta Gomes.
Sentidos da Pobreza e suas implicações para a Atenção Socioassistencial de um CRAS Rural do interior do Ceará / Gisely Roberta Gomes Silva. – 2017.
125 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2017.
Orientação: Profa. Dra. Verônica Moraes Ximenes.

1. Sentidos. 2. Pobreza. 3. CRASRural. 4. Psicologia. I. Título.

CDD 150

GISELY ROBERTA GOMES SILVA

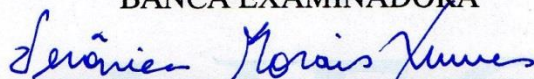
SENTIDOS DA POBREZA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A ATENÇÃO
SOCIOASSISTENCIAL DE UM CRAS RURAL DO INTERIOR DO CEARÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Psicologia. Área de concentração: Processos psicossociais e vulnerabilidades psicossociais.

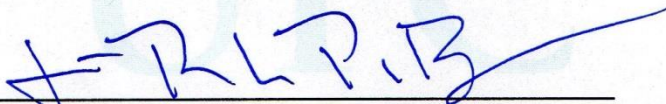
Orientadora: Profa. Dra. Verônica Morais Ximenes.

Aprovação: 29 / 05 / 2017

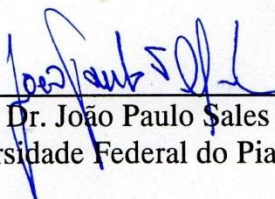
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Verônica Morais Ximenes
Universidade Federal do Ceará (UFC)



Prof. Dr. João Paulo Pereira Barros
Universidade Federal do Ceará (UFC)



Prof. Dr. João Paulo Sales Macedo
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Às usuárias e usuários da
Assistência Social brasileira.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Maria e José Roberto.

Aos meus irmãos Rômulo, Ramon e Gabriel.

Aos meus avós, Maria da Conceição Gomes, Maria Gonçalves e Antônio Lisboa Gomes.

Aos meus tios Rubens e Manuela Gomes.

À minha orientadora Verônica Ximenes por acreditar e contribuir para a realização desse sonho de vida.

A João Paulo Barros por contribuir de forma humana e solícita para a realização desta pesquisa.

A João Paulo Macedo por colaborar com meu percurso profissional desde a graduação.

Aos nuconianos: Gabi, Júlia, Natália, Davi, Bibiana, Thais, Francesca, Janaína, Marília, Cadu, Bárbara, Wesley, Belén, Márcia, Alexsandra, James e Lilian.

À Elívia Cidade por todo o apoio.

À Aparecida Estanislau por todo o afeto e cuidado.

À Hellen Landim por toda a amizade sincera e cuidadosa.

Às psicólogas Érika Maracaba e Helandra Lobo pelo suporte.

Aos meus amigos distantes, porém, sempre presentes: Paulo Vinícius, Leide Araújo, Dulcilene Passos, Cassiana Vital, Jaqueline Rocha, Leandro Velez, Rafaela Cardoso e Joseane Matos.

À Catarina Matos por acolher-me em Pentecoste quando iniciei a pesquisa de campo.

Às trabalhadoras do CRAS Rural de Pentecoste.

À FUNCAP pelo incentivo financeiro na realização desta pesquisa.

Obrigada.

RESUMO

O modo de produção capitalista produziu trabalhadores excedentes, provocou lutas entre classes e a consequente gênese da questão social, sendo a pobreza da classe trabalhadora uma das expressões desta. A pobreza é uma categoria multidimensional que se manifesta tanto em meio urbano, quanto rural e refere-se à desigual distribuição da riqueza socialmente produzida. No Brasil, a gestão da pobreza deu-se ao longo da história econômica e social do país, inicialmente, por ações filantrópicas e caridosas, posteriormente, e ainda com luta e resistência, por ações pautadas pela lógica do Estado de Direito, a partir de 1988, em especial no tocante à inserção da Seguridade Social no texto constitucional. No Estado de Direito, mulheres e homens têm deveres e direitos iguais relativos ao trabalho, à saúde, à educação, à justiça, à assistência social, dentre outros. A Assistência Social é um dos pilares da Seguridade Social. É política social para o combate à pobreza e destina-se a sujeitos em situação de risco e vulnerabilidade social e tem o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), presente em contextos urbanos e rurais, enquanto porta de entrada dos usuários para os programas, projetos e serviços da Política Nacional de Assistência Social. A partir do modo de produção capitalista, cada vez mais trabalhadores se tornarão usuários da Assistência Social. Os trabalhadores da Assistência Social estão na ponta dos serviços socioassistenciais e constroem sentidos acerca da realidade social dos usuários e usuárias que atendem, e, igualmente, sobre suas práticas profissionais. Diante disso, este estudo se questiona como os sentidos da pobreza construídos por trabalhadores da atenção socioassistencial podem implicar no atendimento despendido aos usuários. A partir da metodologia qualitativa o objetivo geral desta pesquisa foi ‘analisar as implicações dos sentidos da pobreza construídos por trabalhadoras do CRAS rural para a atenção socioassistencial aos usuários. A pesquisa foi desenvolvida no CRAS Rural José Valdir Aguiar no município de Pentecoste, interior do Ceará, entre os meses de fevereiro a setembro de 2016, a partir de observação participante, registro em diário de campo, entrevistas semiestruturadas e da realização de grupos focais com trabalhadoras e usuárias do CRAS rural. Para análise dos dados advindos das entrevistas e grupos focais foi utilizada a Rede de Significações (RedSig) com o auxílio do *software* Atlas TI versão 5.2. Os sentidos da pobreza construídos pelas participantes são dinâmicos e ora se apresentam a partir de uma perspectiva unidimensional, sem ligações com a realidade socioeconômica que a fomenta, ora se apresentam a partir de uma visão multidimensional, considerando que o acesso precário a direitos também constitui a vida em condições de pobreza. A partir desses sentidos construídos, as práticas profissionais sofrem implicações,

sejam para a ratificação da subalternidade ou para a concepção dos usuários da Assistência Social enquanto sujeitos de direitos. Estima-se que esta pesquisa contribua para a produção do conhecimento no âmbito da Política de Assistência Social, bem como para a problematização da atuação profissional, em especial, em contextos rurais. Agradecimentos à FUNCAP.

Palavras-chave: Sentidos. Pobreza. CRASRural. Psicologia

ABSTRACT

The capitalist mode of production produced surplus workers, provoked struggles between classes and the consequent genesis of the social question, with working-class poverty being one of its expressions. Poverty is a multidimensional category that manifests itself both in urban and rural environments and refers to the unequal distribution of socially produced wealth. In Brazil, poverty management took place throughout the economic and social history of the country, initially, through philanthropic and charitable actions, later, and still with struggle and resistance, for actions based on the rule of law, starting from 1988, in particular regarding the insertion of Social Security in the constitutional text. In the Rule of Law, women and men have equal rights and duties in relation to work, health, education, justice, social assistance, among others. Social Assistance is one of the pillars of Social Security. It is a social policy for the fight against poverty and is aimed at subjects at risk and social vulnerability and has the Reference Center for Social Assistance (CRAS), present in urban and rural contexts, as a gateway for users to programs, projects and services of the National Policy of Social Assistance. From the capitalist mode of production, more and more workers will become users of Social Assistance. The Social Assistance workers are at the tip of social assistance services and construct meanings about the social reality of the users that they attend, and also about their professional practices. Given this, this study questions how the meanings of poverty built by workers of socio-assistance care can imply in the care expended to users. From the qualitative methodology, the general objective of this research was 'to analyze the implications of the meanings of poverty built by rural CRAS workers for socioassistential attention to users. The research was conducted in rural CRAS Jose Valdir Aguiar in the town of Pentecost, the interior of Ceará, in the months from February to September 2016, through participant observation, writing a field journal, semi-structured interviews and conducting focus groups with workers and users of CRAS Rural. The Network of Meanings (RedSig) was used to analyze data from the interviews and focus groups with the aid of Atlas IT software version 5.2. The meanings of poverty constructed by the participants are dynamic and sometimes are presented from a unidimensional perspective, without links with the socioeconomic reality that foments it, or they are presented from a multidimensional vision, considering that the precarious access to rights also constitutes the life in conditions of poverty. From these constructed meanings, professional practices have implications, whether for the ratification of subalternity or for the conception of Social Assistance users as subjects of rights. It is estimated that this research contributes to the production of knowledge within

the scope of the Social Assistance Policy, as well as to the problematization of professional activity, especially in rural contexts. Thanks to FUNCAP.

Keywords: Meanings. Poverty. CRAS Rural. Psychology

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	19
2.1 Natureza e tipo de Pesquisa.....	19
2.2 Contexto da Pesquisa.....	19
2.3 Participantes da Pesquisa.....	23
2.4 Delineamento da pesquisa de campo.....	26
2.5 Instrumentos de construção e organização dos dados.....	27
2.5.1 <i>Observação participante</i>	28
2.5.2 <i>A entrevista Semiestruturada</i>	32
2.5.3 <i>Os grupos focais</i>	33
2.5.4 <i>Análise dos dados</i>	34
2.6 Compromisso social e ético da pesquisa.....	41
3. POBREZA: UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL.....	42
3.1 Sociedade do capital: gênese da questão social.....	42
3.2 Capitalismo e questão social no contexto brasileiro.....	47
3.2.1 <i>Breve histórico: expressões da questão social no Brasil</i>	47
3.2.2 <i>Pobreza e Políticas sociais: particularidades do contexto brasileiro</i>	53
3.2.3 <i>A Política de Assistência Social em xeque: o desmonte neoliberal</i>	62
4 ASSISTÊNCIA SOCIAL: PARA QUEM?.....	71
4.1 Usuários da assistência social: uma identidade socialmente produzida.....	72
4.1.1 <i>Pobreza: do significado ao sentido</i>	79
4.1.2 <i>Pobreza e condições de vida no meio rural</i>	88
4.2 Atuação socioassistencial: implicações práticas e ético-políticas.....	96
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99

1INTRODUÇÃO

O primeiro esboço deste estudo foi fruto de minha atuação profissional, enquanto psicóloga, de um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) em um município de pequeno porte, localizado no litoral oeste do estado do Ceará. Inicialmente, pretendi estudar a inserção de psicólogas e psicólogos, enquanto trabalhadoras e trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no âmbito do CRAS. Após leituras acerca da categoria pobreza e suas implicações na vida dos sujeitos, a partir das pesquisas realizadas pelo Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM), da Universidade Federal do Ceará, do qual sou membro, reformulei o projeto inicial, de modo a contemplar a discussão sobre a pobreza e suas reverberações para a efetivação da Política de Assistência Social. Para tanto, foi pertinente incluir, enquanto público da pesquisa, outras categorias profissionais que compõem a equipe técnica de um CRAS, a saber, profissionais do Serviço Social e de nível médio.

O Estado de Direito, marcado pela Constituição de 1988, transformou as ações assistenciais em política social, tornando sua efetivação uma obrigação do Estado e, a partir disso, outras conquistas coletivas no campo da Assistência Social foram efetivadas. Em 1993, a Assistência Social no Brasil foi organizada por meio da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), posteriormente, em 2004, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) foi instituída. Nos anos de 2005 e 2006, respectivamente, a Norma Operacional Básica (NOB/SUAS) e a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB/RH/SUAS) foram publicadas com a proposta de implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O Sistema Único de Assistência Social operacionaliza a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) brasileira e é composto por duas políticas principais de atendimento à população, a saber, a Proteção Social Básica (PSB) e a Proteção Social Especial (PSE).

A PSB se efetiva, principalmente, por meio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que a partir da lógica territorial, tem a proposta de prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do fortalecimento de vínculos comunitários e familiares. O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) é o principal serviço da PSB e propõe-se ao acompanhamento de famílias referenciadas ao CRAS. Além do PAIF, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas estão tipificados enquanto serviços essenciais da PSB.

A PSE por meio do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) propõe-se a diminuir os efeitos advindos da vida em situações de violação de direitos. O Serviço de Proteção Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) é o principal serviço da PSE. Esta última se subdivide em Proteção Social Especial de Média Complexidade e de Alta Complexidade.

A média Complexidade, na qual estão inseridos os serviços disponibilizados pelo CREAS, oferta serviços voltados para pessoas em situação de rua: Serviço de Abordagem Social e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua; para adolescentes em conflito com a lei e que cumprem medidas socioeducativas: Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) e para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias por meio do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias.

A Alta Complexidade engloba os serviços de Acolhimento Institucional, Repúblicas e em Famílias acolhedoras, igualmente, o Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências. Nessa perspectiva, os serviços têm caráter interventivo em situações nas quais os vínculos familiares e comunitários estão rompidos e não há possibilidade de reparo.

O CRAS, enquanto dispositivo da PSB, por sua vez, é uma unidade municipal, cofinanciada pela União e pelos estados, de base territorial e instalada em territórios nos quais são significativos os índices de vulnerabilidade e risco social, seja em contexto urbano ou rural, neste último, a vulnerabilidade e o risco tendem ao aumento devido à histórica precariedade de acesso a políticas de saúde, educação, emprego, renda, educação, lazer e assistência social. O CRAS objetiva a execução de serviços de proteção social e acesso aos direitos sociais a famílias e sujeitos em seus contextos comunitários.

Trabalhadores de nível superior e médio compõem a equipe de referência do CRAS: assistentes sociais, psicólogos e trabalhadores de nível médio (BRASIL, 2006). Apesar de haver uma formação definida para as equipes de referência dos CRAS e CREAS, outras categorias profissionais podem fazer parte das equipes técnicas, a fim de qualificar os serviços. Souza (2009) afirma que a equipe técnica está na ‘linha de frente’, tendo um poder atribuído institucionalmente para escolher, dentre os elegíveis, aqueles que estão em situação prioritária de inclusão, acompanhamento e atenção maiores por parte da rede socioassistencial.

A prioridade no atendimento é definida a partir de critérios socioeconômicos caracterizados por condições de vida em contextos de pobreza, fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) (BRASIL, 2004).

A pobreza é uma das principais condições de vida dos usuários da Política de Assistência Social. Trata-se de um fenômeno construído ao longo de anos de desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida, tem características multidimensionais e atinge milhares de brasileiros em todos os estados. Desta maneira, a fim de compreender a complexidade do fenômeno, faz-se necessário um olhar ampliado para além da privação financeira e dos hábitos de consumo, para considerar fatores econômicos, sociais, culturais e subjetivos envolvidos. Acerca das categorias subjetivas envolvidas, Moura Junior *et al.* (2014) e Ximenes *et al.* (2014), explicam que há outros aspectos envolvidos na vivência em contextos de pobreza, são dimensões psicossociais, tais como Bem Estar, Senso de comunidade, Vergonha, Humilhação e Fatalismo.

Apesar dessas novas contribuições, durante muito tempo, a pobreza foi compreendida por determinações unicamente econômicas, ou seja, o critério renda e a capacidade de consumo, enquanto categorias principais de análise, apesar de ser, a pobreza, um fenômeno complexo, de múltiplas facetas, originado e mantido por relações desiguais de produção. Segundo Murillo (2007), Santos (2012) e Siqueira (2013), o modo de produção capitalista é responsável pela manutenção da pobreza e é arriscado dissociar a pobreza de seus fundamentos históricos e econômicos, ligados à relação entre capital e trabalho.

Os sentidos da pobreza são produzidos individual e coletivamente. A partir disso, desvincular o fenômeno da pobreza de seus fatores sociais, econômicos e políticos é tomar partido de uma abordagem despolitizada e descontextualizada, dando força aos discursos de naturalização e culpabilização pela vivência em contextos de pobreza. De acordo com Rego e Pinzani (2013), as concepções naturalizantes e culpabilizadoras da pobreza produzem sua rede de significações, contribuindo para concepções depreciativas e pela legitimação dos rótulos, tais como, preguiçoso, marginalizado, excluído, desajustado, acomodado ou com famílias desestruturadas.

Para Souza (2009), Acorssi, Scarparo e Guareschi (2012) e Siqueira (2013), a partir da visão de naturalização e culpabilização, os trabalhadores podem enviar suas práticas socioassistenciais pelas veredas da caridade e filantropia, afastando-se da concepção de usuário enquanto sujeito de direitos garantidos pelo Estado, endossando as posturas e práticas profissionais tradicionais baseadas no assistencialismo e clientelismo.

Assim, considerando a problemática exposta anteriormente, esta pesquisa foi norteada pelo seguinte questionamento: como os sentidos da pobreza construídos por trabalhadores da atenção socioassistencial podem implicar no atendimento despendido aos usuários?

Diante disso, este estudo justifica-se por considerar que os sentidos produzidos sobre a pobreza, em especial, no campo da atenção socioassistencial, podem afetar as práticas socioassistenciais deferidas aos usuários e ratificam a lógica assistencial e clientelista que, apesar dos avanços teóricos e práticos alcançados, tendem a permanecer. A fim de responder à pergunta de partida desta pesquisa foram estabelecidos objetivos específicos, assim, o objetivo geral deste estudo é: Analisar as implicações dos sentidos da pobreza construídos por trabalhadoras do CRAS rural para a atenção socioassistencial aos usuários. Os objetivos específicos são: 1. Identificar os sentidos da pobreza construídos pelas trabalhadoras e usuárias do CRAS rural; 2. Apresentar a visão das trabalhadoras acerca do trabalho no CRAS rural; e 3. Compreender os sentidos construídos por usuárias do CRAS rural acerca da atenção socioassistencial recebida das trabalhadoras.

Foram elaborados os seguintes pressupostos atrelados aos objetivos específicos:

O primeiro objetivo específico refere-se a 1) *Identificar os sentidos da pobreza construídos pelas trabalhadoras e usuárias do CRAS Rural*. Segundo Góes e Cruz (2006), o sentido é uma unidade de análise da relação entre pensamento e linguagem. É dinâmico e “passa por transformações a partir do desenvolvimento do indivíduo e dos grupos sociais” (GÓES; CRUZ, 2006, p. 38). Lev Vigotski discorre sobre sentido, a partir da diferença e das relações entre linguagem interna e externa e salienta a importância do contexto, da interação dos falantes envolvidos para a significação da palavra, da visão de mundo dos falantes e da estrutura da personalidade destes (GÓES; CRUZ, 2006, p. 38). A categoria sentido relaciona-se à afetividade, ao pensamento, à linguagem e à ação.

Para Vigotski “toda emoção é um chamamento à ação ou uma renúncia a ela” Vigotski (1926; 2004 *apud* BRANDÃO, 2012, p. 150). Para a vivência afetiva, de acordo com Brandão (2012) há duas possibilidades: a interferência na compreensão da realidade e a possibilidade de transformação dessa realidade. Sawaia (2014, p. 100) pontua que “a afetividade nega a neutralidade das reflexões científicas sobre a desigualdade social (...) [e] mantenha-se viva a capacidade de se indignar diante da pobreza”. Diante disso, o pressuposto elaborado acerca do segundo objetivo específico dispõe que, os sentidos de pobreza construídos por trabalhadores do CRAS têm seus efeitos sobre o psiquismo destes, e, esses efeitos são atravessados por afetos que, por sua vez, podem ser propulsores ou inibidores de

mudança e, invariavelmente, de acordo com Sawaia (2003) fenômeno ético-político. Portanto, os sentidos da pobreza, a partir de uma perspectiva ética e implicada politicamente, podem afastar as concepções culpabilizadoras e naturalizantes da pobreza, para inseri-la numa discussão problematizadora e compreensiva das forças que a mantêm.

2) *apresentar a visão das trabalhadoras acerca da atuação socioassistencial no CRAS Rural*; o pressuposto para esse objetivo refere-se às discussões acerca do compromisso ético-político e profissional proposto para a atuação na Política de Assistência Social (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2007; YAMAMOTO, 2012). Isso diz respeito a uma atuação implicada que, pode influenciar o desenvolvimento das práticas, enquanto direito, ou fortalecer ações de filantropia e clientelismo (FREITAS; GUARESCHI, 2014), culpabilização e naturalização da pobreza (SIQUEIRA, 2013) e desqualificação dos usuários (YAZBEK, 2015).

O terceiro objetivo específico refere-se a 3) *Compreender os sentidos construídos por usuárias do CRAS Rural acerca da atenção socioassistencial recebida das trabalhadoras*. De acordo com Freitas e Guareschi (2014) o usuário é elemento principal para a efetivação da Política de Assistência Social, não obstante, segundo Ribeiro (2007) observa-se descrédito, distanciamento e dificuldade de acesso à Política, “(...) os usuários expuseram sua insatisfação por dizerem que, quando precisam, não conseguem atendimento satisfatório” (p. 7). A qualidade e eficácia do atendimento podem repercutir positiva ou negativamente na frequência do usuário ao CRAS e no objetivo de atendimento universal ao qual a política se propõe, bem como na proposta de transformação social e acesso aos direitos.

Segundo Santos (2014) a dificuldade de acesso, somada à dificuldade de reivindicação de direitos, fortalece a posição de subalternidade, a invisibilidade pública, o sofrimento ético-político, a negação da cidadania. Essas constatações inserem a importância do reconhecimento da dimensão subjetiva dos fenômenos sociais, isso significa que, além de ouvir a voz dos trabalhadores, é essencial ouvir o usuário da política, uma vez que a pobreza produz seus efeitos na vida de ambos os grupos.

Nas atuais discussões acerca da pobreza e suas reverberações é imperativa a inserção do fenômeno nas agendas de discussão das categorias profissionais e gestores que atuam nas políticas sociais, não apenas por ser a pobreza, característica principal de parcela significativa da população-alvo, mas, também, por ser um fenômeno que produz implicações psicossociais na vida dos sujeitos. Para Santos (2014) a pobreza, além da repercussão na vida dos usuários, expõe os trabalhadores da assistência à vivência compartilhada e à confrontação

de suas próprias limitações pessoais e técnicas para o atendimento de sujeitos em situação de pobreza.

A problematização da pobreza, da atuação profissional nas políticas de assistência e da qualidade do atendimento é envolvida por uma práxis transformadora que, segundo Oliveira *et al.* (2014, p. 220), caminha para “mudanças que tornem as sociedades latinoamericanas mais justas e humanas” e é perpassada pelo compromisso ético-político. Acerca da qualidade do atendimento ao usuário, Macedo e Dimenstein (2009, p. 294) problematizam a “(...) hipervalorização da técnica em detrimento de uma atuação pautada por uma compreensão e/ou atitude ético-política (...)”. Diante do exposto, esta pesquisa visa contribuir para a discussão sobre as implicações dos sentidos da pobreza, construídos por trabalhadoras do CRAS, para o atendimento aos usuários, sendo, portanto, uma discussão pertinente, atual e necessária aos trabalhadores da Assistência Social e áreas afins.

A pesquisa está estruturada em 3 capítulos: o primeiro capítulo apresenta o percurso metodológico desta pesquisa que seguiu uma proposta de integração de diferentes recursos para alcance dos objetivos do estudo, a saber, observação participante (QUEIROZ *et al.*, 2007; QUIVY; VAN CAMPENHOUDT, 1998) e registro em diário de campo (AFONSO *et al.*, 2015; OLIVEIRA, 2014; MONTERO, 2006; CHAPARRO, 2013), entrevista semiestruturada (GÜNTHER, 2008a) e grupos focais (MONTERO, 2006). Desta maneira, a junção de diferentes abordagens e recursos teve o intuito de compreender as dimensões do objeto da pesquisa (GARNELO, 2006; GÜNTHER, 2006). Para análise dos dados alcançados por meio das entrevistas e grupos focais foi utilizada a Rede de Significações (RedSig) (ROSSETTI-FERREIRA ; AMORIM; SILVA, 2004) com o auxílio do *software* Atlas TI versão 5.2.

A pesquisa foi desenvolvida no CRAS Rural José Valdir Aguiar no município de Pentecoste, interior do Ceará; a pesquisa de campo deu-se entre os meses de fevereiro a setembro de 2016. O interesse pelo contexto rural surgiu a partir da inserção, por meio dos estudos e pesquisas desenvolvidas pelo NUCOM, sobre saúde comunitária em comunidades urbanas e rurais do estado do Ceará, destarte, a escolha por desenvolver esta pesquisa em um CRAS advinda da importância dada por mim à necessidade de desenvolverem-se pesquisas em contextos rurais.

O segundo capítulo intitulado ‘Pobreza: uma expressão da questão social’ apresenta, de forma sucinta, a gênese da questão social no âmbito da sociedade capitalista, as expressões da questão social no Brasil, a categoria pobreza enquanto uma de suas expressões, a gestão da pobreza no contexto brasileiro, igualmente, as implicações dessa categoria para o

desenvolvimento das políticas sociais ao longo dos anos na formação social brasileira e o papel dos trabalhadores sociais para o enfrentamento da pobreza. O terceiro capítulo intitulado ‘Assistência social: Para quem?’ apresenta reflexões sobre a Assistência Social brasileira enquanto política social, suas vicissitudes, potencialidades e retrocessos no manejo da pobreza e discussões acerca da identidade socialmente produzida acerca dos usuários da Política de Assistência Social e das implicações práticas e ético-políticas no campo da atenção socioassistencial.

Por fim são apresentadas as considerações finais deste trabalho e algumas pontuações acerca dos resultados, também são explanadas as vicissitudes encontradas durante o desenvolvimento desta pesquisa, igualmente, apontamentos para posteriores estudos.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

A trajetória metodológica utilizada esteve alinhada à fundamentação teórica, ao problema, aos objetivos e ao contexto de investigação desta pesquisa. Dessa maneira, serão apresentados neste capítulo a natureza desta pesquisa, o contexto, as participantes, o delineamento da pesquisa de campo, os instrumentos de construção e organização dos dados, o processo de análise dos dados e os aspectos éticos envolvidos nesta pesquisa.

2.1 Natureza e tipo de Pesquisa

Esta pesquisa tem uma proposta metodológica qualitativa que, segundo Minayo, Deslandes e Gomes (2012, p. 21), “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”, presentes na realidade social. É no campo da realidade social que as pessoas partilham vivências e produzem a construção e constante mutação da rede de significações sobre suas vidas, experiências, conceitos, conflitos e demais vivências pessoais e coletivas mediadas pela dialogicidade.

Aliado aos pressupostos da pesquisa qualitativa, este estudo tem natureza empírica, por visar a observação, o registro e a compreensão do objeto de pesquisa como se apresenta no cotidiano. Desta forma, a inserção da pesquisadora na realidade social foi necessária, igualmente, o estabelecimento de vínculos com as pessoas participantes da pesquisa. Portanto, a inserção no contexto e na realidade social das pessoas é elemento principal na efetivação de uma pesquisa de base qualitativa.

Este estudo dividiu-se em três fases, a saber, primeiramente, a delimitação do problema de pesquisa, o levantamento bibliográfico acerca do tema e elaboração de pressupostos, a elaboração dos objetivos, as estratégias metodológicas, a escolha do público-alvo e contexto a ser pesquisado. A segunda fase deu-se por meio da pesquisa de campo ou empírica, para a qual foi utilizada a inserção no contexto, a observação participante, o registro em diário de campo, as entrevistas e a realização de grupos focais. E, por fim, a última fase deu-se a partir do tratamento e análise dos dados advindos da inserção no campo.

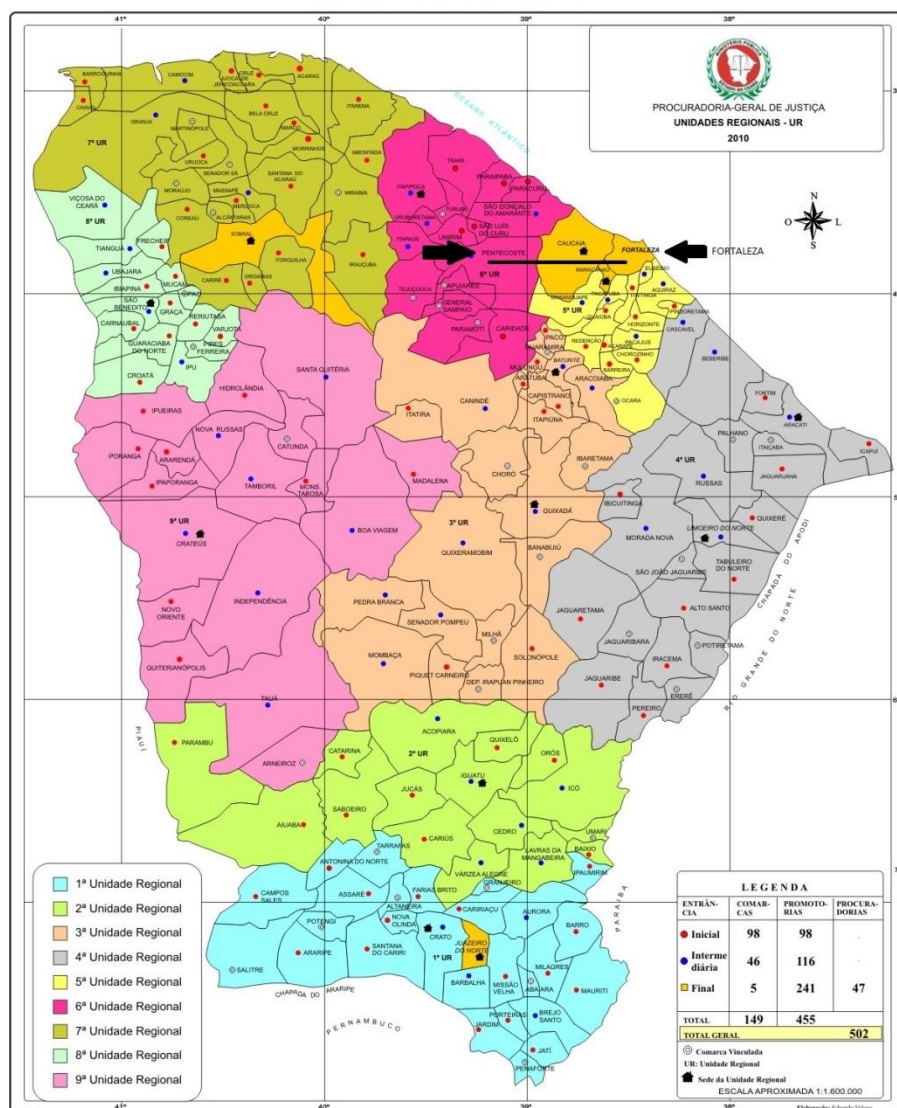
2.2 Contexto da Pesquisa

Segundo Rossetti-Ferreira (2004), o contexto é atravessado pela história geral e local, por valores, concepções e crenças prevalentes, do mesmo modo que, define papéis sociais e contribui para a construção das relações profissionais, afetivas e de poder, dentre

outras formas de relação. Dessa forma, considerar as características e movimentos do contexto pesquisado é de fundamental importância, uma vez que, tais características e movimentos interferem diretamente na rede de significações construídas pelas pessoas inseridas nesse contexto, atribuindo-lhe sentido e modificando-o constantemente.

Assim sendo, o campo proposto para o desenvolvimento desta pesquisa foi um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), do município de Pentecoste, litoral oeste do estado do Ceará. De acordo com o Relatório do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) (2016b), Pentecoste está localizado na microrregião do Médio Curu e mesorregião do norte cearense; da Capital, Fortaleza, o município dista a 88 km. A figura 1 apresenta a localização da cidade de Pentecoste no mapa do estado do Ceará, em relação à capital Fortaleza.

Figura 1 – Mapa do Ceará - Localização de Pentecoste



Fonte: www.mpce.mp.br

O território de abrangência do CRAS está dividido em quatro distritos e 142 localidades: Distrito de Matias, com sede na localidade Providência; Distrito de Porfírio Sampaio, com sede na localidade Casa de Pedra; Distrito de Sebastião de Abreu, com sede na localidade Serrota e o Distrito de Divisa, com sede na localidade Vila Nova Maracajá, sendo esse o distrito mais próximo da zona urbana de Pentecoste. Observa-se que o município possui uma extensa área rural. Segundo Dantas e Oliveira (2014), a ruralidade é uma das principais características das cidades pequenas, porém, há a relação dialética entre o contexto urbano e o contexto rural, sem que este último perca sua singularidade, modos de vida e resistências.

O critério para escolha do município é devido à pesquisa intitulada “Impactos da pobreza no desenvolvimento da saúde comunitária: avaliação psicossocial de comunidades rurais nas regiões Nordeste, Norte e Sul” desenvolvida na localidade pelo NUCOM/UFC, do qual sou membro e pesquisadora. A partir dessa pesquisa, obtiveram-se dados relativos à realidade social do município, em especial ao problema dessa pesquisa, observou-se o restrito acesso dos moradores da zona rural à política de assistência social, seja no âmbito da proteção social básica ou especial, seja por desconhecimento acerca dos equipamentos sociais ou por dificuldades de transporte e locomoção para a sede do município, na qual estão localizados esses equipamentos.

A equipe [do CRAS] tem dificuldades de acesso às comunidades mais distantes por falta de transporte ou pela localização distante da comunidade; os usuários do CRAS Rural têm dificuldade de acessar o serviço por conta da localização [do CRAS] na Sede do município e do valor do transporte que sai caro para um morador da zona rural se deslocar até a sede do município (DC 17.02.2016).

Pentecoste é um município de pequeno porte, que, de acordo com projeção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010), para o ano de 2016, a população estaria em torno de 36.928 habitantes. De acordo com dados do Censo demográfico de 2010 apresentados no Diagnóstico Socioterritorial do município (BRASIL, 2013), para o indicador ‘Assistência Social’ a taxa de extrema pobreza é de 50,89%, ou seja, uma parcela significativa da população, em 2010, vivia com menos de ¼ de salário mínimo da época (R\$ 510,00).

Segundo dados do Perfil Básico Municipal (IPECE, 2016a), o índice de desenvolvimento municipal (IDM) é de 32,54%, ocupando a posição 57^a no ranking dos municípios cearenses, a capital apresenta IDM de 75,7%. O IDM é calculado a partir dos indicadores: Grupo 1: Fisiográficos, fundiários e agrícolas; Grupo 2: Demográficos e econômicos; Grupo 3: Infraestrutura e de apoio; e grupo 4: Indicadores sociais.

Acerca dos Indicadores sociais, Pentecoste ocupa a 49ª posição no ranking dos municípios cearenses, com 34,93%, em comparação com a cidade de Barbalha/CE, que ocupa a 1ª posição com 100% de cobertura. Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que avalia o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida ofertada à população (saúde, educação e renda), Pentecoste apresentou valor de 0,629, em 2010, os valores de referência variam de 0 a 1, quanto mais próximo de 1, maior o IDH da localidade. Acerca do indicador Renda, 47,53% da população municipal é beneficiária do Programa de Transferência de Renda Bolsa Família (BRASIL, 2016).

De acordo com o Diagnóstico Socioterritorial do município (BRASIL, 2016), para o indicador Educação, há uma significativa diferença entre as taxas de analfabetismo das zonas urbana e rural, aquela com 18,1% e esta com 29,6%, com taxas de escolarização de 86,07 % para o ensino fundamental e 72,03% para o ensino médio em todo o município. No campo da saúde, a taxa de óbitos por mil crianças nascidas vivas foi de 13,94% para a qual a média do estado é de 12,22% (IPECE, 2016a).

Para o indicador Mercado de Trabalho, observa-se que é significativa a taxa de trabalho informal entre pessoas de 16 anos ou mais anos de idade, 33,2%, e autônomos 29,1% em oposição a 17% de munícipes com carteira assinada (BRASIL, 2016). O percentual de pessoas que moram na zona urbana do município em situação de extrema pobreza é de 19,21%, em contrapartida, o percentual de pessoas em situação de extrema pobreza, moradoras da zona rural é de 37,41% (IPECE, 2016a). Segundo Silva, Dimenstein e Leite (2013), o contexto rural é permeado pela diversidade sociocultural, porém, ainda apresenta baixos índices de escolarização e desenvolvimento social, altas taxas de pobreza e invisibilidade para a efetivação das políticas sociais, em especial, de saúde e de assistência social.

O município possui dois Centros de Referência de Assistência Social em funcionamento, o CRAS sede e o CRAS rural, este último implantado em Janeiro de 2010. Cada unidade referencia 1.400 famílias, sendo ambas as unidades localizadas na zona urbana, apesar de um CRAS ser voltado para o atendimento da população rural (BRASIL, 2016). O CRAS foi escolhido em detrimento do CREAS, enquanto contexto de pesquisa, por ser o dispositivo principal da Proteção Social Básica e dispositivo responsável pelas ações de proteção e prevenção, igualmente, por ser a referência de atendimento e concessão dos benefícios socioassistenciais a pessoas que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza.

O CRAS Rural José Valdir Aguiar, apesar de estar localizado na zona urbana do município de Pentecoste, tem a proposta de atendimento aos moradores de localidades da

zona rural do município. Quanto aos serviços, atualmente, são disponibilizados nessas localidades o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças de 03 a 11 anos, adolescentes de 12 a 15 anos, nas comunidades Serrota, Providência e Vila Maracajá e o SCFV Idosos, acima de 60 anos, na comunidade Serrota.

O CRAS tem a proposta de: Acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família; Encaminhamento e acompanhamento de famílias ao Cadastro Único; Orientação e encaminhamento para a concessão de benefícios socioassistenciais (Benefício de Prestação Continuada – BPC Idoso e Deficiência); Escuta e orientação psicossocial; Visitas domiciliares; Encaminhamentos à rede socioassistencial e demais políticas sociais; Acompanhamento dos encaminhamentos realizados; Avaliação de perfil socioeconômico para concessão de Benefício Eventual (enxoval para recém-nascido e cesta básica); Grupo socioeducativo com beneficiários do Benefício Eventual cesta básica e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças, adolescentes e idosos.

No início desta pesquisa, fevereiro de 2016, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) não era disponibilizado pelo CRAS rural, apesar de ser o principal serviço da Proteção Social Básica, não obstante, em meados de agosto de 2016, o primeiro grupo de PAIF foi formado com as usuárias moradoras da comunidade Serrota. A partir desse grupo, as usuárias foram convidadas a participar das entrevistas e do grupo focalelaborados para esta pesquisa.

2.3 Participantes da Pesquisa

No primeiro trimestre do ano de 2016, o quadro de trabalhadores do CRAS rural era composto por (1) coordenadora, (1) psicóloga, (2) duas assistentes sociais, (1) uma auxiliar administrativo, (1) uma auxiliar de serviços gerais, (1) monitor de esportes, (1) monitor de artes e (6) orientadoras sociais, no entanto, no segundo trimestre, devido a questões da gestão municipal e proximidade do pleito eleitoral, profissionais da equipe foram demitidos, a saber, assistente social, monitor de esportes, monitor de artes e duas orientadoras sociais.

Dantas e Oliveira (2014) e Sheinvar (2006) pontuam que, a política local, interfere no cotidiano das políticas sociais e das práticas profissionais, desqualificam a participação social e a intervenção profissional, ação que pode favorecer as práticas clientelistas, assistencialistas e o “uso privatista eleitoreiro dos serviços” (DANTAS; OLIVEIRA, 2014, p. 112). Sheinvar (2006) assinala que o uso da máquina pública por interesses privados é

coerente com o modelo neoliberal e tende ao descrédito do Estado, evidenciando suas alianças políticas e interesses elitizados. Desta maneira, a realidade social é atravessada por elementos sociais, culturais, econômicos e políticos que interferem e pressionam as condições de vida das pessoas (ROSSETTI-FERREIRA, 2004).

Assim, esperava-se a participação de 24 pessoas, sendo, 14 trabalhadores do CRAS, especificamente, de nível superior e de nível médio, e 10 usuários, porém, após as demissões listadas acima, participaram 11 trabalhadoras e 9 usuárias, compondo, portanto, dois grupos. Observa-se que, ambos os grupos, foram compostos, exclusivamente, por mulheres. Em relação à equipe e, especificamente, às assistentes sociais, Craveiro e Machado (2011) explicam que o serviço social é uma profissão predominantemente feminina e, isso se deve a questões culturais e históricas, em especial, à ideologia burguesa, para a qual, as senhoras da sociedade ocupavam espaços em instituições de caridade a fim de proverem aos desfavorecidos os itens básicos para sobrevivência, tais quais, alimentos, roupas e abrigo.

Craveiro e Machado (2011) pontuam que a formatação da profissão deve-se, não apenas ao contexto histórico, econômico e cultural nos primórdios do serviço social, enquanto profissão, mas, também ao lugar reservado às mulheres na sociedade patriarcal, as quais tinham papéis definidos e ligados à função de dona de casa, mãe e esposa, tais quais, as ações de caridade, cuidado, zelo pelo bem-estar comum, exercício do voluntariado e da filantropia.

Castro e Yamamoto (1998), em estudo realizado sobre a predominância de mulheres enquanto profissionais da psicologia explicam que, na década de 1970, havia evidente desequilíbrio no número de matrículas entre homens e mulheres no ensino superior, com maior percentual a favor de homens. Porém, nas décadas de 1980 e 1990, o percentual de mulheres no ensino superior aumentou, no entanto, aglomerado nas profissões tidas como femininas concentradas nas Ciências Humanas e Letras. A psicologia, na época de regulamentação, enquanto profissão, na década de 1970, já tinha uma formatação predominantemente feminina.

Em 2012, o Conselho Federal de Psicologia divulgou os resultados da pesquisa sobre o perfil dos profissionais de Psicologia no Brasil, e constatou que, de cada 10 profissionais da psicologia, 9 são mulheres, isso representa 89% da amostra, em um universo de 1331 participantes, deste número, 10% atuam no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O exercício de atividades profissionais ligadas à assistência social tem preponderante presença feminina, seja em nível superior ou em nível médio, a partir disso e do exemplo das características do grupo de trabalhadoras pesquisado neste estudo, pode-se

inferir que, apesar do passar dos anos e das mudanças no contexto das relações de trabalho, as mulheres ainda ocupam os espaços ligados aos papéis socialmente construídos de dona de casa, cuidadora, esposa e mãe.

Não obstante, não se pretende, de modo algum, com esses apontamentos desqualificar o potencial interventivo, teórico-metodológico e técnico das profissões ditas femininas, mas problematizar esse espaço de atuação. Acerca do grupo de usuárias ser formado exclusivamente por mulheres é revelada também a repetição dos espaços resguardados às mulheres, no tocante ao cuidado com o lar, os filhos e demais assuntos relativos ao cuidado da família.

Para o grupo de trabalhadoras, os seguintes critérios de inclusão foram utilizados para seleção das participantes: a) ser profissional de nível médio ou superior; b) ter lido e aceito o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE A). Para o grupo de usuárias os seguintes critérios foram adotados: a) ter idade igual ou superior a dezoito anos; b) ter lido e aceito o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE); c) ser atendida e frequentar com regularidade as atividades e encontros do CRAS. Inicialmente, foi estabelecida como critério para inclusão de usuários na pesquisa ‘a participação nas reuniões do PAIF’, no entanto, esse critério foi excluído por conta da ausência do serviço pelo CRAS.

A escolha por dois grupos de participantes está alinhada aos objetivos deste estudo, uma vez que, além de apresentar a compreensão de trabalhadoras do CRAS rural sobre sua atuação no âmbito da atenção socioassistencial, também foi de interesse compreender os sentidos construídos por usuárias do CRAS acerca da atenção socioassistencial recebida das trabalhadoras, numa perspectiva de ouvir os principais atores sociais envolvidos na efetivação da proteção social básica e assim apresentar as convergências e divergências entre ambos os grupos.

As tabelas 1 e 2 apresentam o perfil das participantes desta pesquisa. Ressalta-se que as participantes estão identificadas com nomes fictícios e qualquer forma de identificação das participantes foi suprimida.

Tabela 1 – Perfil das trabalhadoras do CRAS participantes da pesquisa

Trabalhadora	Idade	Tempo de trabalho no CRAS	Vínculo empregatício	Entrevista	Grupo Focal
Trab_01	26	13 meses	Concursada	Sim	Sim
Trab_02	40	06 anos	Concursada	Sim	Não
Trab_03	30	3 anos	Contrato sem carteira assinada	Sim	Não

Trab_04	30	3 anos	Contrato sem carteira assinada	Sim	Não
Trab_05	22	10 meses	Contrato sem carteira assinada	Sim	Sim
Trab_06	26	1 ano	Contrato sem carteira assinada	Sim	Não
Trab_07	22	2 meses	Concursada	Sim	Sim
Trab_08	29	3 anos	Concursada	Sim	Não
Trab_09	29	5 anos	Concursada	Não	Sim
Trab_10	32	4 meses	Concursada	Não	Sim
Trab_11	27	9 meses	Contrato sem carteira assinada	Não	Sim

Fonte: Elaborada pela autora

Tabela 2 – Perfil das usuárias do CRAS participantes da pesquisa

Usuária	Idade	Benefício socioassistencial	Vínculo empregatício	Entrevista	Grupo Focal
Usuária_01	26	Bolsa Família Programa do Leite	Não	Sim	Sim
Usuária_02	25	Bolsa Família	Não	Sim	Sim
Usuária_03	25	Bolsa Família	Não	Sim	Sim
Usuária_04	30	Bolsa Família Programa do Leite	Não	Sim	Não
Usuária_05	37	Bolsa Família	Bico	Sim	Não
Usuária_06	63	Não	Não	Não	Sim
Usuária_07	45	Bolsa Família	Não	Não	Sim
Usuária_08	36	Bolsa Família	Não	Não	Sim
Usuária_09	32	Bolsa Família	Não	Não	Sim

Fonte: Elaborada pela autora

2.4 Delineamento da pesquisa de campo

O delineamento da pesquisa foi dividido em três momentos interligados entre si: *Primeiro momento*, no qual foi realizado contato com a Secretaria de Assistência Social do município, para apresentação dos objetivos deste estudo e por ser necessária a autorização prévia da Secretaria para acesso ao CRAS Rural com finalidade de pesquisa. Após prévia autorização, deu-se o contato com os trabalhadores e, deste modo a inserção no local de trabalho e nas atividades cotidianas da equipe.

O momento de inserção, e, conseqüente observação participante, permitiu-me a avaliação das propostas metodológicas desta pesquisa e questionamentos acerca dessas, a

partir do que foi demandado e observado no contexto do CRAS rural. Por meio da observação e participação nas atividades do CRAS, foi possível apresentar aos trabalhadores os objetivos da pesquisa e contribuir para as atividades quotidianas, desde planejamentos à execução das ações, estreitando os vínculos com os trabalhadores e usuários.

Saímos da comunidade às 16h para que trab_06 fizesse uma visita domiciliar para uma beneficiária do grupo de cestas básicas. Eu a acompanhei e senti saudade do tempo que trabalhei no CRAS. Ao ver a beneficiária, lembrei que havia conversado com ela na época da aplicação dos questionários para a pesquisa do NUCOM sobre implicações psicossociais da pobreza (DC 24.02.2016).

Todos os dados advindos da observação participante foram registrados em diário de campo, o qual foi utilizado para compor a discussão dos dados empíricos. Segundo Afonso *et al.*, (2015), o diário de campo é um importante recurso metodológico e trata-se de um método biográfico que permite o registro de observações, descrição de acontecimentos, lugares e pessoas de forma detalhada, sendo construído por aspectos descritivos e reflexivos. Para Montero (2006), os diários são recursos metodológicos há muito tempo usados em pesquisas sociais, em especial pela antropologia e sociologia, igualmente pela psicologia clínica e psicologia social (APÊNDICE B).

Chaparro (2013) pontua que a capacidade de escuta do pesquisador é elemento essencial para a pesquisa qualitativa, especialmente, entre pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social. As anotações, observações e sentimentos registrados no diário de campo deverão estar minimamente associados à capacidade de escutar as pessoas para além da marcação rígida de perguntas ou de roteiros previamente preparados.

Os *Segundo e Terceiro momentos* deste estudo, a saber, as entrevistas semiestruturadas e os grupos focais, respectivamente, foram realizados em data e horário previamente marcados. De acordo com Günther (2008), são caminhos possíveis para a compreensão do comportamento humano, no âmbito das ciências sociais empíricas: a) observação do comportamento que ocorre de forma natural, no caso deste estudo, essa observação aconteceu durante a inserção no CRAS rural; e b) criação de situações artificiais e perguntas às pessoas sobre o que fazem e pensam acerca dessas situações, esses dois últimos caminhos elencados por Günther (2008) foram possíveis durante as entrevistas semiestruturadas e grupos focais.

2.5 Instrumentos de construção e organização dos dados

Os instrumentos utilizados para construção e organização dos dados seguiram a proposta de triangulação, isto é, a possibilidade de utilização de diferentes técnicas de

pesquisa para uma melhor compreensão do objeto de estudo a partir da convergência dos dados advindos das diferentes técnicas. Neste estudo, a triangulação deu-se por meio da observação participante e registro das observações em diários de campo, da entrevista semi-estruturada e da realização dos grupos focais.

2.5.1 Observação participante

Segundo Queiroz *et al.* (2007), a observação participante trata-se de um método de pesquisa qualitativa, no qual o pesquisador insere-se no grupo e ambiente observados, interagindo com as pessoas e vivenciando o cotidiano, a fim de analisar a realidade social circundante. De acordo com Quivy e Van Campenhoudt (1998), a fase de observação é uma etapa intermediária no processo de pesquisar, está entre a construção de conceitos e hipóteses e a fase de análise dos dados e, por meio dela, é possível observar aspectos da realidade de forma espontânea, ligados diretamente aos objetivos da pesquisa.

Desta maneira, inseri-me no CRAS rural após primeiro contato feito junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, em fevereiro de 2016, a fim de obter autorização institucional para apresentar a proposta desta pesquisa à equipe do CRAS e dar início à fase de observação participante. Esta etapa deu-se de fevereiro de 2016 a agosto de 2016. Em setembro do mesmo ano, foram desenvolvidos os grupos e as entrevistas que serão explicitados posteriormente. Durante o período de observação participante, pude avaliar o alcance das técnicas metodológicas e seu alinhamento com os objetivos da pesquisa, bem como, pude familiarizar-me com o modo de vida e de comunicação da população local, por exemplo, ao referirem-se à sede do município, as usuárias e trabalhadoras do CRAS falavam “rua”, essa observação produziu modificações nos roteiros da entrevista e dos grupos focais, facilitando assim, a comunicação e o entendimento.

A fase de aproximação é especialmente delicada, segundo Queiroz *et al.* (2007) e Valladares (2007), o pesquisador esbarra, inicialmente, na expectativa e resistência dos participantes do grupo social em permitir um estranho em seu meio, contudo, o pesquisador deve ser conhecido como elemento externo que, está no grupo para realização de um estudo, apresentado-se, portanto, diferente do grupo pesquisado. Essa conclusão, não implica em uma postura de verticalidade nas relações entre pesquisador e pesquisados, mas de horizontalidade.

Acerca dessa aproximação inicial, observei que, as trabalhadoras não estavam à vontade com minha presença, acredito que me viam como uma avaliadora de suas práticas profissionais, porém, esse modo de receber um pesquisador é esperado, com o passar dos dias e das visitas ao CRAS percebi que esse desconforto ficou menos evidente.

Fui apresentada da seguinte forma pela assistente social [Margarida¹] “Ela é mestrande e está um nível acima de nós”. Bem, fiquei um pouco sem jeito com essa apresentação, mas me levou a pensar sobre o lugar do pesquisador social na realidade, no contexto de pesquisa. Quem é? Que afeto suscita? Já percebi alguns olhares avaliadores, observadores sobre mim, natural, para o papel que desempenho. O pesquisador se insere, mas não se dilui, seu lugar fica demarcado. Eu observo, mas sou observada (DC 24.02.2016).

Segundo Lima, Almeida e Lima (1999), a pesquisa de campo participante proporciona a aproximação entre o pesquisador e as pessoas da pesquisa, o que viabiliza o confronto entre a realidade concreta e os pressupostos teóricos da pesquisa. Ainda para as autoras, a interação e contribuição do pesquisador nas atividades cotidianas das pessoas tende a diminuir as situações de desconfiança e constrangimento e pode potencializar os comentários e contribuições espontâneas das pessoas à pesquisa.

Acompanhei a equipe na busca ativa de crianças, adolescentes e idosos usuários do SCFV [...], no entanto, antes de sairmos, presenciei o debate da equipe sobre a deficiência de transporte para que a equipe se dirija à zona rural: “vou fazer o meu pouquinho” – motorista [Cravo²]; “Não tem carro” – orientadora social [Violeta³]. “o carro não tem óleo” – motorista [Cravo] (DC 28.07.2016).

A observação participante foi escolhida por ser adequada para a compreensão da rede de significações acerca das vivências, partilhas, conceitos e relações construídas pelas pessoas. Rossetti-Ferreira (2004) explica que a rede de significações é composta por elementos de ordem pessoal, relacional e contextual, deste modo, o processo de investigação deve ser situado, contextualizado, focado na interação e nas práticas discursivas construídas dialeticamente. Rossetti-Ferreira, Amorim e Silva (2004, p. 31) explicam que, metodologicamente, a rede exige “uma vivência inicial do pesquisador na situação pesquisada, acompanhando a situação como um todo, traçando as diferentes configurações da rede (...), buscando descrever em um diário de campo”.

Os diários de campo também foram compostos por registros fotográficos que ajudaram a descrever e compreender a realidade social vivida pelas usuárias e pelas trabalhadoras do CRAS rural. As figuras 2 e 3 apresentam dois desses registros feitos durante uma visita domiciliar que acompanhei na comunidade Vila Nova Maracajá.

¹Esta trabalhadora está identificada de modo diferente das trabalhadoras participantes das entrevistas e grupo focal porque, à época destes, a trabalhadora havia sido demitida.

²Este trabalhador está identificado de modo diferente das trabalhadoras participantes das entrevistas e grupo focal porque, à época destes, o trabalhador havia sido demitido.

³Esta trabalhadora está identificada de modo diferente das trabalhadoras participantes das entrevistas e grupo focal porque, à época destes, a trabalhadora havia sido demitida.

Figura 2 – Moradia familiar visitada (Maracajá)



Fonte: Registro pessoal

Figura 3 – Visita domiciliar (Maracajá)



Fonte: Registro pessoal

Segundo Demo (2004), a pesquisa participante produz conhecimento politicamente engajado, sem desconsiderar os aspectos metodológicos da pesquisa, voltando-se, em particular, para as pessoas marginalizadas, unindo conhecimento e participação. Porém, a forma de pesquisa participante utilizada neste estudo, não contempla todos os pontos elencados por Demo (2004) como essenciais para a caracterização desse recurso metodológico, por exemplo, as usuárias não participaram de todo o processo de pesquisa, mas o momento propiciado pelo grupo focal permitiu que discutíssemos desafios e melhorias possíveis para o desenvolvimento da atenção socioassistencial na comunidade.

A fase da observação participante suscitou em mim, em muitos momentos, sentimentos de incapacidade ante as condições de pobreza das pessoas das comunidades rurais visitadas, desânimo diante da injustiça social e da privação de direitos fundamentais, especialmente, por compreender que, os processos políticos locais reforçam tal realidade. Essa reflexão levou-me a questionar inúmeras vezes a contribuição desta pesquisa para a mudança social ou para o debate acerca da atenção socioassistencial, em outras palavras, o que mudaria na vida daquelas pessoas, usuárias ou trabalhadoras do CRAS.

Pudemos conversar sobre a atuação na assistência social, ela [trabalhadora] me relatou experiências de atendimento e intervenção. Realmente, esse momento de inserção no campo é de extrema importância. A partir dele, já consegui reconhecer a materialização de meu problema de pesquisa e questões atreladas a ele, no entanto, sinto-me receosa e com medo de não dar conta dessa realidade tão rica de sentidos e significados (DC 01.03.2017).

A observação participante foi mediada por um roteiro alinhado aos objetivos específicos desta pesquisa. O quadro a seguir apresenta os objetivos específicos, as categorias teóricas e os pontos observados.

Quadro 1 – Roteiro da observação participante

	Objetivos específicos	Categorias teóricas	Pontos observados
1	Identificar os sentidos da pobreza construídos pelas trabalhadoras e usuárias do CRAS rural.	Assistência Social	Aspectos ligados aos sentidos sobre a pobreza, verbalizados ou praticados.
2	Apresentar a visão das trabalhadoras acerca da atuação socioassistencial no CRAS rural	Pobreza	Aspectos ligados à atuação na Assistência Social e ao contexto rural.
3	Compreender os sentidos construídos por usuárias do CRAS rural acerca da atenção socioassistencial recebida das trabalhadoras.	Pobreza e Assistência Social	Aspectos ligados à autopercepção sobre ser usuária do CRAS e à atenção socioassistencial recebida.

Fonte: Adaptado de Moura Júnior (2012).

2.5.2 A entrevista Semiestruturada

Segundo Günther (2008a), as entrevistas semiestruturadas são construídas a partir de temas e questões advindas de observações ou entrevistas formais exploratórias. Desta forma, a versão preliminar da entrevista semiestruturada foi modificada devido aos aspectos observados durante a observação participante e os registros nos diários de campo. Assim, foram construídos dois roteiros para a entrevista, um para as trabalhadoras e outro para as usuárias.

A entrevista aplicada às trabalhadoras (APÊNDICE D) contemplou perguntas para caracterização do público (idade, gênero, formação acadêmica, cargo e vínculo empregatício) e perguntas sobre a compreensão das trabalhadoras acerca da atuação no CRAS rural e da pobreza. Para o grupo de usuárias, a entrevista contemplou perguntas para caracterização do público, perguntas sobre a atenção socioassistencial recebida e a categoria pobreza.

Segundo Fraser e Gondim (2004, p. 139), “a relação intersubjetiva, entrevistador e entrevistado, é de fundamental importância para permitir o acesso aos significados atribuídos pelas pessoas aos eventos do mundo”. Espera-se que a relação de confiança, entre pesquisadora e pessoas da pesquisa, seja construída ao longo do processo de contato, observação participante, troca de experiências e saberes. Desta forma, o período no qual desenvolvi a observação participante permitiu-me estabelecer vínculos com as trabalhadoras e os usuários, o que contribuiu para um ambiente propício às entrevistas e aos grupos focais.

Em meados do mês de agosto/2016, demos início ao grupo de PAIF composto por mulheres da comunidade Serrota e mães das crianças de 3 a 6 anos atendidas pelo SCFV, por meio desse grupo, tive a oportunidade de explicar às participantes os objetivos desta pesquisa e convidá-las para as entrevistas e o grupo focal. Antes de iniciar esse processo de aplicação, participei das reuniões que eram realizadas às segundas-feiras das 14h às 15h30 no prédio do SCFV. Após um período de adaptação ao grupo, fiz convites impressos com a descrição do horário e dia de realização das entrevistas. Optei por marcar as entrevistas para os dias de funcionamento do SCFV, assim, as mulheres, ao levarem os filhos para o serviço, poderiam ser entrevistadas.

No dia marcado, reforcei o convite uma a uma para a entrevista (APÊNDICE C). Não encontrei resistência por parte delas, para a participação nesse momento. Realizei as entrevistas na despensa do prédio por ser o único local adequado para uma entrevista. Apesar de pequeno, o cômodo era arejado e limpo, tinha uma janela para a rua lateral enchendo a sala

de iluminação natural e ventilação. Antes de iniciar, explicava-lhes, de forma breve, os objetivos desta pesquisa e lia juntamente com elas o TCLE para, após isso, solicitar a assinatura ou digital da participante. O momento das entrevistas foi gravado para posterior transcrição e análise. Participaram desta etapa 5 usuárias.

De acordo com Günther (2008a), alguns fatores são essenciais para a construção de uma relação de confiança e abertura para falar de si, em situações de entrevistas, para tanto, a autora considera o ambiente da entrevista; o aporte teórico e metodológico do entrevistador e as construções do entrevistado acerca do tema da entrevista como elementos necessários para promoção dessa relação.

As entrevistas com as trabalhadoras foram realizadas no prédio do SCFV da comunidade Providência, no prédio do CRAS rural e no prédio do SCFV da comunidade Serrota. Participaram desta etapa 8 trabalhadoras. Tais quais as usuárias, não encontrei resistência por parte das trabalhadoras para participarem desse momento, com exceção de uma trabalhadora que, desde o início desta pesquisa, recusou-se a contribuir de qualquer modo. Todas as entrevistas foram gravadas para posterior transcrição. As entrevistas foram aplicadas entre os dias 15 a 22 de agosto, período pré-eleitoral. Acredito que, por conta disso, algumas participantes tenham ficado receosas da entrevista. Tentei diminuir tal desconforto explicando-lhes que esta pesquisa não tinha vínculo algum com a política partidária local.

2.5.3 Os grupos focais

Sobre a metodologia dos grupos focais, considera-se ser “uma estratégia útil, cujo alcance chega aos níveis mais profundos da consciência, os quais, usualmente, não são obtidos com questionários e escalas de medição.” (MONTERO, 2006, p.17, tradução nossa). Para Montero (2006), o aspecto grupal confere interação e permite a visualização das formas de influência e resistência social, bem como permite ao pesquisador, participar de forma ativa e implicada, na construção da discussão acerca do tema proposto, agindo diretamente, mas não de forma repressiva, deve ter uma formação prévia sobre o assunto a ser abordado, bem como ter um roteiro, elaborado antecipadamente, para condução do grupo, isso é fundamental, para que as discussões caminhem pelo percurso proposto.

Os grupos foram previamente preparados a partir de um roteiro (APÊNDICESE e F) a fim de conduzir o debate. Após a aplicação das entrevistas semiestruturadas, as trabalhadoras e usuárias foram convidadas a participar dos grupos focais com dia e horário estabelecidos. Os grupos aconteceram separadamente, sendo um grupo para as trabalhadoras e

um grupo para as usuárias. Tal qual no período das entrevistas, preparei convites impressos para servirem de lembrete da realização dos grupos. Os grupos aconteceram no prédio do CRAS rural e no prédio do SCFV da comunidade Serrota, a fim de facilitar o acesso das trabalhadoras e usuárias e propiciar um espaço de abertura para conversa e expressão das experiências subjetivas das participantes dos grupos, acerca do tema proposto, potencializado pelo espaço familiar a estas. Devido ao deslocamento das orientadoras sociais da zona rural à sede do município, marquei o grupo focal com as trabalhadoras para o mesmo dia do planejamento mensal de atividades, assim, permitiria a presença de toda a equipe, porém, devido a contratempos pessoais justificados, algumas faltaram ao grupo.

O grupo focal com as trabalhadoras aconteceu no dia 02 de setembro de 2016, pela manhã. Sentamo-nos em roda, dispus os gravadores ao centro da roda a fim de obter um bom áudio do grupo. Iniciei agradecendo a presença e a disponibilidade de todas em participar e contribuir com a pesquisa, após isso, relembrei-as, brevemente, dos objetivos da pesquisa e explicitiei o funcionamento do grupo focal no tocante ao tempo de duração. Quanto a isso, o grupo durou 60 minutos e teve a participação de 6 trabalhadoras. A conversa foi iniciada a partir do questionamento sobre a atuação no CRAS rural.

O grupo focal com as usuárias aconteceu no dia 01 de setembro de 2016, à tarde, com tempo de duração de 52 minutos. Sentamo-nos em roda em uma pequena sala com poucas cadeiras e pouca ventilação. Esse foi o espaço mais adequado que tive acesso. Apesar dos empecilhos, o grupo desenvolveu-se e trouxe importantes contribuições para esta pesquisa. Participaram desse momento 7 mulheres. A conversa iniciou-se a partir do questionamento sobre a vida na comunidade.

Optei pela metodologia de grupos focais como técnica de pesquisa porque, por meio dela, é possível conhecer o processo de construção de sentidos pelos participantes e a compreensão das ideias partilhadas (GONDIM, 2002), aproximando-se das compreensões que os participantes do grupo têm sobre determinado tema (GUARESCHI; ROCHA; MOREIRA; BOECKEL, 2010), indo, portanto, ao encontro dos objetivos desta pesquisa.

2.5.4 Análise dos dados

A análise dos dados foi realizada por dois caminhos que convergiram e potencializaram a apreciação do material coletado, a saber, o *software* Atlas Ti versão 5.2⁴ e a

⁴ Desenvolvido entre 1989 e 1992 na TechnicalUniversity, em Berlin, por Thomas Muhr, psicólogo e cientista da computação.

Rede de Significações⁵ (RedSig). Ambos os caminhos estiveram entrelaçados e não foram utilizados separadamente, uma vez que tanto o *software* quanto a RedSig propõem-se à análise dos dados de modo interativo, uma vez que, aspectos contextuais estão imbricados nos dados analisados, o que exige do pesquisador a consideração de fatores econômicos, sociais, políticos e culturais durante a análise.

O uso do *programa* demanda do pesquisador um conhecimento amplo acerca do contexto no qual emergiu o material analisado, igualmente, as propriedades do fenômeno estudado, ou seja, os aspectos políticos, sociais e culturais. Rossetti-Ferreira (2004) pontua que a análise de dados a partir da RedSig considera que conforme o momento, ou seja, as condições políticas, sociais, culturais e pessoais em interação, certos significados e sentidos adquirem maior relevo.

Desta maneira, a análise dos dados deu-se em seis momentos: a) a transcrição do material verbal advindo das entrevistas e grupos focais; b) a leitura flutuante; c) a leitura orientada aos objetivos desta pesquisa para eleição das unidades de sentido; d) a categorização; e) a organização das categorias em famílias ou redes e f) análise proposta pela RedSig.

O *software* Atlas Ti 5.2 consiste em um programa informático que auxilia o pesquisador no processo de análise de dados qualitativos (elementos textuais, de vídeo e de imagem), possibilitando a organização, o armazenamento e o gerenciamento dos dados. Segundo Cidade (2012) a interatividade permitida entre os dados, a partir da interface do *software* é uma importante característica do programa e potencializa a análise dos dados. Essa interatividade possível foi essencial para a escolha do *software* para a etapa de análise do material verbal transcrito, uma vez que, a natureza desta pesquisa e seu objeto exigiam um recurso metodológico que pudesse contribuir para a compreensão dos sentidos construídos pelas participantes, seus sentimentos e suas ações.

Com o uso do *software*, a etapa de análise dos dados deu-se em cinco momentos. O primeiro momento consistiu na fase de transcrição das falas das participantes, a partir das transcrições foram criados 4 arquivos, sendo 1 arquivo com as entrevistas feitas com as trabalhadoras do CRAS rural, 1 arquivo com as entrevistas feitas com as usuárias do CRAS rural, 1 arquivo com a transcrição do grupo focal aplicado às trabalhadoras e 1 arquivo com a transcrição do grupo focal aplicado às usuárias. Os arquivos compuseram a Unidade Hermenêutica, ou seja, os documentos primários (*primary documents*) da pesquisa.

⁵ Desenvolvida por pesquisadores do Centro de Investigações sobre desenvolvimento humano e educação infantil (CINDEDI) da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.

O segundo momento, já configurado enquanto análise consistiu na leitura flutuante, o que permitiu a identificação dos elementos necessários às etapas seguintes da análise. O terceiro momento consistiu na leitura orientada aos objetivos da pesquisa o que possibilitou a identificação de citações (*quotations*) ou fragmentos dos documentos primários, que expressavam a produção de sentidos das participantes, ou seja, unidades de sentido (Barros *et al.*, 2009). Nessa etapa foi possível a criação de *memos*, ou seja, anotações, observações ou comentários sobre a leitura registrados nos documentos primários.

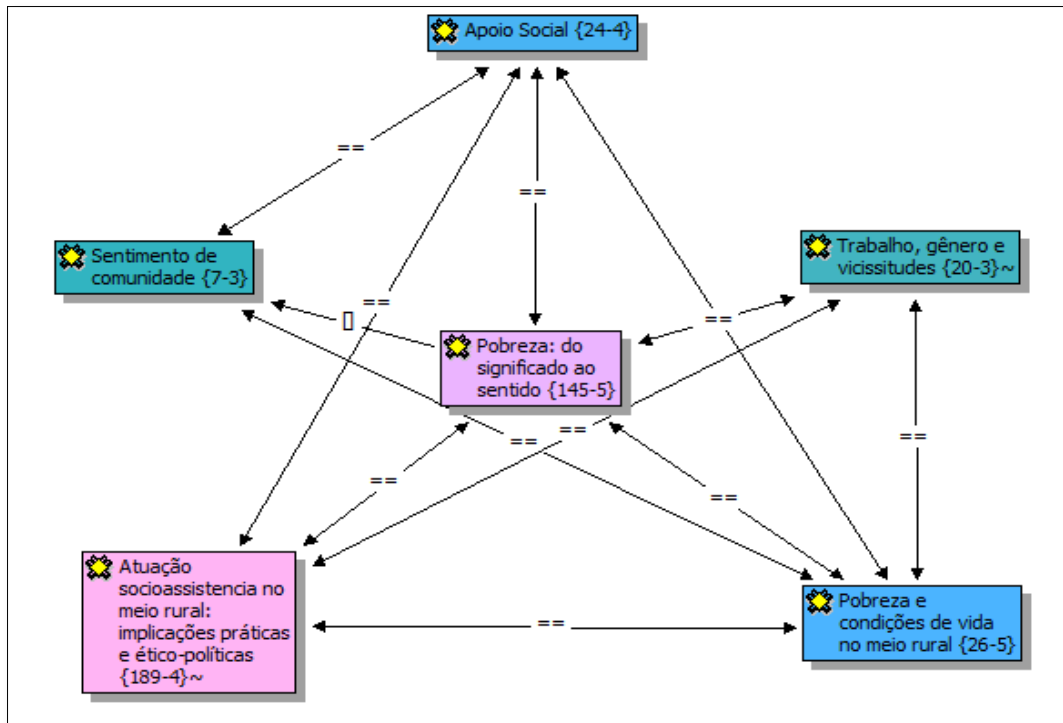
O quarto momento consistiu na organização dessas citações, com elementos comuns, em categorias ou códigos (*codes*). As categorias foram divididas em categorias teóricas advindas das leituras teóricas sobre o problema desta pesquisa e categorias empíricas advindas da observação participante, dos diários de campo (APÊNDICE B), das entrevistas e grupos focais. É importante ressaltar que, apesar desta divisão as categorias são concomitantemente teóricas e empíricas. Desta maneira, as seguintes categorias foram organizadas:

Quadro 2 - Categorias teóricas e categorias empíricas

	Categorias	
	Categorias teóricas	Categorias empíricas
Famílias	1. Pobreza	1.1 Pobreza: do significado ao sentido 1.2 Condições de vida no meio rural
	2. Assistência Social	2.1 Atenção socioassistencial: implicações práticas e ético-político

O quinto momento consistiu na organização dessas categorias em famílias ou redes (*networks views*), essa etapa possibilitou a organização das categorias conceitualmente afins como se observa na figura 4.

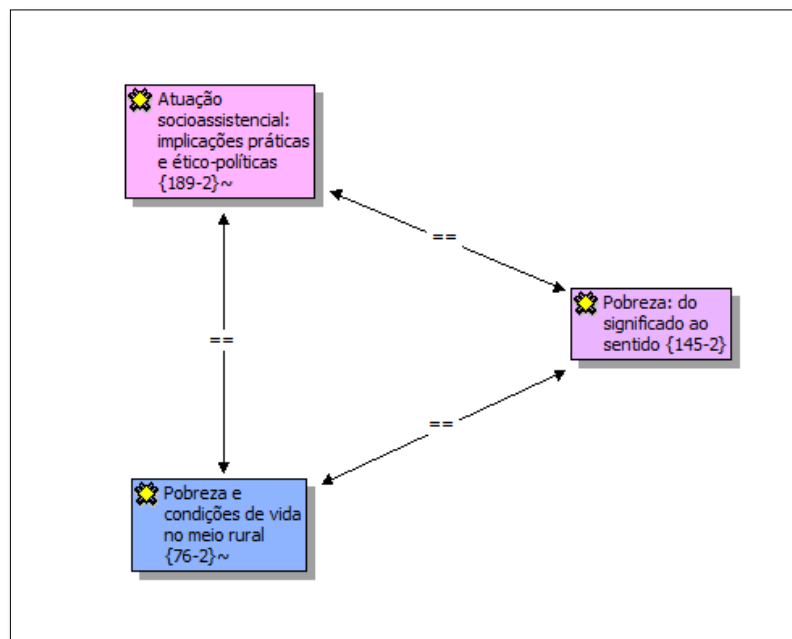
Figura 4: Rede de Significações da pobreza



Fonte: Atlas ti versão 5.2

As categorias ‘Sentimento de comunidade’, ‘Apoio Social’ e ‘Trabalho, gênero e vicissitudes’ foram aglutinadas na categoria ‘Pobreza e condições de vida no meio rural’ como mostra a figura 5.

Figura 5: Rede de Significações da pobreza



Fonte: Atlas ti versão 5.2

A perspectiva teórico-metodológica utilizada na análise dos dados desta pesquisa, como citado anteriormente, considera a necessidade de avaliar tais dados de modo

contextualizado, não somente por sua natureza qualitativa, mas, também, por se tratarem de produções pessoais e coletivas dos participantes, recheadas de sentidos sobre o tema pesquisado. Desta maneira, cabe explicar a concepção de sentido que orienta a análise dos dados desta pesquisa e de que maneira essa concepção se alinha à utilização do *software* Atlas ti 5.2 e à RedSig.

A Rede de Significações (RedSig), perspectiva teórico-metodológica proposta por Rossetti-Ferreira, Amorim e Silva (2004), tem natureza semiótica, polissêmica, atualiza-se no aqui e no agora das situações e no nível dialógico das relações, igualmente, considera que aspectos pessoais, culturais, históricos e contextuais são constituintes do desenvolvimento das pessoas, desta maneira, tais aspectos são atravessados pela cultura, pela ideologia e pelas relações de poder.

A RedSig está embasada na produção de pesquisadores histórico-culturais, tais quais, Lev Vigotski, Henry Wallon, JaanValsine e Mikhail Bakhtin. No campo da psicologia do desenvolvimento e da psicologia social contribuem para a formulação teórico-metodológica da RedSig os pesquisadores: J. Brockmeier, Cabaugh, U. Bronfenbrenner, Jerome Bruner, K. Gergen, R. Hanrré, L. Langenlove e Mary Jane Spink.

A partir disso, Rossetti-Ferreira, Amorim e Silva (2004) pontuam que a RedSigse baseia em seis eixos explicativos apresentados na figura abaixo:

Figura 5 – Eixos explicativos da RedSig



Fonte: Elaborada pela autora

Os *Campos interativos dialógicos* incluem os vínculos, o ambiente social e culturalmente organizado e as interações que possibilitam mudanças advindas da dialogicidade. A *Pessoa* ocupa lugares e papéis definidos pela rede de relações que é atravessada pela linguagem, e, igualmente, se constitui pelas múltiplas vozes ou polifonia (BAKHTIN, 2002; MARCUZZO, 2008) que compõem o mundo social. Os *Contextos* são marcados pela história geral e local, os valores, as concepções e as crenças prevalentes que contribuem para a construção das relações pessoais, afetivas, profissionais e de poder. A *Matriz sócio-histórica* ou *histórico-cultural* inclui elementos sociais, culturais, econômicos e políticos que se aglutinam nas condições socioeconômicas e políticas e nas práticas discursivas, é polifônica e polissêmica.

As *múltiplas dimensões temporais* englobam o lugar, o momento e o tempo, desta forma, esses elementos contribuem para dar sentido às situações. Desta maneira, o movimento de figura-fundo, no qual “conforme o momento, o contexto e as características das pessoas em interação, certos significados e sentidos adquirem maior relevo” (Rossetti-Ferreira, Amorim e Silva, 2004, p. 28), favorecem possíveis ações, emoções e concepções.

Os *Conflitos, confrontos e crises* explicam que, para cada pessoa, as redes se configuram de modo particular, assim, “cada pessoa defronta-se com e negocia o conjunto de significados que lhe são atribuídos e que ela atribui a si mesma, ao outro e às situações vivenciadas” (Rossetti-Ferreira, Amorim e Silva, 2004, p. 30).

Segundo Rossetti-Ferreira, Amorim e Silva (2004), a análise dos vários significados e sentidos que se destacam na situação (relação de figura-fundo), o acompanhamento dos movimentos de transformação e a interpretação dos processos pelos quais as significações emergem é uma tarefa complexa, o pesquisador deve ser flexível e ter uma atenção flutuante, desta forma, estará atendo às contínuas transformações e mudanças de foco das práticas discursivas.

De acordo com Vigotski (2000), os significados das palavras são componentes do vínculo entre pensamento e palavra, tal vínculo tem natureza indecomponível, resultante do desenvolvimento histórico da consciência humana e sujeito a modificações e ampliações ao longo do tempo. Vigotski (2000, p. 398) define significado enquanto “uma generalização ou conceito. Generalização e significado da palavra são sinônimos”. Desta maneira, o significado da palavra é uma unidade de análise do pensamento discursivo ligado à consciência e à intencionalidade, modificam-se em conteúdo e em modo de representação da realidade.

Segundo Bakhtin (2002), o discurso tem natureza polifônica, devido à multiplicidade de vozes e de pontos de vista que se conectam de modo independente

produzindo um diálogo inesgotável. A polifonia do discurso traz consigo o sujeito que fala, o contexto, a família e as pessoas com as quais se relaciona, presentes em “fragmentos crus da realidade cotidiana” (BAKHTIN, 2002, p. 13).

O significado da palavra, ou seja, seu conceito, segundo Vigostski (2000) desperta fatos psicológicos na consciência do sujeito, a soma de tais fatos compõem o sentido da palavra, desta maneira, “o sentido é sempre uma formação dinâmica, fluida, complexa, que tem várias zonas de estabilidade variada” em comparação ao significado que trata-se de “uma zona mais estável, uniforme e exata” (VIGOSTKI, 2000, p. 465).

Segundo Vigotski (2000, p. 465), o sentido da palavra muda facilmente em diferentes contextos, porém, o significado é um ponto imóvel que permanece estável em todas as mudanças de sentido da palavra em diferentes contextos, sendo, o significado “apenas uma pedra no edifício do sentido”. Acerca dessa diferença, Vigotski (2000, p.466) explica que:

O enriquecimento das palavras que o sentido lhes confere a partir do contexto é a lei fundamental da dinâmica do significado das palavras. A palavra incorpora, absorve de todo o contexto com que está entrelaçada os conteúdos intelectuais e afetivos e começa a significar mais e menos do que contém o seu significado quando a tomamos isoladamente e fora do contexto: mais, porque o círculo dos seus significados se amplia, adquirindo adicionalmente toda uma variedade de zonas preenchidas por novo conteúdo; menos, porque o significado abstrato da palavra se limita e se restringe àquilo que ela significa apenas em um determinado contexto.

Segundo Guareschi e Jovchelovitch (1995), a palavra adquire sentido no contexto e esse contexto pode modificar o sentido das palavras, igualmente, a dimensão dos afetos está entrelaçada à produção de sentidos quando os sujeitos sociais se empenham em compreender e dar sentido ao mundo com emoção, com sentimento e com paixão. Assim, segundo Guareschi e Jovchelovitch (1995), a construção de sentido é um ato de conhecimento e um ato afetivo com base na realidade social, igualmente, os sentidos sofrem influência e podem ser modificados por posições ideológicas sejam de ordem religiosa, política, moral ou filosófica.

Desta forma, os sujeitos não são passivos no processo de construção de sentidos, tão pouco, tal construção se dá unicamente em nível intelectual, mas é sedimentada no tempo presente, vivido, histórico e prospectivo (Rossetti-Ferreira, 2004) atravessado por fatores sociais, econômicos, afetivos, políticos, familiares e históricos, ou seja, a matriz sócio-histórica que rodeia os sujeitos.

Diante do exposto, a possibilidade de uso dos recursos do software Atlas ti, dos pressupostos teóricos e metodológicos da RedSig e do conceito de sentido em Vigotski, permitiu a fase de coleta de dados e análise dos achados desta pesquisa, a fim de analisar as

implicações dos sentidos da pobreza construídos por trabalhadoras e usuárias na atenção socioassistencial de um CRAS rural do estado do Ceará.

2.6 Compromisso social e ético da pesquisa

Para além de uma pesquisa com fins de obtenção do título de Mestre em Psicologia, este estudo se propôs a contribuir para a mudança social, sem obviamente, dispor-se de forma hercúlea ou salvadora, mas colocando-se como uma possibilidade de contribuição e convite à reflexão acerca da atenção socioassistencial atravessada pelo modo de produção capitalista e pelo constante ataque aos direitos da classe trabalhadora. Desta forma, um dos objetivos finais desta pesquisa é a devolutiva às usuárias e trabalhadoras que participaram deste estudo, de modo a contribuir para a qualificação da atenção socioassistencial prestada. Também se pretende a submissão deste estudo a periódicos especializados e a apresentação em congressos e eventos.

O compromisso ético e o cuidado com os participantes estiveram presentes neste estudo, desde a sua concepção aos ajustes finais. Em muitos momentos, diante da realidade social na qual estava imersa, senti-me atravessada de muitas formas, inclusive pela sensação de estar de ‘mãos atadas’, ora desanimada, ora convocada à luta. Este trabalho foi tecido em um período de desmonte das políticas sociais brasileiras por um governo ilegítimo. Apesar disso, esperamos melhores dias e melhores horizontes para as trabalhadoras e trabalhadores deste país que precisarão cada vez mais da atenção socioassistencial brasileira.

Por fim, para efeitos institucionais, esta pesquisa consta registrada e aprovada junto ao Comitê de Ética em Pesquisa, da Universidade Federal do Ceará, parecer nº 54680116.4.0000.5054 e obedece à Resolução 466/2012 que aprova as normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

3. Pobreza: uma expressão da questão social

“Pobreza por pobreza. Sou pobre em qualquer lugar. A fome é a mesma fome que vem me desesperar. E a mão é sempre a mesma que vive a me explorar.”

(Luiz Gonzaga)

Este capítulo tem a proposta de apresentar, de forma sucinta, a gênese da questão social no âmbito da sociedade capitalista, as expressões da questão social no Brasil, a categoria pobreza enquanto uma de suas expressões, a gestão da pobreza no contexto brasileiro, igualmente, as implicações dessa categoria para o desenvolvimento das políticas sociais ao longo dos anos na formação social brasileira. Juntamente à explanação e discussão teórica serão apresentados os dados empíricos desta pesquisa.

3.1 Sociedade do capital: gênese da questão social

Pesquisadora: Porque que existe pobreza no país?

Trabalhadora_02: É devido mesmo à desigualdade, né? Do próprio sistema, do capitalismo. Estudos já dizem que (...) se não tivesse essa concentração de renda na mão de poucos, todas as pessoas poderiam viver dignamente com alimento, não existiria fome. Isso eu falo a nível mundial, não é só no Brasil (GF2, p. 5).

Segundo Iamamoto (2001) e Santos (2012), a gênese da questão social é explicada a partir do processo de acumulação ou reprodução ampliada do capital caracterizada pela inserção de inovações tecnológicas, aumento da produtividade e a diminuição do tempo de trabalho, produzindo uma população de trabalhadores supérfluos e excedentes. O excedente populacional ou o supérfluo para o capital gerou uma massa de sujeitos que cresceu em ordem inversa à necessidade e capacidade de absorção do capital, relegando-os a condições de pauperismo.

Santos (2012) analisa a questão social enquanto conceito, ou seja, de natureza reflexiva e intelectual e suas expressões enquanto categorias. Categorias essas de existência concreta, porém, tradicionalmente tratadas de forma isolada sob o título de problemas sociais, tais quais houvesse múltiplas questões sociais, sem ligação entre si e sem raízes econômicas e histórias. Desta forma, a leitura compartimentada da questão social tende à naturalização de suas expressões, a concepções familistas e à culpabilização dos sujeitos.

São pessoas em vulnerabilidade social, são famílias que recebem o bolsa família, alguns BPC [Benefício de Prestação Continuada] e são famílias extremamente carentes que vêm sempre em busca das assistentes e também da psicóloga por conta dos problemas familiares, financeiros e, assim, na própria família, vários problemas familiares, mesmo (Trab_01. Entrevista, p. 2).

Segundo Martinelli (2011), o capital é uma relação social, desigual e o capitalismo um modo de produção mantido pelo capital. Para Siqueira (2013) o modo de produção capitalista (MPC), refere-se tanto à forma que se dão as relações sociais entre os homens, como se refere às relações entre os homens e as forças produtivas (posse privada dos meios de produção). Define, também, uma estrutura social, na qual há dois polos, de um lado, a burguesia ou classe capitalista, que concentra as propriedades e os meios de produção e, de outro, o proletariado ou classe operária, que detém a venda de sua mão de obra.

O sistema capitalista não tem um surgimento exato, porém, pode-se situá-lo a partir da expropriação de camponeses de suas terras para transformá-las em pastagens de ovelhas, na Inglaterra, em meados do fim do século XV e início do século XVI, período denominado por Marx de ‘acumulação primitiva do capital’ e responsável pela criação do trabalhador livre característica da pré-história do capitalismo (SANTOS, 2012).

O trabalhador livre, podendo de direito dispor da sua pessoa viu-se obrigado de fato a dispor dela para viver, não tendo outra coisa que vender. Desde então foi condenado ao papel de assalariado durante toda a sua vida. O desmoronamento da ordem feudal assinalou (...) pela substituição de um novo jugo em lugar do antigo (...) dois campos opostos que pouco a pouco absorvem toda a sociedade: a burguesia capitalista e o proletariado (MARX, 2010, p. 20).

Husson (1996) aponta que, nos anos iniciais de expansão, o capitalismo tinha a proposta de progresso universal, no entanto, perdeu fôlego e produziu um aprofundamento da desigualdade, imposta fortemente à classe operária, com desemprego e miséria resultantes. Desta maneira, em uma relação de proporcionalidade, a riqueza da classe capitalista cresceu na medida do crescimento da pobreza da classe operária, aumentando, portanto, o fosso entre ricos e pobres. Esse engendramento arrasta-se aos dias contemporâneos e, assim como nos anos iniciais do capitalismo, a divisão desigual da riqueza socialmente produzida permanece como explanada no discurso a seguir:

Porque, assim, o nosso país é um país muito rico, mas a riqueza tá concentrada na mão de poucos, né? A má distribuição de renda, por causa disso, da distribuição de renda, é pouca gente com muito, muita riqueza, e muita gente sem nada (Trab_07. GF2, p. 5).

Para Martinelli (2011), as diferenças entre as classes sociais se acentuaram e o capitalismo, em sua fase inicial, introduzira significativas mudanças estruturais, relacionais e processuais na sociedade da época. Os homens e mulheres do campo foram impulsionados para as cidades e para o trabalho assalariado devido aos grandes latifúndios e a impossibilidade de uso da terra para subsistência. Nesse contexto, a essência do capital, segundo Martinelli (2011) além do foco monetário e de fins lucrativos estabeleceu uma ordem

social e um modo de produção marcado pela dominação dos processos de produção por parte da classe burguesa.

O modo de produção capitalista definia, assim, uma forma específica e peculiar de relações sociais entre os homens, e entre estes e as forças produtivas, relações mediatizadas pela posse privada dos meios de produção. Definia também, como consequência, uma nova estrutura social, pois a concentração da propriedade dos meios de produção nas mãos de uma classe que representava apenas uma minoria da sociedade determinava o aparecimento de uma outra classe, constituída por aqueles que nada tinham, a não ser sua própria força de trabalho (MARTINELLI, 2011, p. 29)

No século XVIII, na Inglaterra, a segunda fase do capitalismo, denominada Capitalismo industrial, é impulsionado pela emergência e expansão de fábricas. Era comum o emprego de mulheres e crianças, com jornadas de trabalho extenuantes, fome, doenças, baixos salários e condições de trabalho insalubres, também para homens e idosos, numa jornada média de 16 horas diárias sob a vigilância de capatazes e elevadas taxas de mortalidade por exaustão (SANTOS, 2012).

Parece, sem dúvida, que o próprio interesse do capital deveria impulsioná-lo a economizar uma força que lhe é indispensável. Porém, a experiência ensina ao capitalista que, por regra geral, há excesso de população (...) depois de mim, o dilúvio! Tal é o lema de todo capitalista (MARX, 2010, p. 85).

Nesse contexto, a Europa Ocidental do século XVIII, foi um terreno propício, no plano político e social, para o florescimento do capitalismo e das grandes revoluções, a saber, Revolução Francesa e Revolução Inglesa. As mudanças sociais, econômicas e políticas advindas dessas revoluções trouxeram conquistas para a classe operária e a necessidade de organização política, enquanto classe trabalhadora. Dessa organização, advieram as demandas por direitos atinentes ao trabalho e às lutas para conquistá-los, em contrapartida, as demandas por práticas socioassistenciais cresceram exponencialmente, na medida da expansão do capitalismo e da massificação do exército de reserva “A classe trabalhadora crescera visivelmente, introduzindo uma nova geografia nos centros urbanos: a da pobreza, que se fazia acompanhar da geografia da fome e da generalização da miséria” (MARTINELLI, 2011, p. 60).

No início do século XIX, na Europa, ao tempo que a burguesia comandava as condições de trabalho e os salários, a classe trabalhadora se associava por meio de sindicatos e cooperativas, fator preponderante para a constante reivindicação por melhores condições de trabalho, por meio das greves e paralisações. Nesse período, o aumento populacional foi notável, o êxodo rural, a expansão das zonas periféricas das cidades e a ausência de condições

mínimas de habitação nesses espaços potencializaram as condições de vida em contextos de pobreza e miséria.

Santos (2012) esclarece que o período de acumulação primitiva do capital, responsável pelo acentuado pauperismo da classe operária, foi fértil para as lutas sociais, em meados do século XIX, especialmente, por volta do ano de 1830, quando tais lutas se deram de forma organizada contra a exploração capitalista. Antes, porém, eram comuns os motins e protestos dos trabalhadores, no entanto, de forma desorganizada e sem liderança que, para os burgueses, representavam apenas desordens episódicas. Nesse contexto, as mudanças sociais já eram profundas e a expressão dos antagonismos advindos dessas mudanças, segundo Martinelli (2011) emergiu com as lutas de classes, símbolo das relações entre proletariado e burguesia, e demarcaram a gênese da questão social.

Desta forma, o termo ‘questão social’, para definir os processos sociais fomentados pelo modo de produção capitalista, surge por volta do ano de 1830. Segundo Iamamoto (2001) e Behring e Boschetti (2009), o conceito não está presente nas ideias de Karl Marx, porém, pode ser aplicado à discussão e análise do modo de produção capitalista. A questão social foi evidenciada enquanto ameaça à ordem instituída, por expor as lutas operárias, sua inserção no campo político e a exigência de reconhecimento da classe operária por parte do empresariado e do Estado, igualmente, é a manifestação da contradição entre o proletariado e a burguesia, e a exigência de direitos para além de ações repressivas e de caridade.

Para Yazbek (2001), ações de caridade e benesses estiveram presentes ao longo das ações direcionadas aos sujeitos considerados pobres, porém, ações desprovidas de reconhecimento e efetivação dos direitos sociais da classe trabalhadora e ratificadoras da concepção de solidariedade social. A solidariedade social foi elemento constante ao longo da expansão capitalista, inicialmente, por meio de ações isoladas da burguesia, e, posteriormente, por meio da aliança entre burguesia, Igreja e Estado. O discurso abaixo exemplifica a solidariedade social enquanto intervenção em situações de pobreza, ou seja, ‘a ajuda do outro em melhores condições’ e a desresponsabilização do Estado:

Eu acho que assim, também, muitas pessoas que precisam procurar se ajudar, porque assim, precisa de alguma coisa e não procuram o auxílio de uma pessoa, (...) você tem que procurar se ajudar, (...) porque os outros vão se comover e vão procurar te ajudar, também. (Trab_05. Entrevista, p.7).

O poder de mando do capital sobre o trabalho fomentou a massificação do exército de reserva ou excedente populacional formado por sujeitos afastados dos trabalhos

por doenças ocupacionais, os desempregados, crianças e adolescentes, os trabalhadores informais e aposentados. A produção do exército de reserva acentuou a concorrência entre os trabalhadores, a regulação dos salários e carga horária por parte do empregador, igualmente, a flexibilização e a precarização dos postos de trabalho. O diálogo a seguir exemplifica a relação capital – trabalho e suscetibilidade das trabalhadoras às exigências do empregador local:

Pesquisadora: Porque as mães precisam sair [do emprego]?

Usuária_07: É, porque eu não vou ver meu filho doente, eu vou deixar e vou trabalhar, vou nunca, tem nem perigo.

Usuária_09: Eles dizem que você não tem o perfil da fábrica.

Usuária_01: Aí tem só ela, eles fazem o que quiser com os funcionários.

Usuária_02: Aí se tivesse outra eles davam mais valor às pessoas (GF1, p. 3).

Iamamoto (2001) esclarece que a busca pela ampliação das taxas de lucratividade, caracterizada pelo menor custo e maior produção, em menos tempo, por meio do uso de técnicas e máquinas, bem como a concorrência, alargaram o poder de mando do capital sobre o trabalho. Nesse engendramento, segundo Marx (2010) a pobreza foi a consequência fatal do capitalismo, uma vez que, “o pauperismo é o quartel dos inválidos no exército do trabalho (...) é, portanto, a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista” (MARX, 2010, p.157).

Para Iamamoto (2001) a pobreza, a partir dessa concepção, não se refere apenas à desigual distribuição de renda, mas, também, ao acesso aos meios de produção e aos produtos construídos e à consequente divisão da sociedade em classes, potencializada pela diminuição da responsabilidade do Estado, pela criminalização da questão social, pela culpabilização e individualização e da chamada da sociedade para suprir as necessidades dos sujeitos pobres por meio da solidariedade social.

Apesar da centralidade explicativa do trabalho para a compreensão da pobreza, como se observa no discurso a seguir, os sentidos produzidos tendem a não relacionar as categorias trabalho e pobreza:

Tem vários tipos de dificuldade, mas eu acho que a gota d’água da pobreza é você não ter onde morar e não ter como criar seus filhos. Tem gente que tem uma casa, eu tenho, não é minha, é alugada, mas eu tenho meu cantinho. Agora, você não ter nem aquilo ali, pra mim é que é considerado pobreza, não é você não ter um trabalho, você não ter uma renda, mas abaixo disso, acho que é o fim de tudo (Usuária_01. Entrevista, p.1).

Em síntese, a gênese da questão social no âmbito da sociedade capitalista está atrelada ao antagonismo entre os projetos das distintas classes sociais, burguesia e

proletariado, resultado da exploração do trabalho pelo capital, intenso processo de pauperização da classe trabalhadora, aumento da população excedente e a “tensão entre a defesa dos direitos sociais e a mercantilização do atendimento às necessidades sociais” (IAMAMOTO, 2001, p. 22).

3.2 Capitalismo e questão social no contexto brasileiro

O subtópico tem a proposta de apresentar uma breve explanação acerca das manifestações da questão social no Brasil, a partir do desenvolvimento do capitalismo e suas influências para a formação social brasileira.

3.2.1 Breve histórico: expressões da questão social no Brasil

Segundo Santos (2012), a formação social brasileira tem início no período do Brasil Colônia (1500-1822), fase do Capitalismo comercial, durante a qual a colonização predatória objetivava os interesses comerciais da metrópole portuguesa e exploração intensa dos recursos naturais do território colonizado. A mão de obra escravizada advinda da África, após as sucessivas tentativas de apreensão dos povos tradicionais do Brasil, marcaram o período e anos posteriores até meados do século XVIII.

A economia do Brasil Colônia estava em torno da extração da cana-de-açúcar, posteriormente, no século XVIII, a extração mineral de ouro e diamantes, agricultura do açúcar, do algodão e do tabaco, e da pecuária na região centro-sul. Além dessas características, outros fatores estiveram presentes na formação social brasileira: a existência de grandes propriedades, o extermínio de milhares de povos tradicionais e de elementos de sua cultura, a desvalorização da agricultura de subsistência, gerando fome e miséria, o descaso com a educação e as práticas de corrupção entre a Coroa portuguesa e os colonos. A burguesia brasileira, neste período, estava composta pelos senhores de engenho e grandes mineradores (SANTOS, 2012).

Segundo Prado Júnior (2004), o regime colonial representava um obstáculo ao desenvolvimento do país, as transformações econômicas, sociais, administrativas, jurídicas e políticas apadrinhadas por circunstâncias internacionais permitiram a eclosão do regime colonial e a passagem da condição de colônia para uma nação autônoma, porém, tais transformações aconteceram de forma intermitente com avanços, paradas e recuos. Esse período é impulsionado pela chegada ao Rio de Janeiro, sob a proteção da Inglaterra, da corte portuguesa fugida das tropas de Napoleão, em 1808. A chegada da corte trouxe significativas

mudanças econômicas e sociais e foi evento precursor imediato da independência do Brasil anos mais tarde.

No período monárquico (1822-1889), segundo Santos (2012), havia um incipiente desenvolvimento manufatureiro, a exportação do café era a principal economia, à custa da mão de obra escrava, igualmente, a cultura do café foi responsável pela ratificação da divisão social em classes, desta vez, tendo os produtores de café como representantes da burguesia. Ao mesmo tempo em que, a Inglaterra, país mediador do reconhecimento internacional da emancipação política do Brasil, exigia a extinção do uso de mão de obra escrava, uma vez que, essa prática confrontava o mercado consumidor internacional baseado no trabalho livre e assalariado.

Prado Júnior (2004) explica que o processo de extinção do uso de mão de obra escrava se deu com dificuldades, uma vez que tal forma de trabalho movia boa parte das forças produtivas no país, não obstante, gerava conflitos. A presença da massa de escravos gerava temor na sociedade da época devido às incertezas acerca das reações das pessoas escravizadas diante da jornada dura, humilhante e degradante as quais eram impostos.

Segundo Prado Júnior (2004), de forma inicial, o capitalismo no Brasil dava seus primeiros passos: o país experimentou progressos a partir de 1850, após a extinção do uso de mão de obra escrava, quando da fundação de empresas, bancos, caixas econômicas, companhias de navegação, seguros, colonização, mineração, transporte urbano, gás e estrada de ferro e o investimento que, anteriormente, era aplicado ao tráfico de pessoas para escravidão, foi utilizado para o melhoramento da agricultura.

Furtado (2003, p. 142) esclarece que, para os escravocratas, a extinção do trabalho servil representava uma “hecatombe social” já que a propriedade da força de trabalho escravo era uma riqueza para seu senhor e o fim da escravidão representaria o empobrecimento dos senhores. A propriedade da força de trabalho passa do senhor para o indivíduo, agora livre e assalariado, mas com ganhos irrisórios na região açucareira e elevados na região cafeeira, repercutindo na distribuição e destinação final de rendas. As novas relações de trabalho, segundo Prado Júnior (2004), apesar do fim da servidão, conservaram acentuados traços servis com contradições econômicas e sociais. A cerca dessas contradições, Furtado (2003, p. 144) explica:

Os escravos liberados que abandonaram os engenhos encontraram grandes dificuldades para sobreviver. Nas regiões urbanas pesava já um excedente de população que desde o começo do século constituía um problema social. Para o interior a economia de subsistência se expandira a grande distância e os sintomas pressão demográfica sobre as terras semiáridas do agreste e da caatinga se faziam sentir claramente.

Segundo Prado Júnior (2004) a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre gerou tensionamentos e graves conflitos que ameaçaram os alicerces econômicos da época devido à instabilidade da mão de obra e das relações de trabalho em permanente atrito, uma vez, que o trabalhador livre, ao contrário do escravo, não está preso ao seu empregador e obrigado a sofrer de forma passiva a exploração de seu trabalho, podendo buscar o emprego que prouvesse melhores condições, estabelecer-se por conta própria ou retorno ao seu país de origem.

Santos (2012) explica que organização social brasileira da época foi afetada pelo significativo crescimento das manufaturas, facilitado pelo fim do trabalho escravo e pela disponibilidade de mão de obra livre excedente nos centros urbanos. Acerca disso, Prado Júnior (2004, p. 198) esclarece que:

a população marginal, sem ocupação fixa e meio regular de vida, era numerosa, fruto de um sistema econômico dominado pela lavoura trabalhada por escravos. A população livre, mas pobre, não encontra lugar algum naquele sistema que reduzia ao binômio “senhor e escravo”. Quem não fosse escravo e não pudesse ser senhor, era um elemento desajustado (...) resultava em contingentes relativamente grandes de indivíduos mais ou menos desocupados, de vida incerta e aleatória (...) E será esta a origem do proletariado industrial brasileiro, o que explicará, muitas de suas características e evolução.

O capital financeiro internacional dominava a principal atividade econômica brasileira da época: a produção e exportação de café, gerando dependência econômica, mas também, avanços com o financiamento de ferrovias, portos, navegação e eletricidade e a consolidação do trabalho assalariado, porém, o desconforto social por conta da exploração da força de trabalho por parte dos grandes latifundiários e agroexportadores e as dificuldades de acesso à terra geraram conflitos que eram tratados pelo governo republicano como casos de polícia.

Já na primeira metade do século XX, segundo Santos (2012) e Furtado (2003), nos anos de 1930 a 1945, com o primeiro governo Vargas, a crise capitalista desencadeada em 1929 impede o governo de obter mais recursos internacionais, neste contexto, há uma política nacionalista para o investimento de produtos produzidos no país. Para Santos (2012) o governo Vargas, apesar de centralizador, respondeu às expressões da questão social no país por meio das primeiras leis regulamentadoras sobre o trabalho, garantia de direitos sociais, profissões e sindicatos, estabelecimento da política educacional e organização dos três níveis de educação, bem como a instituição da educação profissionalizante para responder à exigência de mão de obra das indústrias que à época se expandiam.

Na década de 1940, segundo Raichelis (1988), instituições patronais ou estatais foram criadas, Legião Brasileira de Assistência (LBA), Serviço Nacional da Indústria (SENAI), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social do Comércio (SESC), entre outras, a fim de responder às expressões da questão social no país. Apesar do público-alvo das instituições patronais ser a classe trabalhadora, essas instituições eram movidas pelos interesses do empresariado.

Para Santos (2012), no período democrático, entre os anos de 1945 a 1964, iniciado pela posse de Dutra, eleito por vias diretas, o capitalismo no Brasil atinge sua fase de industrialização pesada, porém, as condições de vida da maioria dos brasileiros, nos anos 50, eram precárias: habitações insalubres, saneamento básico e energia elétrica chegavam a poucos domicílios e grande parte da população vivia em subúrbios, as respostas do governo a essas questões eram pouco expressivas.

Segundo Santos (2012), após o governo Dutra, Getúlio Vargas volta à presidência com um plano de desenvolvimento econômico de cunho nacionalista e de estatização a fim de solucionar os graves problemas econômicos do país, porém, essas características desagradaram investidores estrangeiros, o que refletiu diretamente no apoio político a Vargas. Os militares estavam desgostosos das medidas do então ministro do trabalho João Goulart que estavam alinhadas, segundo rumores da época, a ideais comunistas e sindicalistas.

Nesse contexto de cerco militar, Vargas, em 1954, comete suicídio e seu vice, Café Filho assume a presidência da República. O suicídio de Vargas fomentou inúmeras manifestações populares que afastaram os militares da presidência, não obstante, 10 anos depois, em 1964, por meio de um golpe baseado na doutrina de Segurança Nacional, os militares instauram a ditadura no Brasil. Nesse período João Goulart era o então presidente da República, suas medidas progressistas ditas esquerdistas desagradaram mais uma vez aos militares. Jango, como era chamado, comprometeu-se com medidas de combate às desigualdades sociais, reforma agrária e distribuição de renda.

Em 1º abril de 1964 foi instaurado o regime militar no Brasil com o governo do Marechal Castelo Branco. Segundo Netto (2005), um regime autocrático e burguês que abarcou um conjunto de transformações históricas, econômicas, sociais e políticas que produziram reverberações na vida cultural brasileira e fundou um país novo, porém, sem soluções, mas com amplo e profundo agravamento dos grandes problemas da sociedade brasileira. Acerca do regime militar Netto (2005, p. 16) esclarece: “Nele se imbricam, engrenam e colidem vetores econômicos, sociais, políticos (e geopolíticos), culturais e ideológicos que configuram um sentido predominantemente derivado da imposição, por

mecanismos basicamente coercitivos, de uma estratégia de classe (implicando alianças e dissensões) ”.

Nesse período, segundo Netto (2005) o país sujeitou-se a interesses imperialistas, especificamente, aos dos Estados Unidos, a fim de adequar o desenvolvimento nacional aos moldes do sistema capitalista. Nesse período, de acordo com Santos (2012), Assumpção e Carrapeiro (2014) o país experimentou o ‘milagre econômico’ fomentado pelo massivo capital estrangeiro e pela política econômica conservadora adotada por Castelo Branco, com aumento do custo de vida e contenção de salários.

Esses fatores contribuíram para uma industrialização forte. Outra importante característica foi a exclusão de todo e qualquer projeto comprometido com questões populares e democráticas e um discurso oficial expressamente contrário a ideias comunistas, portanto, de acordo com Netto (2005) e Santos (2012) a repressão atingiu diretamente estudantes, universidades, movimentos do campo e sindicatos com perfis nacionalistas e de esquerda.

Para Assumpção e Carrapeiro (2014) os movimentos políticos, na época, foram desmobilizados e tiveram seus trabalhos interrompidos, mantendo-se pelo regime, as políticas sociais e os programas de desenvolvimento de comunidades. Acerca das medidas no campo social Assumpção e Carrapeiro (2014) explicam que a política social foi marcada pela fragmentação institucional, centralização financeira em nível federal, extinção da participação popular, uso clientelístico dos recursos, privatização da educação, saúde e habitação, e a distribuição de benefícios.

Segundo Santos (2012), em meio a tantas mudanças, a sociedade civil ligada a grupos de esquerda, por meio de greves, passeatas e luta armada apresentaram aberta oposição ao regime, não obstante, por meio do Ato Institucional-5 (AI-5) promulgado em 13 de dezembro de 1968, abriu-se uma fase de perda de direitos sociais e políticos, demissões no serviço público, censura dos meios de comunicação e ações de tortura contra os sujeitos considerados subversivos.

De acordo com Assumpção e Carrapeiro (2014), na década de 70, movimentos populares e operários ligados às Comunidades Eclesiais de Base alinhadas à Igreja Católica, sindicatos rurais e o movimento sindical levantaram-se contra o regime militar, o que culminou na luta pelas eleições diretas para os Estados e o Executivo Federal. Em 1983, José Sarney é eleito presidente, pelo voto indireto do Legislativo. Esse fato, segundo Santos (2012), Mioto e Nogueira (2013) operou a chamada “transição democrática” e marcou o retorno do país ao Estado de Direito.

Segundo Silva (2005), o Estado de Direito é caracterizado por dois elementos: respeito aos direitos fundamentais do homem e a limitação do poder estatal. A promulgação da Constituição de 1988 marca o Estado democrático de Direito com fundamento na soberania popular, explicitação de direitos e deveres dos cidadãos e da realização da democracia representativa.

Os princípios do Estado democrático são: a supremacia da Constituição, sistema de direitos fundamentais individuais e coletivos e o respeito à dignidade da pessoa, a justiça social e a luta contra as desigualdades. Justiça social tornou-se um dos pilares da Constituição de 1988, para a qual mulheres e homens têm deveres e direitos iguais relativos ao trabalho, à saúde, à educação, à justiça, à assistência social, dentre outros.

De acordo com Cruz e Guareschi (2014), o período compreendido entre 1975 e 1985 corresponde a um recorte no campo político popular. Movimentos urbanos reivindicatórios e os trabalhos das Comunidades Eclesiais de Base ligados à Igreja Católica permitiram articulações políticas na sociedade civil, no meio sindical e partidário. Levantaram-se movimentos pela redemocratização do país e pelo pluripartidarismo, movimentos estudantis e docentes e a comissão pastoral da terra, dentre outros movimentos, permitiram a criação de redes, conselhos e fóruns de cunho propositivo. Esse cenário, segundo Cruz e Guareschi (2014), levou à instalação da Assembleia Nacional Constituinte e a lutar para inserir na nova carta constitucional, direitos sociais, enquanto dever do Estado, materializados em políticas públicas.

A Constituição Federal de 1988 trouxe uma mudança para a concepção de assistência social no Brasil. Esta passa a constituir juntamente com a saúde e previdência social, a base da seguridade social, notadamente inspirada na noção de Estado de Bem-Estar social (...) institui o início da transformação da caridade, benesse e ajuda para a noção de direito e cidadania (CRUZ; GUARESCHI, 2014, p. 27).

Segundo Dantas (2013), a partir da Constituição de 1988, houve maior oferta de políticas sociais com a finalidade de alcançar a justiça social presente no texto constitucional, mais especificamente, esse movimento deu-se por meio da Seguridade Social alicerçada no tripé: Previdência, Assistência social e Saúde, contudo, não foi tarefa fácil a luta pela Seguridade social assegurada constitucionalmente. Para Mauriel (2010), nesse meandro de lutas e pactuações, as estratégias de combate à pobreza ganharam terreno, ao mesmo tempo em que a recente Seguridade social era atravessada por ações de desmonte de base eleitoreira, de barganha populista.

3.2.2 Pobreza e Políticas sociais: particularidades do contexto brasileiro

A pobreza vem desde sempre, então pra situação melhorar, é o investimento realmente nas diversas políticas públicas durante muitos anos (Trab_01. GF2, p. 07).

A questão social tem múltiplas expressões, o desemprego e a pobreza, segundo Santos (2012) e Yazbek (2001) estão intimamente relacionados e são categorias expressivas e explicativas da questão social. A vida em contextos de pobreza, em muitas situações forjadas pela ausência do trabalho ou pela presença do trabalho precário, impulsiona milhares de sujeitos a condições de vida insalubres, a moradias em territórios geograficamente vulneráveis e ao acesso ineficiente às políticas sociais básicas, tais quais, assistência social, saúde, educação, trabalho e cultura.

Os trabalhadores empregados se deparam com a flexibilização do trabalho, marcada pela instabilidade no emprego, por baixos salários e pela segmentação entre trabalho formal e informal o que gera a sensação de insegurança e precarização da atividade laboral com consequências sociais, em destaque o desemprego (SANTOS, 2012). Segundo Guimarães *et al.* (2011) e Ammann (2013) o desemprego reflete não apenas na aquisição de renda dos sujeitos, mas em outros campos da vida particular e coletiva, a subnutrição, a mortalidade infantil, o abandono de crianças, a baixa escolaridade, as taxas de suicídio, a saúde mental, o sofrimento difuso e a violência doméstica, por exemplo, são provocados pelo desemprego como “consequências em cadeia, superpostas e interativas” (AMMANN, 2013, p. 60).

Santos (2012) pontua que, o desemprego e a pobreza embora relacionados sejam expressões diferenciadas da questão social e, desta forma, a política de Assistência Social não pode substituir as políticas voltadas para o trabalho, bem como tais políticas não podem ser significativas quando pensadas e executadas de forma desconexa às causas macroeconômicas que ratificam a elevada desigualdade social no Brasil.

Em sua multifatorialidade, a pobreza está para além da questão monetária e da diminuição da capacidade de consumo de bens e serviços, nas palavras de Yazbek (2015), a renda se configura como elemento essencial para a identificação da pobreza, porém, o acesso aos mínimos sociais, ou seja, bens e serviços sociais e outros meios complementares de sobrevivência deve ser considerado para avaliar e definir as situações de pobreza, assim esta não é apenas uma categoria econômica, mas também política. Enquanto categoria política é traduzida pela carência de direitos, possibilidades e esperança.

Porém observa-se que a construção de sentidos em torno da capacidade de consumo dos sujeitos, sem alusão a outras possibilidades de efetivação e exercício de direitos sociais, com foco numa concepção unidimensional da pobreza, ou seja, a partir do critério renda:

Hoje em dia todo pobre tem televisão e geladeira dentro de casa. Uma moto. De primeiro quem é que podia comprar uma televisão, uma geladeira, ninguém podia porque o dinheiro não dava mesmo. E a pessoa hoje em dia compra as coisa [sic] que precisa, que a pessoa precisa e tem vontade (Usuária_03, GF01, p.14).

Ainda para Yazbek (2015), a pobreza é abordada como expressão direta das relações sociais vigentes, ou seja, capitalismo, desigualdade, exploração do trabalho pelo capital, acentuada pauperização da classe trabalhadora entre outros fatores já expostos anteriormente. Essas relações reproduzem a pobreza no plano socioeconômico e político e fixam o pobre em seu lugar. Acerca disso, Telles (1993, não paginado) explica que:

a pobreza atual arma um novo campo de questões ao transbordar dos lugares nos quais esteve "desde sempre" configurada: nas franjas do mercado de trabalho, no submundo do mercado informal, nos confins do mundo rural, num Nordeste de pesada herança oligárquica, em tudo o mais, enfim, que fornecia (e ainda fornece) as evidências da lógica excludente própria das circunstâncias históricas que presidiram a entrada do país no mundo capitalista. De fato, ao lado da persistência de uma pobreza de raízes seculares, a face moderna da pobreza aparece registrada no empobrecimento dos trabalhadores urbanos integrados nos centros dinâmicos da economia do país.

Estudos recentes no campo da Psicologia Comunitária contribuem para a compreensão da pobreza e suas implicações psicossociais, de acordo com Ximenes, Cidade e Nepomuceno (2015), a pobreza é um fenômeno multidimensional que interfere na constituição subjetiva dos sujeitos e deve ser analisado de forma crítica em suas dimensões psicossociais, integrando aspectos materiais, simbólicos, subjetivos, bem como, estratégias individuais e coletivas de enfrentamento. Essa concepção permite o olhar sobre as dimensões psicossociais envolvidas nas condições de vida em contextos de pobreza e suas manifestações nos discursos e modos de vida são informações valiosas para compreensão do fenômeno.

Pesquisadora: O que é pobreza?

Usuária_05: Eu entendo demais de pobreza, porque foi a vida que eu vivi, fui criada na pobreza, nunca achei a pobreza ser uma coisa desvalida, ela é comum em todo canto, no país inteiro (...) Pra mim, a pobreza, fala mais alto que a riqueza (...) Pra mim a pobreza é uma coisa que eu sofri muito, mas sempre achei alguém pra me dar força, coragem e em cima dela, só tem Deus pra superar todas as batalhas que a gente tem que carregar (Entrevista, p.5).

Estudos realizados por Moura Júnior, Cidade, Ximenes e Sarriera (2014) inserem categorias psicossociais na análise da pobreza, a saber, Fatalismo, Bem Estar, Sentimento de

Comunidade e Vergonha e Humilhação, essas dimensões são categorias que estão envolvidas na vivência em contextos de pobreza.

Segundo Jannuzzi, Sousa, Vaz, Fonseca e Barbosa (2014) diferentes abordagens conceituais e metodológicas são utilizadas para o dimensionamento da pobreza. Os trechos dos discursos apresentados a seguir, exemplificam alguns elementos das diferentes abordagens conceituais apontadas por Januzziet *al.*, (2014).

Pobreza enquanto expressão da insuficiência de renda (pobreza monetária) ou unidimensional.

Eu acho que pobreza não quer dizer não ter nada, eu acho que pobreza quer dizer a pessoa não poder, não ter dinheiro pra comprar comida, não ter dinheiro pra comprar roupa, eu acho que é isso, e às vezes a pessoa tem o dinheiro pra comprar as coisas (Usuária_02. Entrevista, p.2).

Insuficiência de acesso e consumo de alimentos (segurança alimentar):

É a pobreza na insuficiência alimentar (...). Tudo se torna ainda mais difícil pra população da zona rural, né? Que eles se veem muitas vezes dependentes da produção agrícola, aí vem a questão da ausência das chuvas que dificulta ainda mais o cenário deles. Aí, então é realmente onde a pobreza se mostra das mais variadas formas e, às vezes, essas mais variadas formas atingem uma mesma família, né? (...) Essa pessoa que a gente olha não tem um fogareiro, monta ali uns tijolos, coloca umas madeirinhas pra pegar fogo e bota uma panela com água fervendo pra colocar o que dentro? Às vezes uns caldo [sic] assim de feijão. “O que você vai comer hoje?”, “esse feijãozinho”. É triste! (Trab_07. GF2, p.4).

A insatisfação de necessidades básicas monetárias e não monetárias (pobreza multidimensional):

Eu acho que na praça tinha que ter um parquinho pras crianças se divertirem porque só tem a praça, pras crianças brincarem. Não tem nada assim de incentivo da cultura pros jovens, não tem dança, não tem música pras crianças aprenderem a tocar, não tem nada de incentivo (Usuária_01. Entrevista, p. 2).

Privação de dimensões socioeconômicas (pobreza relativa):

Existem famílias aqui, da zona rural de Pentecoste, que se for cortado o bolsa família, por um motivo ou outro, ela fica sem renda, completamente, tem gente que vive do bolsa família, é pouco é, principalmente, nessas localidades que eu falei, que são muito distantes (Trab_01. GF 2, p. 3)

Posicionamento autodeclarado dos sujeitos (pobreza subjetiva): “Não me considero pobre, não. A gente deve dizer que se considera rico, com a graça de Deus, não me considero pobre”(Usuária_04. Entrevista, p.4).

Para Jannuzziet *al.* (2014), essas abordagens são complementares e possuem méritos, lacunas e limitações de forma que não há uma abordagem mais válida, mas definem o desenho das políticas às quais estão alinhadas.

Segundo Siqueira (2013), a pobreza absoluta está ligada ao empobrecimento do trabalhador desempregado, em outras palavras, é a impossibilidade de sustento próprio pela ausência do emprego e por consequência pela ausência de uma fonte de renda. A pobreza absoluta é estrutural, portanto, políticas focalizadas no trabalhador desempregado, tais quais, programas de qualificação, autoajuda, microcrédito e outras modalidades são paliativos e supõem ser o trabalhador responsável por sua condição. Segundo Siqueira (2013), a pobreza absoluta é o foco das políticas de assistência social e das práticas filantrópicas e caritativas.

Neste sentido, a pobreza, enquanto uma das expressões da questão social, “somente pode ser entendida quando considerada a partir da incapacidade de reprodução social autônoma dos sujeitos, que na sociedade capitalista remete, de modo central, à questão do desemprego (...) sem esquecer (...) que trabalhadores formais (...) não estão isentos dos processos de pauperização” (SANTOS, 2012, p. 134). Sobre isso, Siqueira (2013) explica que a relação capital-trabalho, a política neoliberal, a precarização dos direitos trabalhistas, a terceirização ou subcontratação e a baixa nos salários levam o trabalhador assalariado a uma condição de vida abaixo do nível de subsistência.

Por sua vez, a pobreza relativa pode ser caracterizada pela diferença entre o valor ou riqueza produzida pelo trabalhador apropriada pelo capital e a porcentagem que o corresponde nessa riqueza, ou seja, o salário. Desta maneira, na sociedade capitalista a pobreza relativa sempre será uma constante devido ao valor angariado pelo capitalista e o valor restante ao trabalhador.

No Brasil, a pobreza enquanto insuficiência de renda, pobreza monetária ou pobreza unidimensional, foi a abordagem mais empregada em pesquisas acadêmicas para a avaliação da pobreza, desta forma, se o sujeito não possui renda para a aquisição da cesta básica para o consumo calórico diário mínimo, esse sujeito é considerado extremamente pobre. Essa abordagem foi utilizada, inicialmente, para a definição do público prioritário a ser alcançado pelo Plano Brasil sem Miséria lançado em 2011, com o objetivo de “enfrentar as múltiplas formas de vulnerabilidades e carências sociais” (CAMPELLO; FALCÃO, 2014, p. 803), porém, além da abordagem unidimensional, a abordagem multidimensional foi utilizada.

A abordagem multidimensional ou Abordagem das Capacidades (AC) foi elaborada pelo economista indiano Amartya Sen (2000) segundo o qual, o desenvolvimento se daria a partir das liberdades dos sujeitos. São cinco tipos distintos de liberdade que se inter-relacionam: 1) liberdades políticas, que seria a liberdade de expressão e voto, 2) facilidades econômicas, participação no comércio e na produção, 3) oportunidades sociais, na forma de

serviços de educação e saúde, 4) garantias de transparências, confiança nas relações sociais e transparência na gestão do público, e 5) segurança protetora, mesmo que segurança social “inclui disposições institucionais fixas, como benefícios aos desempregados e suplementos de renda regulamentares para os indigentes (...) distribuição de alimentos em crises de fome coletiva ou empregos públicos de emergência para gerar renda para os necessitados” (SEN, 2000, p. 57).

Tais liberdades podem ser expandidas por meio do desenvolvimento tecnológico, industrialização ou aumento das rendas pessoais, não obstante, para Sen (2000) as liberdades dependem de outros determinantes: acesso à saúde, educação, respeito a direitos sociais, civis e políticos, nesse sentido, a pobreza, a tirania, a carência de oportunidades econômicas e a negligência de serviços públicos são exemplos de barreiras às liberdades individuais. “(...) o mundo atual nega liberdades elementares a um grande número de pessoas – talvez até mesmo à maioria” (SEN, 2000, p. 18). Nessa perspectiva, segundo Sen (2000) as políticas públicas visariam o aumento das capacidades humanas e das liberdades.

Às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso à água tratada ou saneamento básico (SEN, 2000, p. 18).

Apesar de tais importantes contribuições a AC não contempla o modo de produção capitalista e as relações produzidas pelo capital para análise da pobreza, da desigualdade social e do desemprego, por exemplo. O foco está sobre o sujeito apartado de um imbricado social, econômico e político regido pelo sistema econômico vigente. Um exemplo disso são as descrições de Sen (2000, p. 327) acerca do exercício da condição de agente: “Em última análise, é uma responsabilidade do indivíduo decidir que uso fazer das oportunidades de emprego e que opções de trabalho escolher”. Porém, na lei da oferta e da procura, não há escolha, há exploração do trabalho pelo capital, há regulação salarial, nas palavras de Marx (2010, p. 160) há “(...) homens que nada tem a vender senão a sua força de trabalho. Não basta que se os obrigue pela força a venderem-se voluntariamente”.

A abordagem desenvolvida por Amartya Sen, na década de 90, foi apropriada pelo Banco Mundial, agência multilateral, a fim de embasar suas políticas de alívio à pobreza, enquanto programas de ajustamento a partir de empréstimos a países ditos do Terceiro mundo. Os programas de ajustamento contemplam a transferência de capital e tecnologias. Segundo Pereira (2013, p. 362), os programas de ajustamento serviram aos interesses econômicos norte-americanos e à construção de um sistema capitalista internacional e de

incentivo à participação desses países no “sistema internacional baseado em fluxos de comércio e capital liberalizados”.

Para Comparato (2011), o poder econômico capitalista contemporâneo está alinhado à crescente acumulação e à centralização do capital, ou seja, o poder de controle, com a necessidade cada vez maior de abertura de espaços para o escoamento da produção de bens e absorção de seus serviços, “um poder que somente subsiste pela concentração de capital e a expansão geográfica” (p. 266).

Nessa conjuntura, a tendência principal, segundo Husson (1996) foi a imposição aos países do Sul e, posteriormente, aos países do Leste, programas de ajustamentos estruturais que preconizavam a abertura econômica desses países e a prioridade a exportações. Tais programas se deram a partir da baixa das despesas públicas, privatizações, desvalorização, liberalização monetária e financeira, abertura das fronteiras e etc., concebidos por agências multilaterais, tais quais, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial por meio de imposições devidas às dívidas desses países.

Anterior a isso, na década de 70, o Banco Mundial passa a mostrar interesse no trato à pobreza (SIQUEIRA, 2013), nesse período, o Brasil crescia economicamente, porém, à custa de um endividamento externo. Segundo Pereira (2013) a fim de enquadrar os países endividados às condições do sistema capitalista internacional, no fim da década de 1970, o Banco Mundial anunciou a criação do ajustamento estrutural, ou seja, empréstimos rápidos orientados para políticas e não para projetos, condicionados à realização, pelos países beneficiários, de um pacote de reformas políticas e econômicas que objetivavam a participação na economia política internacional e ao pagamento da dívida, “Até então, o discurso oficial tinha sido de que o ajuste simplesmente era bom para os pobres, pois os beneficiaria diretamente” (PEREIRA, 2013, p. 371).

Não obstante, o discurso de benefícios aos pobres mudou e, a partir da década de 1980, o Banco Mundial admitiu a ocorrência de custos sociais, ou seja, os efeitos sociais dos programas de ajustamento. Segundo Husson (1996), os cortes de gastos públicos para a saúde, educação, por exemplo, afetaram diretamente os sujeitos que viviam em contextos de pobreza e as reformas potencializaram as desigualdades sociais. A partir disso, na década de 90, deu-se a criação de programas paliativos de compensação social, focalizados e de curto prazo para aliviar o impacto sobre os mais pobres, uma espécie de “colchão amortecedor (...) que desarticulasse o protesto social” (PEREIRA, 2013, p. 371).

Ao mesmo tempo dos acordos de ajustamento, na década de 70, de acordo com Mioto e Nogueira (2013) a implantação e implementação de políticas sociais para

enfrentamento das expressões da questão social já figuravam nos debates, em especial, no campo do Serviço Social. Na década de 1980, especialmente, a partir de 1985, os debates foram aprofundados com a intensa mobilização da sociedade civil com a finalidade de garantir e ampliar direitos no campo da saúde, previdência e assistência social “o núcleo duro da política social” (MIOTO; NOGUEIRA, 2013, p. 62). Essa questão será retomada mais a diante, antes é necessário compreender a construção do conceito de política social, portanto, serão apresentados de forma breve, alguns elementos para compor esta discussão.

Segundo Santos (2012, p. 18), a “questão social é o pilar explicativo das políticas sociais” e apesar dessas demarcações históricas, Behring e Boschetti (2009) afirmam que não se pode precisar o início das primeiras ações reconhecidas como política social, uma vez que se tratam de um processo social, foram construídas ao longo dos movimentos de ascensão do capitalismo, Revolução industrial, luta de classes e o desenvolvimento da intervenção do Estado, porém, a origem das políticas sociais costuma ser relacionada aos primeiros

Movimentos de massa social-democratas e ao estabelecimento do Estado-nação na Europa ocidental ao fim do século XIX, mas sua generalização situa-se na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, em especial, na sua fase tardia, após a Segunda Guerra Mundial (pós-1945) (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 47).

As políticas sociais são formas de enfrentamento e respostas às expressões da questão social no contexto capitalista. No século XIX, as respostas à questão social foram repressivas e dadas em termos de leis que garantiam de forma tímida e superficial melhorias aos trabalhadores sem chegar à raiz da questão social. No século XX, segundo Behring e Boschetti (2009), há uma mudança na perspectiva estatal com o abrandamento das perspectivas liberais que norteavam suas medidas, para a adoção de orientações sociais e democratas em um contexto social e econômico de lutas de classes e investimento em políticas sociais, desta forma, há o “reconhecimento do direito sem colocar em xeque os fundamentos do capitalismo” (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 63).

De acordo com Miotto e Nogueira (2013), desta forma, a política social tem um caráter contraditório, afinal, ao mesmo tempo em que atende aos interesses do capital, atende às demandas dos trabalhadores e sua expansão é marcada pela luta a fim de conquistar e consolidar os direitos sociais. Sobre isso, Behring e Boschetti (2009) explicam que a mobilização e organização dos trabalhadores, no final do século XIX e início do século XX foi crucial para a mudança da natureza do Estado liberal para o Estado social, porém, sem romper com o capitalismo. Essa mudança se deu de forma gradual e diferenciada entre os

países, não obstante, fortemente influenciada pelas lutas da classe da trabalhadora, o nível de desenvolvimento das forças produtivas e a composição de forças no Estado.

As características do desenvolvimento do capitalismo no contexto brasileiro, discutidas no tópico *1.2.1 Breve histórico: expressões da questão social no Brasil* são o substrato para a compreensão do surgimento e o desenvolvimento de políticas sociais no Brasil. O atraso social do período colonial e a forte influência externa na economia e política da época; o uso de mão de obra escrava, as crescentes desigualdades, a questão da terra e dos grandes latifúndios, as condições de trabalho entre outros fatores são explicativos para o escopo das políticas sociais atuais, além desses fatores, segundo Behring e Boschetti (2009), os acontecimentos mundiais e nacionais dos primeiros 30 anos do século XX (Revolução Russa (1917)⁶; Semana de Arte moderna (1922)⁷; Grande Depressão (1929)⁸; Instabilidade política da República Velha (1889-1930); Revolução de 30⁹; Greves e mobilizações; Insatisfação do empresariado não produtor de café) contribuíram para a discussão de um projeto de nação.

Behring e Boschetti (2009) explicam que as medidas tomadas por Getúlio Vargas em seu primeiro governo (1930-1945) caracterizaram o Estado como um Estado de compromisso, provocando mudanças significativas na sociedade brasileira da época, com um projeto de agenda modernizadora. Uma das pautas dessa agenda referia-se à regulamentação do trabalho e o enfrentamento da questão social: seguro contra acidentes de trabalho (FALEIROS, 2000); Aposentadorias e Pensões (FALEIROS); Seguro-saúde (FALEIROS, 2000); Licença maternidade (Behring e Boschetti, 2009); Salário família (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 106); Seguro-desemprego (FALEIROS, 2000); criação do Ministério do Trabalho (1930) e da Carteira de Trabalho enquanto documento de cidadania (1932) (SANTOS, 2012). Desta forma, esse esforço regulatório pode ser encarado como introdutório no campo da política social no Brasil.

Segundo Behring e Boschetti (2009), posterior a essas conquistas, as políticas no campo da Seguridade Social, especificamente, em relação à previdência social foram iniciadas, no entanto, Santos (2012) explica que essas ações cristalizaram a estrutura desigual na concessão de benefícios previdenciários de acordo com as categorias profissionais. Em 1930 se expandem os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) com lógica contributiva

⁶ Influenciou a fundação do Partido Comunista Brasileiro, em 1922.

⁷ Movimento artístico e cultural que suscitou algumas indagações acerca do projeto de nação vigente.

⁸ Crise internacional do Capitalismo e paralisia do mercado mundial.

⁹ Movimento liderado pelas oligarquias do gado, açúcar e outras oligarquias agrárias para a diversificação da economia brasileira diante da crise da oligarquia cafeeira produzida pela Grande Depressão de 1929.

para usufruto do seguro em casos de perda da capacidade laboral por morte, acidente, velhice e doença, porém, com contribuições não uniformes entre trabalhadores, Estado e empresários, voltando-se mais para a acumulação de reservas que para a concessão de benefícios e prestação de serviços.

No mesmo período foram criados o Ministério da Educação e Saúde Pública, igualmente o Conselho Nacional de Educação e o Conselho consultivo de ensino comercial. A saúde pública era conduzida a partir de campanhas sanitárias sob a coordenação do Departamento Nacional de Saúde (BEHRING; BOSCHETTI, 2009). Devido à desorganização e fragmentação da assistência social, segundo Behring e Boschetti (2009) e Torres (2002) não é possível precisar o âmbito específico desse campo.

As autoras apontam a criação da Legião Brasileira de Assistência Social (LBA), em âmbito federal, no ano de 1942, para atendimento dos familiares dos envolvidos na Segunda Guerra, sob a coordenação da primeira-dama, senhora Darci Vargas, denotando ações de tutela, clientelismo e favor. Apesar do avanço cronológico e das lutas para a qualificação teórico-metodológica no campo da assistência social, as ações de tutela e clientelismo ainda se fazem presentes. No trecho a seguir, observa-se um exemplo de tutela e clientelismo, não especificamente no campo da assistência social, mas o trecho foi escolhido por exemplificar uma realidade presente em muitos contextos, em especial, das cidades pequenas.

E aqui na Serrota o principal problema, em questão dessa fábrica, é só porque você precisa de apadrinhamento. Se você não tiver você não entra de jeito nenhum. Por sua conta não entra, não (...) agora, se tu for na casa duma pessoa que tem uma certa influência, se tu for na casa do vereador ele pegar cinco ficha e bota uma na frente, chama. (Uusária_03, GF1, p. 4).

Segundo Torres (2002) e Cruz e Guareschi (2014) é a partir da LBA sob a coordenação de Darci Vargas que a assistência social é associada à figura da primeira-dama. Essa associação, segundo Torres (2002) dá formas à relação básica entre Estado e classes subalternas e ao longo do tempo a LBA se consolida como instituição articuladora da rede de Assistência social da época aliada às instituições privadas e reforço do assistencialismo.

No primeiro-damismo, o Estado se alia ao setor privado para responder às demandas sociais a partir de práticas humanitárias, clientelistas e filantrópicas e de voluntariado representado por senhoras da burguesia, religiosas e de boa vontade, “sensíveis às causas populares” (TORRES, 2002, p. 99). Para Castro (2011), nesse contexto, os agentes das práticas sociais e de assistência eram senhoras burguesas, encarregadas da questão social,

com “espírito caridoso e a perícia técnica” que assumiam “duras batalhas e os mais pesados trabalhos” (p. 64) para distribuição de alimentos, roupas e remédios.

Assim, as práticas assistenciais da época eram despolitizadas e acríticas da realidade reforçando o caráter servil e de prestação de serviço ao beneficiário pedinte, desprovidas, segundo Boschetti (2009) e Couto, Yazbek e Raichelis (2014) de reconhecimento legal enquanto direito, promotoras de políticas compensatórias, de pouca efetividade, subordinadas à lógica capitalista e de caráter seletivo. A construção e o desenvolvimento das práticas assistenciais no Brasil fortaleceram as contradições de classes e a acentuação das desigualdades por não focarem suas ações na centralidade do trabalho assalariado e estável enquanto garantia de direitos aos trabalhadores.

3.2.3A Política de Assistência Social em xeque: o desmonte neoliberal

Segundo Couto, Yazbek e Raichelis (2014) foram incluídas na Constituição de 1988, em seus artigos 194 a 204, do capítulo II, a Seguridade Social e a Proteção Social pública, sob a concepção de política pública. Esse avanço propôs a organização da Assistência Social enquanto política social, responsabilidade do Estado, abrindo possibilidade para o distanciamento das concepções conservadoras, filantrópicas e clientelistas tão presentes na Assistência Social brasileira. Desta forma, a Assistência Social passa a ser um direito do cidadão e um dever do Estado, sendo, portanto, política de Seguridade Social não contributiva, com a finalidade de prover os mínimos sociais através de um conjunto integrado de ações da iniciativa pública e da sociedade para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 2015).

Apesar disso, segundo Cruz e Guareschi (2014), Couto, Yazbek e Raichelis (2014) e Siqueira (2013) devido ao contexto social, econômico e político brasileiro, de base neoliberal, orientado pelas medidas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial para controle da crise econômica, e consequente redução da autonomia nacional, a partir de medidas econômicas e ajuste fiscal, com privatizações, corte de verbas para as políticas sociais em saúde, educação, previdência, habitação e assistência social, as políticas recém aprovadas perderam força e observou-se crescentes índices de pobreza, desemprego e indigência, portanto, os avanços sociais pós-Constituição de 1988 caminharam a passos lentos diante das ações do Estado mínimo.

Nesse contexto de crise, a Assistência Social foi precarizada com subfinanciamento, cobertura insípida e recursos humanos insuficientes, deste modo, houve

imperativos esforços a fim de promover a efetivação dos direitos sociais garantidos pela Constituição. Assim, a partir de deliberações de segmentos profissionais e de movimentos sociais, em 1989, o projeto de Lei da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) foi apresentada ao Legislativo Federal, com a proposta de legitimar a Assistência Social como serviço público prestado à população rompendo com o assistencialismo e o clientelismo. A LOAS foi aprovada no Congresso Nacional, porém, vetada pelo então presidente Fernando Collor que, na época, relegou a então primeira-dama Rosane Collor a coordenação da LBA que, ao percorrer o país declarou “senti as desigualdades sociais na maioria da população brasileira” (TORRES, 2002, p. 98).

Isso representou um entrave à proteção social diante das políticas neoliberais no Brasil de 1990. Nesse período, a população vivia em condições difíceis de vida devido à alta da inflação, arrocho salarial e desemprego com sérias consequências para a classe trabalhadora. Após o *impeachment* de Collor, em 1993, a LOAS é reapresentada ao Legislativo e, no governo Itamar Franco, é promulgada fixando seus objetivos em: proteção social e vigilância socioassistencial (TORRES, 2002).

Apesar do caráter protetivo e de garantia de direitos sociais, medidas focalizadas paralelas à LOAS foram tomadas, em âmbito federal, para o enfrentamento dos bolsões de pobreza no país, tais medidas travavam a implementação da assistência social enquanto política pública. No governo Fernando Henrique Cardoso, a LBA foi extinta e em seu lugar é instituído o Programa Comunidade Solidária sob a coordenação da então primeira-dama Ruth Cardoso. Segundo Torres (2002), o programa representava o populismo tão comum ao campo da assistência que mantém os beneficiários sob a tutela do Estado por meio de ações paternalistas. Vê-se, então, o fortalecimento do retrógrado primeiro-damismo mesmo após as conquistas advindas da Constituição de 1988 e da LOAS de 1993.

Mais adiante, em 2004, segundo Cruz e Guareschi (2014) e Couto, Yazbek e Raichelis (2014), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) é aprovada, após deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, com o objetivo de operacionalizar as diretrizes postas pela LOAS. A PNAS indica os princípios e diretrizes para sua operacionalização: concepção, territorialidade, financiamento, controle social, monitoramento e avaliação de recursos humanos.

De acordo com Couto (2014), a PNAS estabelece as funções da política de assistência social, a saber, 1) a inserção dos destinatários de modo que possam ter acesso a bens, serviços e direitos; 2) a prevenção e apoio em situações de vulnerabilidade a fim de evitar a perda de renda alcançada; 3) a promoção da cidadania por meio da eliminação das

práticas clientelistas e, por fim, 4) a proteção às populações excluídas e vulneráveis por meio de ações de redistribuição direta e indireta de renda.

Esse processo, segundo Cruz e Guareschi (2014), culmina, em 2005, na aprovação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Couto (2014) esclarece que o SUAS está organizado a partir da matricialidade sociofamiliar; da descentralização político-administrativa, ou seja, a responsabilidade de efetivação da política de assistência pertence às três esferas de governo; da necessidade de pactuar e destinar orçamento para o Fundo mantenedor da Assistência Social; necessidade de estudos, diagnósticos e transparência nos dados, nas informações, bem como o monitoramento e a avaliação dos programas, projetos e serviços e, por fim, a política de recursos humanos que exige profissionais capacitados e o estabelecimento de parâmetros técnicos para a atuação.

A partir disso, o SUAS apresenta níveis de complexidade e de organização dos equipamentos da Proteção social, sendo a Proteção Social Básica (PSB) e a Proteção Social Especial (PSE) eixos principais dessa complexa organização. A PSB é a porta de entrada do usuário para o SUAS, por meio da qual o atendimento é feito pelas equipes de referência formadas por profissionais de nível médio e superior. Esses profissionais estão na ponta dos serviços, programas e projetos do SUAS e são responsáveis por fazer chegar a esses usuários, em sua maioria, em situação de pobreza e extrema pobreza, as ações de enfrentamento e prevenção de vulnerabilidades e riscos sociais. Em termos de equipamentos, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é a principal unidade ofertante dos serviços da PSB, tem base territorial, deve estar localizado em territórios vulneráveis e de risco social (BRASIL, 2004).

A Proteção Social Especial (PSE) é voltada para famílias e indivíduos em situação de risco social que tenham seus direitos violados ou ameaçados, também composta por equipe de técnica de referência, desenvolve ações de proteção em casos de violência, abuso ou exploração sexual, rompimento ou fragilização de vínculos familiares e sociais ou afastamento do convívio familiar. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é a principal unidade que oferta os serviços da PSE (BRASIL, 2011).

Apesar da organização apresentada acima e das normas técnicas aos trabalhadores da Assistência Social, ainda é possível identificar os equívocos sobre a definição acerca do CRAS e de seus objetivos reduzindo-o ao programa de transferência de renda Bolsa Família. Essa concepção confere ao CRAS um caráter focalizado, restrito e mero articulador da transferência de renda:

O papel do CRAS é tentar manter o Bolsa Família, é levando palestras através do grupo do paif, as famílias que estão aqui, pelo menos as que frequentam o serviço, as mães das crianças do serviço, as que a gente realmente consegue acompanhar, tentar informatizá-los, acredito que o maior papel do CRAS, pelo menos dar informação, explicar a melhor forma de gastar esse Bolsa Família, tentar ajudar de alguma forma, com o que está ao nosso alcance. (Trab_01. Entrevista, p.1).

Muitos são os desafios que atravessam a Assistência Social, enquanto política social, tais desafios são barreiras para sua plena efetivação, entre eles a cobertura do atendimento e o alcance da atenção socioassistencial a sujeitos que vivem em localidades rurais, desta maneira, os trabalhadores precisam planejar práticas que cheguem a essas populações como se observa no enxerto a seguir: “é interessante através dos meios de comunicação, como o rádio, mas também que a gente pudesse fazer momentos de ir a equipe, né, e fazer um momento naquela comunidade, ou na sede daquele distrito” (Trab_01, GF2, p. 1), igualmente, buscar estabelecer parcerias que favoreçam o alcance da atenção socioassistencial:

Igual quando dá o mutirão do cadastro único, que toda a comunidade, todas as famílias sabem através da agente de saúde, dos líderes comunitários, né. Eu acho que seria muito interessante a gente fazer esse momento nas localidades e de visitar. Acho que seria uma estratégia (Trab_08. GF02, p. 2).

Outras barreiras estão no campo da formação profissional para atuação em contextos de vulnerabilidade e risco social, bem como barreiras políticas e econômicas que tendem a relegar os investimentos em Assistência Social a segundo plano a partir do subfinanciamento, ou seja, um gasto a ser reduzido juntamente com a obrigatoriedade do Estado, caracterizando o que se pode chamar de Estado mínimo.

Essa é uma realidade comum em governos ortodoxos ou neoliberais para os quais a sociedade centra-se no sistema econômico em detrimento de conquistas sociais. Segundo Boschetti (2009), na década de 90, uma onda neoliberal devastou o país, os avanços sociais e os direitos conquistados estiveram sob a égide do ajuste fiscal e, conseqüente, o aumento da pobreza, o que implicou na crescente demanda de benefícios socioassistenciais. Tais medidas provocaram o início dos desmontes da Seguridade Social presente no texto constitucional.

Segundo Davi, Serpa, Silva, Medeiros Júnior e Santos (2010), a fim de atender aos interesses do capital, um governo neoliberal mercadoriza a saúde e a previdência social, a partir do desmonte do sistema público de saúde e do favorecimento dos planos de saúde, igualmente, do incentivo à utilização das previdências privadas oferecidas por entidades bancárias e, por fim, da focalização e seletividade da Assistência Social, enquanto estratégia de combate à pobreza: “Eu acho que esses programas que tem no CRAS já ajudam muito,

porque assim, pessoas que são beneficiadas pelo Bolsa Família, pelo Programa do Leite, já é uma ajuda” (Trab_05, Entrevista, p. 09).

Assim, medidas neoliberais são prejudiciais para a população mais pobre e para a ampliação e o fortalecimento de políticas sociais. Para Draibe (2003), os governos contemporâneos tornaram-se prisioneiros do dilema entre uma política econômica e uma política de proteção social, especialmente, os governos dos países latino-americanos dependentes do capital estrangeiro, resultando em privatizações de empresas públicas e redução de gastos sociais. Porém, a realidade socioeconômica brasileira exige medidas que intervenham, de forma eficaz na realidade da classe trabalhadora por meio de políticas sociais no campo da saúde, educação, emprego, lazer, cultura, dentre outros campos da realidade social:

A educação é muito importante, bem como também a saúde, a geração de emprego, de renda, né? Acredito que a partir do momento que se investir da forma que deve ser investido nas diferentes políticas públicas, né, e a rede funcione de fato, realmente eu acho que a gente vai aos poucos superando esse ciclo da pobreza (Trab_08. GF2, p. 9).

Desde 2016, a crise econômica e social no Brasil fortificou-se, culminando com o afastamento da então presidente eleita, Dilma Rousseff, em 31 de agosto de 2016 e a posse do então vice-presidente Michel Temer, em um claro contexto de golpe agenciado por alianças políticas lideradas pelos partidos PMDB e PSDB, instâncias judiciárias e midiáticas com o apoio da elite e da classe média brasileira. Tal contexto trouxe significativas mudanças que puseram as conquistas sociais dos últimos anos no campo da saúde, educação, previdência e assistência social em xeque, igualmente, ações que ameaçam a soberania do país e sinalizam uma clara submissão a influências estrangeiras.

Em 13 de dezembro de 2016, o Senado Federal aprovou a Emenda Constitucional 55 ou PEC 55, conhecida como a “PEC da morte”, por significar um retrocesso e um duro golpe sobre a classe trabalhadora brasileira. Também conhecida como o AI-5 dos Direitos Sociais, em alusão ao Ato Institucional número 5 decretado em durante o governo do General Costa e Silva no Regime Militar brasileiro que cerceou as garantias individuais, o texto da PEC 55 versa sobre o congelamento dos gastos públicos por 20 anos em nome do equilíbrio fiscal, porém, o seu verdadeiro objetivo é pagar juros da dívida pública e tornar o país atraente ao capital internacional.

Os resultados no campo social é a posse indevida, por parte do governo, dos direitos sociais em nome de um progresso e uma recuperação financeira nacional, não obstante, tais ações tendem a aumentar o fosso entre ricos e pobres, intensificar da

desigualdade social, promover um desmonte do Estado Social e o retorno ao Estado alinhado ao capital financeiro, que desconsidera os deveres do Estado quanto ao financiamento, execução e manutenção das políticas sociais que favorecem a classe trabalhadora.

As ações do presidente não eleito Michel Temer são um claro rompimento com os direitos sociais e um desmonte das políticas sociais. A começar pelo famigerado ajuste fiscal que, de forma clara, pune os mais pobres e poupa os mais ricos, ao congelar, por 20 anos, as verbas para as políticas de saúde e educação.

No campo da Assistência Social o Benefício de Prestação Continuada (BPC) está na mira do ajuste por ser considerado uma elevada despesa aos cofres públicos e de pouca efetividade no combate à pobreza. O BPC é um benefício socioassistencial, sem obrigatoriedade de prévia contribuição à Previdência Social, que garante ao idoso de 65 anos ou mais e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, o repasse mensal de um salário mínimo. Para ter acesso ao benefício, a pessoa deve comprovar impossibilidade de custeio de despesas pessoais e familiares por si próprio ou pela família.

No campo do trabalho, em dezembro de 2016, Michel Temer apresentou proposta de mudanças na legislação trabalhista que ameaçam as conquistas históricas alcançadas pelos trabalhadores num movimento de precarização do trabalho. A proposta consiste em flexibilização da carga horária diária de trabalho que hoje é de 8 horas para 12 horas diárias, aumento da terceirização e a legalidade de acordos trabalhistas entre empregadores, sindicatos e empregados que ultrapassam a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Abre-se, dessa forma, espaço para o poderio dos interesses do capital sobre os trabalhadores.

No campo da saúde, além dos efeitos da PEC-55, os movimentos para desmonte do Sistema Único de Saúde (SUS) e o fortalecimento da parceria com o setor privado estão em projetos de lei que tramitam no Senado e na Câmara dos Deputados como o Projeto de Lei número 4.918/2016 que permite a privatização de empresas públicas, entre elas a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), bem como o incentivo para criação do Plano de Saúde Popular com o objetivo de desafogar o SUS, mas que movimentará milhões para as operadoras de planos de saúde e obedecerá a lógica de mercado.

No campo da Educação, Michel Temer sancionou em fevereiro de 2017, a Medida Provisória 746/2016 que versa sobre a Reforma do Ensino Médio, sem consultar estudiosos da Educação, alunos, pais e professores para a elaboração da Reforma. A MP que poderá aprofundar os problemas já existentes na educação brasileira altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e define a mudança dos componentes curriculares, o que inclui a desobrigação dos ensinos de Filosofia e Sociologia, a obrigatoriedade da língua inglesa em

detrimento de outros idiomas, tal qual o espanhol, apesar de o Brasil é um país latino e tem relações comerciais e fronteiras com países de língua espanhola.

No campo da Previdência, as medidas perversas tenderão a acertar os mais pobres e os empecilhos para acesso aos benefícios previdenciários serão maiores. Uma das propostas é a idade mínima de 65 anos para aposentadoria com a justificativa do aumento da expectativa de vida dos brasileiros e brasileiras, desta maneira, uma idade inferior a 65 anos aumentaria o número de trabalhadores inativos e potencializaria o déficit previdenciário. Outra medida refere-se ao tempo mínimo de 25 anos de contribuição, ao pagamento de até 60% do valor de pensões para viúvas independente do número de filhos e a elevação da contribuição previdenciária dos funcionários públicos que hoje é de 11%.

No campo da Assistência social, o desmonte teve início com a aglutinação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, tornando-se Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). Outras medidas comprometedoras da Proteção Social foram tomadas e, tais quais as medidas citadas anteriormente, tenderão a prejudicar diretamente a classe trabalhadora, idosos e pessoas com deficiência beneficiárias dos benefícios socioassistenciais.

O retorno à perspectiva dos ‘casos-problema’ e a atuação focalizada materializada no Programa Criança Feliz, igualmente, o retorno do primeiro-damismo são sinais claros que mostram a que veio o governo Temer, como se observa no discurso da primeira-dama Marcela Temer: “Meu trabalho será voluntário para sensibilizar e mobilizar setores da sociedade em torno de ações que possam garantir a melhoria na vida das pessoas” (EBC, AGÊNCIA BRASIL, 05 de outubro de 2016).

De fato, há o retorno do primeiro-damismo e do voluntariado que marcaram durante tantos anos a Assistência Social brasileira, a partir da lógica da caridade e das benesses realizadas pelas senhoras cristãs da alta sociedade, igualmente, é a negação das conquistas sociais não apenas pós Constituição de 1988, mas, também, das lutas pela efetivação do Sistema Único de Assistência Social e de suas modalidades de proteção social, focado no assistencialismo e a serviço do Estado Liberal mínimo.

A Assistência social ao longo dos anos de desenvolvimento colocou-se diante de debates que problematizaram sua atuação junto a pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza, desde seu papel para fomento da desigualdade, quando praticada a serviço dos interesses burgueses, a sua potência para promoção da autonomia dos sujeitos atendidos, sendo, portanto, duas concepções antagônicas, mas unidas ao longo desse processo de desenvolvimento. Ambas as concepções perpassam a atuação dos trabalhadores e

trabalhadoras sociais, assim, pode inferir-se que, a ratificação de uma ou outra concepção durante a efetivação do serviço socioassistencial é influenciada pela capacidade do profissional de analisar de forma crítica seu campo de atuação, suas práticas e as variáveis que interferem no desenvolvimento do trabalho.

Nesse campo, muitas questões estão envolvidas, o que torna a prática social por vezes desestimulante, não apenas pelos resultados em longo prazo, no que tange a melhoria de condições sociais e econômicas dos usuários para assim não necessitarem dos benefícios e serviços, mas também, devido aos atravessamentos políticos, econômicos e de gestão das políticas públicas, serviços e programas, especialmente, em âmbito municipal, especialmente nas cidades de pequeno porte, por suas fragilizadas estruturas e serviços, baixa autonomia financeira e ações de politicagem.

Os desafios são vários. Os serviços são muito precários, mesmo. Nem se compara com os serviços da sede [do município], porque na sede, tem tudo. Lá as salas são todas climatizadas, o material é de primeira qualidade. Tem muito técnico lá a todo tempo disposto. Já na zona rural não é desse jeito, as meninas [técnicas] só vem uma vez por mês e não estão sempre presentes, porque lá [CRAS sede] todo dia as meninas [técnicas] estão sempre presentes, sempre estão lá e estão acompanhando, já aqui o serviço é muito precário, por ser no interior, falta água, não tem ventilador, é muito quente e é todo esse negócio, é muito precário mesmo, é por isso que as pessoas da sede não querem trabalhar no interior (Trab_06. GF2, p. 8).

Soma-se a isso a precarização do trabalho devido à alta rotatividade de profissionais, caracterizada por contratos temporários, os baixos salários, a carga horária e as atividades desproporcionais ao salário, a ausência ou a formação inadequada para intervenção em contextos de desigualdade, a pobreza, o desemprego e as outras expressões da questão social, o que pode fomentar práticas voltadas para a manutenção das ações apartadas da assistência enquanto direito ou para a opção pela apatia, não pela ausência da implicação para a transformação social, mas pelo descrédito nessa mudança devido à conjuntura social, política e econômica envolvida.

Eu estou sobrecarregada, estou sozinha cuidando de um serviço que no mínimo era pra ter duas (...) meu trabalho termina aqui 15h30 e eles vêm me pegar 16h30. Então assim, eu fico trabalhando mais, esperando o transporte. Assim, só um salário mínimo, não vou tá pagando transporte, sendo que eu sei que a minha secretaria tem transporte e que já serve pra isso, pra deslocar (Trab_03. GF2, p. 9).

Segundo Couto, Yazbek e Raichelis (2014), a prestação de serviços é mediada por trabalhadores cuja formação teórica, técnica e política é elementar para a efetivação da proposta do Sistema Único de Assistência Social e alinhamento à necessidade de posicionamento crítico, portanto, quanto mais qualificados os trabalhadores da assistência, menos sujeitos serão a manipulações, pressões políticas e cooptação. Não obstante, devido à precarização do trabalho, fomentada pelo próprio sistema capitalista e ratificada pela ausência

de estabilidade empregatícia de muitos profissionais da assistência, apesar da Norma Operacional Básica (NOB-RH) (BRASIL, 2006), em seu texto, pactuar a efetivação dos trabalhadores por meio de concurso público, a sujeição a exigências e pressões políticas é, na maioria das situações, modo de enfrentamento para a manutenção do emprego por parte dos trabalhadores.

Apesar desse cenário, de ordem à lógica do capital, Sposati (2013) pontua que a luta pelas conquistas sociais está no âmbito do compromisso ético-político dos trabalhadores da assistência social, o que inclui o compromisso social, a problematização da realidade, o olhar crítico sobre a política de assistência e a implicação com as demandas da realidade brasileira. Ao longo do processo de consolidação da Proteção Social no Brasil, outras profissões foram agregadas à assistência social, como a psicologia, com a proposta de atender às demandas da sociedade.

Couto, Yasbek e Raichelis (2014) referem-se à necessidade de princípios éticos, políticos e técnicos na formação da identidade do profissional da assistência com capacidade de promoção de mudança social. Para Martínéz (2009), o compromisso social necessário ao trabalho com as classes subalternas é, primeiramente, um compromisso pessoal do trabalhador, o que inclui sua formação secular e pessoal, sua visão de mundo e interesses, ou seja, a dimensão subjetiva (pessoal e social) do sujeito. Essas dimensões são construídas socialmente e perpassadas por “sistema de valores, capacidade de reflexão crítica, planos e projetos profissionais e de vida, sensibilidade perante os projetos humanos e sociais” (MARTINÉZ, 2009, p. 149).

Frente a essas questões, e em contexto de desmonte de políticas sociais, é imperativo pensar a quem efetivamente se destina a Política Nacional de Assistência Social e como a definição de um público-alvo tece a Rede de Significações construída acerca da Assistência Social e de seus usuários.

4 ASSISTÊNCIA SOCIAL: PARA QUEM?

Este capítulo seguirá a proposta de apresentar elementos teóricos e dados empíricos. Apresentará alguns elementos acerca da Assistência Social enquanto política social e algumas problematizações em torno da identidade socialmente construída dos usuários e usuárias da Assistência Social.

A Assistência social brasileira, enquanto política da Seguridade Social propõe-se à universalidade da cobertura e do atendimento a partir da intervenção territorial e do provimento de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial a famílias, indivíduos e grupos que dela necessitem, porém, é válido observar que, apesar da proposta de universalidade, a política de assistência social tem seu público prioritário, ou seja, os sujeitos para os quais a política focaliza sua atuação.

O público prioritário é constituído de famílias e sujeitos em situação de vulnerabilidade e risco social com vínculos familiares e comunitários fragilizados ou rompidos, situações de exclusão devido a deficiências, pobreza, discriminação por orientação sexual, etnia, uso de substâncias psicoativas, vivências de violência, ausência ou inserção precária no mercado de trabalho e modos de vida que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2004; BRASIL, 2012).

A eleição de um público alvo caracteriza a focalização da política que segundo Dantas (2013) está embasada na eleição dos pobres dentre os mais pobres e caminha na contramão da universalidade garantida pela Constituição de 1988, igualmente, é uma característica dos modelos de combate à pobreza difundidos pelas agências multilaterais, especialmente, o FMI e o Banco Mundial, de forma que, o Estado deve focar suas ações somente aos mais pobres a partir de medidas assistenciais e compensatórias.

Ugá (2004) explica que a promoção de políticas sociais focalizadas e compensatórias se afasta da concepção de direitos sociais a serem garantidos pelo Estado, aproxima-se da efetivação de um Estado caridoso que tem deveres a cumprir junto aos pobres e legitima a implantação de um Estado social mínimo. A focalização das políticas sociais, segundo Dantas (2013) alinha-se ao ideário neoliberal para o qual as condições de vida em contextos de pobreza são resultado da imprevidência dos sujeitos.

Desta forma, as ações caridosas e filantrópicas são justificadas e efetivadas pelas doações de alimentos, roupas, produtos de higiene e demais itens necessários à satisfação de necessidades da vida cotidiana. A partir disso, durante muitos anos a assistência social foi conhecida, exclusivamente, de forma preconceituosa, devido ao caráter assistencialista de

suas práticas e do perfil de seus usuários, pessoas em situação de pobreza. Segundo Couto (2015) e Teixeira (2010) esses usuários eram considerados sujeitos destituídos de direitos sociais, despossuídos de bens e de atividades laborais que pudesse promover o sustento de si e da família, portanto, não cidadãos, passíveis de benesses e caridades.

4.1 Usuários da assistência social: uma identidade socialmente produzida

Para Chauí (2008) a ideologia tem um papel de comando sobre as ações dos homens e é produzida historicamente pelos sujeitos durante condições sociais específicas. A ideia socialmente produzida acerca de um determinado fenômeno desconsidera as condições reais de tal fenômeno, desta maneira, segundo Chauí (2008, p. 34):

quando se diz que o trabalho dignifica o homem e não se analisam as condições reais de trabalho, que brutalizam, entorpecem, exploram certos homens em benefícios de uns poucos. Estamos diante da ideia de trabalho e não diante da realidade histórico-social do trabalho.

Segundo Accorssi, Scarparo e Guareschi (2012), o estudo da ideologia é elemento importante para a compreensão dos sentidos no estabelecimento e sustentação de formas desiguais e opressivas criadas, instituídas e mantidas através das formas simbólicas, ou seja, por meio de ações e falas, imagens e textos produzidos pelos sujeitos. A partir de Chauí (2008) compreende-se que as ideias produzidas e reproduzidas social e historicamente sobre a pobreza estão embasadas no ideário burguês de pobreza, em outras palavras, alinhadas a processos de culpabilização e naturalização e apartadas da realidade histórica, social e econômica da pobreza. Ainda para Chauí (2008), a eficácia da ideologia é proporcional à capacidade de mascarar as raízes da divisão social do trabalho e da luta de classes por ser um instrumento de dominação de classe. Assim, a pobreza, a partir do ideário burguês não é analisada criticamente enquanto fenômeno mantido e constantemente ratificado pelo modo de produção capitalista, mas é lida enquanto responsabilidade individual dos sujeitos.

Segundo Rossetti-Ferreira, Amorim e Silva (2004), a ideologia é um dos fatores que compõem a matriz sócio-histórica da Rede de Significações, também constituída por elementos pessoais, relacionais e contextuais atravessados pela cultura e pelas relações de poder. Diante disso, a rede de significações acerca da identidade do usuário dos serviços socioassistenciais é constituída por concepções culpabilizadoras e naturalizantes, e, isso se deve ao processo de individualização dessas expressões.

A partir dessa concepção, a vida em condições de pobreza é de inteira responsabilidade dos sujeitos e a superação de tais condições é possível mediante esforço

peçoal. Essa concepção desvincula as condições de vida dos sujeitos das relações sociais e econômicas produzidas pelo sistema vigente e da desigual divisão da riqueza socialmente produzida. Acerca disso, pode-se observar a construção de sentidos sobre a pobreza e a responsabilização dos sujeitos, a partir da fala de uma usuária do CRAS durante o grupo focal:

Eu acho que a pessoa já se acostumou ali naquela, fechado ali, naquela coisa que não abre mão pra nada. Não quer comprar nada, não investe em nada. Já se acostumou. A casa caindo, as roupa é tudo velha, mas, assim, tem as condições, mas não vê assim, não abre os olhos pra crescer e nada. Eu acho que é isso (Usuária_02. GF2, p.13).

Nesse enxerto, a pobreza é lida enquanto acomodação. De certa forma, há comodidade em individualizar um fenômeno construído e fomentado socialmente. Não há implicação para o questionamento da realidade e movimento para a mudança. A partir da promulgação da Constituição de 1988, consolidam-se espaços de debate acerca da implementação de políticas sociais para as demandas sociais brasileiras, especialmente, no campo da saúde e da assistência social, porém, se hoje, anos 2000, o campo da política de assistência social é também um espaço de crítica e discussão acerca da realidade social, histórica, cultural e econômica do país, anos atrás o trabalho social era marcado pela ausência de criticidade.

Segundo Couto (2015) e Yazbek (2015), por longo período, as práticas de assistência foram apartadas da criticidade acerca da realidade social e cercadas por conservadorismo e reiteração da subalternidade de seus usuários, ratificando a condição de não cidadãos, dependentes dos serviços governamentais e marginalizados socialmente. Desta forma, práticas conservadoras, fiscalizatórias e moralizantes contribuíram para as concepções de culpabilização construídas no imaginário social. “É importante, no entanto, assinalar como esse desprezo pelos pobres permaneceu sempre vivo nas sociedades capitalistas pós-medievais, e constitui até hoje, um dos traços salientes da mentalidade brasileira” (COMPARATO, 2011, p. 257).

Acerca disso, uma das trabalhadoras participante do grupo focal, quando indagada sobre o perfil dos usuários e usuárias do CRAS rural pontuou:

a grande maioria ainda tem aquela visão que a pessoa é pobre porque é preguiçosa, é pobre porque Deus quis, não é? A própria população que a gente atende, eu acho que se a gente fosse realmente pesquisar, talvez, né, não tenho certeza, daria essa resposta. Talvez não fosse ter a visão de dizer: Ah, eu sou pobre porque existem poucas pessoas com muito dinheiro (Trab_08. GF1, p. 6).

A dimensão psicossocial da pobreza e suas implicações na vida dos sujeitos devem ser consideradas para a compreensão e ampliação deste fenômeno multifacetado e

complexo. Acerca da construção social da identidade das pessoas em situação de pobreza, Cidade, Moura Júnior e Ximenes (2012) explicam que há formas de representação dos pobres, socialmente construídas e, geralmente, relacionadas a depreciações e desqualificações que, por consequência, produzem sentimentos consequentes da estigmatização.

Segundo Bajoit (2006), a partir de uma perspectiva sociológica, há quatro leituras acerca da identidade depreciada atribuída aos sujeitos considerados pobres. Bajoit (2006) pontua que além do critério renda para definição de uma situação de pobreza ou indigência, outros critérios devem ser considerados, entre eles, os efeitos da pobreza na vida dos sujeitos. Acerca desses efeitos, o autor considera que a identidade estigmatizada e socialmente construída sobre os sujeitos pobres é uma análise mais complexa e, portanto, mais útil para a compreensão da realidade social.

Assim, a primeira leitura refere-se ao pobre marginal, devido à socialização malfadada e, portanto, é de responsabilidade do sujeito sua adaptação aos papéis, valores e normas socialmente aceitos e buscar por si próprio meios para o alcance da autonomia. Desta forma, o funcionamento da sociedade não é posto sob questionamento. A segunda leitura diz respeito ao pobre como explorado, devido às relações de dominação entre a classe dominante e a classe trabalhadora. A terceira leitura refere-se ao pobre como dependente, pela falta de autonomia e de capital social suficiente para promover a mudança de sua própria realidade, e, por fim, a quarta leitura, o pobre desafiado, ou seja, isolado, desestimulado e ausente das atividades de solidariedade organizada (BAJOIT, 2006).

Bajoit (2006) explica que a política social é pensada a partir da concepção construída sobre seu público-alvo, sendo aquela embasada em duas vertentes: a) adaptar os pobres às exigências do sistema e nessa concepção estão inseridas as identidades de marginais e dependentes e o trabalho social voltado para práticas de normalização, disciplinarização, responsabilização e autonomia; b) adaptar o sistema às necessidades dos pobres, na qual estão inclusas as identidades de explorados e desafiados e o trabalho social voltado para práticas protetivas, de assistência e seguridade social, conscientização, mobilização e solidarização. Estas últimas concepções partem da premissa da desigualdade social advinda da divisão social em classes.

Por fim, Bajoit (2006) considera que a identidade do pobre é, na realidade, todas as leituras expostas anteriormente, isto posto, é marginal, explorado, dependente e desafiado, porém, a problemática reside em tomar, separadamente, cada uma dessas leituras e reduzir o sujeito que vive em contextos de pobreza a uma única dimensão relegando os demais aspectos envolvidos na vivência de pobreza.

Para Moura Júnior (2012), o modo de produção capitalista pode estruturar a identidade de forma opressora, sendo construída individual e socialmente, advinda dos papéis sociais, da percepção do outro e da realidade social. A partir disso é possível compreender a relação entre o sujeito e a sociedade. Góis (2012) enfatiza que os sujeitos que vivem em contextos de pobreza têm uma identidade oprimida e forjada na exploração. “É uma identidade negada, sofrida, desamparada, frágil, e também violenta” (GÓIS, 2008, p. 60).

Segundo Ximenes, Cidade e Nepomuceno (2015), a partir de uma leitura psicossocial da pobreza, pontuam que a culpabilização reforça no imaginário social a desqualificação do sujeito que vive em condições de pobreza a partir das concepções de subalternidade, subserviência, incapacidade, dependência, ignorância e violência. O fatalismo, segundo Ximenes, Cidade e Nepomuceno (2015) é um fenômeno presente na vida em condições de pobreza.

Para Cidade (2012), o fatalismo está relacionado às condições de vida dos povos latinos e é perpetuado por crenças religiosas que divinizam a resignação. Consiste em desvincular os fenômenos de suas raízes históricas e culturais para fundamentá-los em responsabilidade pessoal ou provas de fé a fim de obter a redenção espiritual, igualmente, inclui a esperança em Deus para alívio ou resolução das vicissitudes cotidianas. Os próximos discursos ilustram isso: “O Deus de hoje é o Deus de amanhã. Amanhã, Deus dá um jeito. Eu não vou atrás de nada também, não” (Usuária_03. GF1, p. 23) e “É você confiar só em Deus, ninguém confia no povo, não, porque o povo não arruma nada pra ninguém, não” (Usuária_09. GF1, p. 23).

A aceitação da condição de subalternidade diz respeito à força da ideologia fatalista, acerca disso, Accorssi, Scarparo e Guareschi (2012) e Cidade (2012) apontam que o fatalismo, enquanto fenômeno psicossocial expressado por sujeitos que vivem em condições de pobreza, os amarram à aceitação tácita da injustiça social a qual são submetidos, tal comportamento é terreno fértil para a propagação das forças opressoras. A partir do conceito de fatalismo construído por Ignacio Martin-Baró, Cidade (2012, p.18) pontua que:

O fatalismo designa uma compreensão da existência humana segundo a qual o destino humano já está predeterminado e todo fato ocorre de modo inevitável. Ele engendra comportamentos, ideias e sentimentos de modo a permitir que os sujeitos reajam aos consequentes esforços frustrados em mudar o curso da vida. No imaginário dos indivíduos, são formulados conjuntos de leis, justificativas e modelos explicativos com o interesse de dar conta de uma realidade que parece impossível de ser transformada após inúmeros investimentos fracassados.

Para Cidade (2012), o fatalismo permite o avanço progressivo da individualização de expressões da questão social e da autculpabilização, porém, é por meio das práticas

pautadas na práxis da libertação que a promoção da problematização da realidade vivida e do rompimento da perpetuação do fatalismo é possível. A rede de significações da pobreza também inclui significados ligados à caridade, benesses e favores aos pobres em lugar da efetivação de direitos necessários ao bem estar social. Quando estes direitos são efetivados são vistos como um favor prestado por um sujeito bom, como se observa no discurso a seguir:

Não, só Deus mesmo vai me ajudar, porque eu gosto é de trabalhar, não gosto de esperar marido não (...) hoje em dia, eu digo assim: Não, meu Deus o senhor é muito bom. (...) Aí eu pedi tanto a Deus que me mostrasse um serviço bem pertin [sic] da minha casa, que queria era trabalhar, ganhar meu dinheiro e prestar atenção nos meus filhos quando era pequeno [sic]. Aí apareceu um político ajeitando aquela lavanderia. Graças a deus que ele veio com essa lavanderia, trabalhei um horror de ano lá (Usuária_03. GF1, p. 23).

A construção da identidade subalterna, segundo Couto (2015), Yazbek (2015) e Teixeira (2010) está ligada intrinsecamente à divisão social advinda das relações estabelecidas pelo modo de produção capitalista. A ausência de repartição igualitária da riqueza socialmente produzida e as massivas demissões fomentam, ano a ano, a elevação do número de usuários, sujeitos e famílias pobres, que necessitam de serviços socioassistenciais para satisfação de suas necessidades básicas. São desempregados, trabalhadores precarizados e a população pobre inapta para o trabalho, diante desse cenário, o Estado é pressionado a ampliar suas políticas a fim de atender a essa demanda.

A pobreza marca a identidade dos usuários da assistência social, esses constroem uma visão de mundo, de si e do outro, segundo Yazbek (2015), baseada em suas vivências em contexto de pobreza. Somado à autopercepção sobre a pobreza, estão os processos de culpabilização, naturalização e criminalização que formam a rede de significações acerca do fenômeno e dos indivíduos que estão sujeitos a ele. Uma rede historicizada, permeada pela realidade e que guarda em si construções acerca da pobreza e dos sujeitos que emitem opiniões acerca dela, não obstante, em sua maioria, essas construções são destituídas de questionamentos críticos acerca da pobreza e atravessadas por preconceitos e concepções equivocadas.

A relação entre pobreza e destituição de direitos é fortemente presente, e, a partir disso, justificam-se as concepções preconceituosas acerca das práticas de assistência. Telles (1993) e Melo (2012) pontuaram a relação estabelecida, enganosamente, entre pobreza, violência e criminalidade, portanto, passível de intervenção policial, em muitas situações, de forma violenta. A construção da sociedade brasileira e sua inserção no capitalismo contribuiu para a divisão entre opressores e oprimidos e a validação das formas de repressão, subalternidade e exclusão, delimitando o lugar daqueles que, para sobreviver, segundo Telles

(1993, p. 3), merecem “o favor e a proteção, mas jamais direitos”. Para Accorssi, Scarparo e Guareschi (2012), a ideologia neoliberal pode influenciar a formação do pensamento social contemporâneo, contribuir para a manutenção das relações de dominação e para os modos de enfrentamento das expressões dos conflitos socioeconômicos vividos.

A naturalização, segundo Accorssi, Scarparo e Guareschi (2012), é uma construção e expressão do pensamento social acerca da pobreza, de modo que esta é concebida como acontecimento inevitável e inerente às relações sociais, destarte, não há o que ser feito para operar a mudança dessa realidade. Essa concepção de pobreza vai ao encontro dos estudos de Siqueira (2013) sobre as visões equivocadas no tratamento da pobreza, para a autora, a naturalização ou visão “darwinista social” concebe as causas da pobreza a partir de dois fatores: a) a pobreza é fenômeno natural e inevitável, e a esse fator soma-se a ideia de desigualdade de capacidades entre os sujeitos, numa espécie de seleção natural dos mais capacitados e aptos a sanarem suas necessidades básicas e a consequente superação das condições de vida em contextos de pobreza; e b) refere-se à relação entre pobreza e aumento da natalidade. Deste modo, as formas de enfrentamento se dariam por meio de ações de caridade e filantropia, devido à inevitabilidade das condições de pobreza, e pelo controle de natalidade dos pobres e planejamento familiar.

Teixeira (2010) pontua que, ao longo da formação da assistência social brasileira, as práticas foram compartimentadas por demandas específicas e os modos de trabalho e enfrentamento eram voltados para as características dessas demandas, por exemplo, exploração, abuso sexual e trabalho infantil, o que contribuiu para a rotulação de sujeitos enquanto indivíduos-problema e para a focalização em demandas específicas das famílias atendidas. No tocante à pobreza, as famílias pobres eram rotuladas como incapazes de educar seus filhos e dar-lhes condições de desenvolvimento salutar, e, portanto, passíveis da intervenção estatal e legitimação de práticas abusivas, “mantendo a associação entre família irregular e pobreza” (TEIXEIRA, 2010, p.7).

Desta maneira, Yazbek (2015) explica que a assistência social apresenta duas interfaces possíveis: ratificação da subalternidade e o reconhecimento e protagonismo dos sujeitos. A ratificação da subalternidade vem a partir das práticas de vigilância e punição dos usuários da assistência, esse fenômeno é observado, por exemplo, por meio da inserção de sujeitos e famílias no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

O CadÚnico tem por objetivo unificar informações socioeconômicas de famílias, com vistas ao planejamento e execução de políticas sociais, inserção e concessão de

benefícios socioassistenciais, como os programas de transferência de renda, Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada para idosos e pessoas com deficiência (BPC). Ao mesmo tempo em que o CadÚnico é uma ferramenta essencial para o planejamento e implementação de políticas sociais, é, também, uma forma de vigilância das famílias cadastradas.

Vigilância no sentido de acompanhar, por meio de atualizações anuais, a situação social e econômica da família, o que inclui o trabalho de carteira assinada, a frequência escolar de crianças e adolescentes da família, as despesas familiares com alimentação, pagamento de contas, água e energia elétrica, a distribuição da renda familiar *per capita* e outras informações relevantes para o parecer favorável ou desfavorável para a concessão ou permanência em programas, serviços ou benefícios socioassistenciais. A vigilância e a punição encontram-se, também, nas visitas domiciliares e nas ações de retirada das famílias de programas ou benefícios, após o parecer desfavorável da equipe técnica do serviço de referência.

Para Melo (2012), o mecanismo de vigilância e punição configura a desoneração da sociedade capitalista, com foco para os processos de culpabilização e responsabilização. Esses processos podem ser observados, também, por meio das práticas familistas no âmbito da assistência, que consistem em responsabilizar a família atendida por sua própria proteção social e necessário ajustamento às exigências do modelo de família ‘estruturada’, na busca de soluções para as expressões da questão social, o que Melo (2012) chama de processo de administração da pobreza, uma forma de controle consentido.

Dessa forma, segundo Melo (2012) e Miotto (2010), o trabalhador e sua família são tidos como objeto de estudo e intervenção da assistência social. Esse modelo de assistência, assentado na vigilância e punição, é legado do serviço social norte-americano, que compreende as práticas assistenciais, enquanto método de tratamento e ajustamento dos indivíduos ao meio, características do processo de responsabilização das famílias e dos indivíduos por suas vivências sociais. No entanto, segundo Miotto (2010) esse modelo de trabalho social com famílias sofreu mudanças, após a inserção de estudos críticos sobre o desenvolvimento do trabalho com famílias a partir da teoria social de Karl Marx, com contribuições para o avanço teórico e metodológico e o delineamento do compromisso ético e político dos profissionais da assistência. Essas contribuições propiciaram duas significativas mudanças no modo de trabalho com famílias no campo da assistência social.

Assim, segundo Miotto (2010), a primeira mudança refere-se à recepção das demandas dos sujeitos enquanto questões decorrentes da vida em condições de desigualdade

social, retirando a concepção de ‘casos de família’ e de problemas de competência ou incompetência dos sujeitos como se observa no enxerto a seguir:

Essas famílias têm vários problemas, né? Então, é tipo você melhora em um, mas o outro continua, entendeu? Resumindo tudo, ela pode não precisar hoje da cesta básica, mas ele precisa do Bolsa Família, ele precisa de uma ajuda psicológica, ele precisa de alguma ajuda das assistentes sociais. Então, é um ciclo que é muito difícil ser quebrado por isso. Porque você pode conquistar uma superação em uma categoria dos problemas, dos tantos problemas que uma família pode mesmo enfrentar, mas em compensação os outros ainda vão continuar (Trab_01. GF2, p. 9).

A segunda refere-se à redimensão do alcance e direcionalidade das práticas profissionais alinhadas à luta pela transformação social, portanto, as soluções das vicissitudes expressas na família e pela família terão efetividade na mudança das bases da produção e reprodução das relações sociais capitalistas, portanto, as categorias Direito e Cidadania mediam as práticas profissionais.

Segundo Miotto (2010), a partir dos anos 2000 surgem duas propostas de trabalho com famílias: a proposta familista e a proposta protetiva. Para Teixeira (2009), a primeira traz a concepção de intervenção do Estado na família após a falência desta, portanto, a política pública tem caráter compensatório e transitório, para dar conta das necessidades básicas de seus membros, uma vez que essas não foram supridas devido à inoperância da família. Nesse sentido, a ratificação da subalternidade se faz presente, apesar dos avanços teórico-metodológicos no campo das práticas assistenciais, com a focalização das ações públicas e da culpabilização das famílias. A segunda, proposta protetiva, refere-se à garantia de direitos sociais universais pelos quais a cidadania, a equidade e a justiça social são efetivadas. A partir disso, observa-se a significância das práticas profissionais embasadas em concepções implicadas com a transformação social e a quebra da lógica subalterna.

Segundo Miotto (2010) e Teixeira (2009), a concepção protetiva desvincula a família da lógica subalterna e da responsabilização por processos advindos das relações sociais e econômicas que atravessam a família, com foco para a autonomia e protagonismo dos sujeitos, a partir da participação desses no planejamento e avaliação das políticas sociais. As categorias Proteção, Necessidades Humanas e Estrutura de Cuidado estão presentes nessa concepção, destarte, considera que a proteção social não é responsabilidade exclusiva da família e o acesso à renda, bens e serviços compõe o caráter protetivo protagonizado pela família.

4.1.1 Pobreza: do significado ao sentido

A rede de significações construída pelos sujeitos participantes desta pesquisa está em constante mutação e sofre influências de posicionamentos ideológicos, fatores sociais, pessoais, políticos, culturais e econômicos. Segundo Rossetti-Ferreira, Amorim e Silva (2004) a articulação desses diferentes elementos estrutura um universo semiótico que promove a emergência de significados e sentidos atrelados à situação, ora de forma ampla e polissêmica, ora de forma restrita e exclusiva. Acerca disso, durante o grupo focal realizado com as trabalhadoras, quando indagadas sobre o perfil dos usuários e usuárias do CRAS, uma das trabalhadoras respondeu da seguinte forma:

No nosso país a maioria também são os pobres, né? (...) vivenciam essa questão da insuficiência de renda, do não acesso aos seus direitos, pessoas que moram em habitações precárias, né? Que também têm com o acesso à saúde precário, né? Então, todo esse contexto mesmo de pobreza, não só no aspecto de renda, né? Mas de todas as outras situações, que vivenciam situação de exclusão social, de discriminação (Trab_08. GF2, p. 3).

Observa-se a construção do sentido da pobreza a partir da compreensão da trabalhadora sobre a multidimensionalidade do fenômeno, englobando aspectos econômicos, (insuficiência de renda), de moradia, (moram em condições precárias), de acesso a políticas sociais (acesso aos seus direitos), (acesso à saúde) e situações de (discriminação), bem como a pobreza enquanto produto de condições de exclusão e desigualdade no país.

Segundo Rossetti-Ferreira, Amorim e Silva (2004), são inúmeros os significados possíveis para a situação apresentada, cada sujeito confere à situação novos sentidos que favorecem ou limitam ações, emoções e concepções. O discurso a seguir exemplifica os sentidos construídos por outra trabalhadora:

Eu queria ter pelo menos uma cesta básica pra conceder àquele usuário, né? Que tá botando só um feijão pra cozinhar, os vizinhos, não tinha nem vizinho pra socorrer porque os vizinhos também passam pelas mesmas dificuldades, né? Então, nessa situação, o que eu via de maneira emergencial na minha mente seria a cesta básica. Mas, embora ele necessitasse de bem mais do que ali a cesta básica (Trab_09. GF2, p. 5).

Segundo Yazbek (2012), a multidimensionalidade da pobreza assenta-se nos vários fatores que caracterizam a vida em condições de pobreza, sejam eles materiais, carência de direitos, oportunidades ou possibilidades. No discurso acima, a trabalhadora reconhecendo a necessidade emergencial do usuário, durante uma visita domiciliar, pontua que, além da necessidade alimentar, outras necessidades básicas estão descobertas por conta da vida em situação de pobreza e sinaliza uma possível ação para sanar a necessidade emergencial do usuário: a concessão de uma cesta básica a fim de enfrentar uma situação de

risco alimentar e assim efetivar o direito à alimentação, direito pertencente ao padrão de vida básico.

Para Sposati (1998), os mínimos sociais ou elementos necessários para um padrão de vida básico, são elementos de cidadania que, em um contexto neoliberal, tornam-se grandes desafios diante do desmonte da responsabilidade estatal para com os cidadãos e vão de encontro à concepção de enfrentamento de riscos sociais e econômicos a partir da responsabilidade individual e não social. Porém, ao se pensar em mínimos sociais deve-se, primeiramente, partir da concepção de padrão de vida, em outras palavras, da garantia da sobrevivência biológica (limite de subsistência no patamar da pobreza absoluta), condição de poder trabalhar, qualidade de vida (acesso a serviços e garantias), desenvolvimento humano (educação e acesso universal) e necessidades humanas.

Sposati (1998) chama de responsabilidade social e pública a discussão implicada com a garantia de direitos e de políticas sociais não tutelares. Sposati (2013) pontua que a luta pelas conquistas sociais está no âmbito do compromisso ético-político dos trabalhadores da assistência social, o que inclui o compromisso social, a problematização da realidade, o olhar crítico sobre a política de assistência e a implicação com as demandas da realidade brasileira.

Couto, Yasbek e Raichelis (2014) referem-se à necessidade de princípios éticos, políticos e técnicos na formação da identidade do profissional da assistência com capacidade de promoção de mudança social. Para Martínéz (2009), o compromisso social necessário ao trabalho com as classes subalternas é, primeiramente, um compromisso pessoal do trabalhador, o que inclui sua formação secular e pessoal, sua visão de mundo e interesses, ou seja, a dimensão subjetiva (pessoal e social) do sujeito. Essas dimensões são construídas socialmente e perpassadas por “sistema de valores, capacidade de reflexão crítica, planos e projetos profissionais e de vida, sensibilidade perante os projetos humanos e sociais” (MARTINÉZ, 2009, p. 149).

Sawaia (2014), ao discorrer sobre a categoria Afetividade para análise da dialética inclusão/exclusão, a partir da teoria de Espinosa, pontua que o sofrimento ético-político é dor permeada pelas injustiças sociais. O que significa que implicar-se com as demandas sociais, com a desigualdade e a exclusão, sob as quais estão submetidos muitos brasileiros, é importar-se para a mudança social. Essa mudança parte de ações e, segundo, Sawaia (2014) agir, pensar e sentir estão intimamente relacionados.

Segundo Bertini (2014), o sofrimento ético-político, a partir de uma compreensão marxista, está posto numa sociedade de conflitos e de lutas de classes. Nesse sentido, os trabalhadores do SUAS têm uma dupla tarefa, primeiramente por serem trabalhadores

inseridos no modo de produção capitalista e, estarem submetidos a lógica do capital, não apenas pela precarização de suas atividades, mas, também, pelos impasses na efetivação dos objetivos de suas atividades em prol da classe trabalhadora. A segunda tarefa refere-se a estar inserido nesse contexto e desenvolver a capacidade reflexiva e crítica para problematizá-lo:

Sufrimento ético-político retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade (SAWAIA, 2014, p. 106).

O sofrimento ético-político está no plano de conscientização de si e do outro, está na afetação e isso inclui analisar as “formas de espoliação humana por trás da aparência da integração social, e, portanto, entender a exclusão e a inclusão como as duas faces modernas de velhos e dramáticos problemas, a desigualdade social, a injustiça e a exploração” (SAWAIA, 2014, p. 107). Acerca da pobreza: “é uma coisa que eu sofri muito, mas sempre achei alguém pra me dar força, coragem, só tem Deus pra superar todas as batalhas que a gente tem que carregar” (Usuária_05. Entrevista 5).

Para Bertini (2014), a vida ética é concebida a partir dos afetos que, segundo Sawaia (2014) “são afecções do corpo por meio dos quais a potência de agir é aumentada ou diminuída” (p. 103), assim, os afetos podem orientar a ação humana para a liberdade (potência de ação) ou para a servidão (potência de padecimento).

A partir dessas considerações, é possível afirmar que o poder de afetação nos trabalhadores da assistência e o aumento da potência de ação estão ligados a uma atuação profissional crítica e compromissada com as demandas da realidade social, o que caracteriza o ser ético, na relação para com o outro de forma sensível, ativa e mobilizadora de afetos. Como se observa: “Porque além de técnica, de ter todo aquele conhecimento teórico e tudo, procurar, né, interpretar as situações e tudo, mas eu sou um ser humano, né? Tem as questões das fragilidades enquanto humano”(Trab_02, GF2, p. 5).

A relação entre afetividade, pensamento e ação é construída social e historicamente, e é uma unidade de análise do comportamento humano estudado por Vygotsky, que diz respeito ao significado, enquanto princípio organizador da consciência e ligado à palavra que, por sua vez, refere-se à interligação das diversas funções psicológicas e destas com o sujeito e a sociedade. “O significado penetra na comunicação neurobiológica levando o homem a agir, não em resposta a uma estrutura e organização biológica, mas a uma ideia” (SAWAIA 2014, p. 105). Ideia construída nas relações interpessoais e de mediação semiótica.

Pesquisadora: O que é pobreza pra vocês?

Usuária_02: É horrível.

Usuária_05: Pobreza é triste.

Usuária_09: De primeiro, o povo dizia assim: só quem come carne é o rico, que tem dinheiro, né? Hoje em dia qualquer um pode comprar carne pra comer.

Usuária_03: Eu acho assim que tem gente que diz: ah, eu sou pobre, mas eu acho que não tem ninguém pobre (GF1 p.11).

A palavra, signo linguístico, segundo Zanella, Da Ros, Reis e França (2004), veicula sentidos públicos e privados, apresenta uma dimensão que é compartilhada, ou seja, o significado, como teoriza Vygotsky, a qual traz as marcas da história em que foi construída. O sentido é construído não apenas na troca de saberes científicos, mas, também, na partilha de valores, conceitos, preconceitos, afetos, emoções, preferências e das características pessoais dos sujeitos. O que se tem, é uma construção proporcionada pela dialogicidade entre os sentidos partilhados, mediada para o conhecimento de si e dos outros (mediação semiótica); mutualidade, ressignificação e reinvenção. Trata-se de uma construção de natureza semiótica, forjada na relação com o outro e constitutiva da subjetividade.

Para Rossetti-Ferreira, Amorim e Silva (2004) a partir dos conflitos, confrontos e crises, cada pessoa configura sua rede de modo singular, negociando um conjunto de significados atribuídos a si, aos outros e às situações vivenciadas. Ao serem indagadas, durante a entrevista semiestruturada, sobre pobreza e considerar-se pobre, as usuárias ocuparam papéis definidos pela rede de relações, estabelecendo seu lugar e condição em relação aos sentidos construídos da pobreza e o lugar do outro, igualmente, as significações emergidas. Observa-se que a palavra pobreza está ligada a significações monetárias e presença ou ausência do poder de compra:

Usuária_01: Eu acho que pobreza não quer dizer não ter nada, eu acho que pobreza quer dizer a pessoa não poder, não ter dinheiro pra comprar comida, não ter dinheiro pra comprar roupa, eu acho que é isso.

Usuária_03: Pobreza pra mim é essa, os pais sem trabalho. Os pais que precisam dar a sustância das crianças e não têm de onde tirar.

Usuária_09: Eu entendo assim, tem muita gente que não tem nada, não tem Bolsa Família, não tem ganho, não tem nada, é gente que necessita (GF1, p. 11-12).

Desta maneira, viver em condição de pobreza é não ter renda, moradia, trabalho, possuir qualquer um desses elementos é estar fora da situação de pobreza, mesmo quando atendidos por serviços socioassistenciais, já que pobres são os outros.

Usuária_03: Pobre é quem não tem nada.

Usuária_09: Eu acho muito triste a pessoa que é pobre mesmo, de verdade. Tem gente que só abre a boca pra dizer que é pobre, mas não é! Tem tudo dentro de casa

Usuária_10: Hoje em dia todo pobre tem televisão e geladeira dentro de casa. Uma moto.

Usuária_06: É, tem gente que: ah, eu sou pobre, não tenho nada, mas tem moto, tem bicicleta, tem onde morar.

Usuária_01: Muito triste a pessoa que não tem mesmo. Eu não me considero como pobre não. Eu tenho meu de comer, eu tenho meu dinheiro pra mim comprar uma água, tenho dinheiro pro gás (GF1, p. 13-14).

Porém, é possível observar também, a reorganização dos sentidos por parte de uma das usuárias quando emite uma opinião acerca da pobreza relacionada ao uso do dinheiro: “Às vezes tem uns que não têm nada dentro de casa, mas quando recebe um dinheirinho vão gastar com bebida” (Usuária_10. GF1, p. 14). Sobre o uso do dinheiro, Rego e Pinzani (2013) explicam que se deve analisar cuidadosamente as estruturas culturais, religiosas, sociais e pessoais que influenciam o uso do dinheiro e, desta forma, considerar a dimensão simbólica envolvida.

O seguinte trecho vai de encontro à concepção de Rego e Pinzani (2013). A trabalhadora, no discurso, enfatiza a moralidade no uso do dinheiro e a atribuição de identidade negativa ao sujeito beneficiário que utiliza o benefício para outros fins que não somente alimentação:

Tentar explicar pra essas mães que o Bolsa Família não é pra luxo, não é pra gastar com roupa, que gaste com o essencial, com as crianças, com itens de necessidade, porque a gente via que aqui na sede vários lugares tinham cartões do Bolsa Família empenhados porque as mães, simplesmente, pegavam o cartão, porque você sabe que tem pessoa pra tudo, compravam roupas pra si (Trab_01. Entrevista).

Para Eger (2013) as avaliações feitas pelos trabalhadores sobre como o dinheiro recebido pelo beneficiário não deve ser gasto, abre um fosso entre este e a Proteção Social Básica. Segundo Eger (2013) não há restrições quanto ao uso do dinheiro, desta maneira, deve-se, primeiramente, compreender os significados e sentidos adquiridos pelo dinheiro no âmbito doméstico. Em consonância, Rego e Pinzani (2013) explicam que o dinheiro é atravessado por sentidos, significados, normas e expectativas que engendram marcas, classificações e moralidades relacionadas à fonte, ao destino do recurso e à identidade dos seus receptores.

Acerca da autopercepção da pobreza, Ribeiro (2007), em estudo realizado sobre o tema com usuários da Assistência Social, verificou que esses sujeitos, mesmo dentro do perfil considerado pobre ou em extrema pobreza, não se reconheciam pobres e, a partir das falas dos participantes da pesquisa, a pesquisadora observou rejeição à palavra pobreza e à identidade ‘pobre’.

Eles se definem humildes, mas não pobres. Deixam explícito que não são pobres, embora também não se considerem ricos. As justificativas são as mais diversas: têm alimento todos os dias, força para trabalhar, não dependem de ninguém e acreditam ter pessoas mais pobres do que eles (RIBEIRO, 2007, p.102).

Essa percepção também foi verificada nos estudos realizados pelo Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM), da Universidade Federal do Ceará, durante a fase de aplicação do Questionário para a pesquisa sobre Saúde Comunitária em comunidades rural e urbana no Ceará. Foi observado que, a autopercepção da pobreza é atravessada pelo afastamento da conscientização de viver em contexto de pobreza. Segundo Ximenes, Cidade e Nepomuceno (2015), a concepção de pobreza construída pelos sujeitos está ligada ao acesso a bens, serviços e aspectos morais para os quais os sujeitos estabelecem critérios próprios para avaliar-se pobre ou não.

se identifico que situarse en un punto intermedio entre riqueza y pobreza se debía tanto al análisis de las condiciones históricas, lo que permitía el reconocimiento de mejoras en el acceso a la alimentación, a la escolarización y al consumo, como al reconocimiento de que existen valores morales que interfieren en este proceso de definición, al permitir que los sujetos se reconozcan como “rico de espíritu” (XIMENES, CIDADE e NEPOMUCENO, 2015, p. 1419).

Pode-se inferir, a partir disso, a negação da identidade socialmente construída referente à pobreza devido aos seus rótulos culpabilizadores, discriminatórios e naturalizantes e por considerar que ser pobre é não ter renda, não ter moradia, não ter alimento, não ter o que vestir. Essa última percepção da pobreza enquanto ausência de renda e acesso a bens de consumo, permeia o senso-comum, porém, a pobreza é um fenômeno complexo e multifacetado que não pode ser explicado, unicamente, pelo critério ausência de renda. Portanto, observa-se uma construção social da pobreza sobre uma base negativa, depreciativa e degradante, e considera-se que, se o sujeito, tem o mínimo necessário para a sobrevivência, não é pobre porque sempre há alguém sem nada em casa, este sim, é o pobre.

Segundo Lima (2003), em pesquisa realizada sobre a pobreza em contextos urbanos, ora o sujeito em situação de pobreza percebe-se não pobre por não ser rico, ora percebe a pobreza como fenômeno alheio e externo a sua vivência, reportada a “outro pobre, o que está em maiores dificuldades do que aquele que fala, estabelecendo-se, nesse sentido, uma hierarquização em que o pobre é que se encontra um degrau abaixo” (LIMA, 2003,

p.317). Estabelecendo assim, de acordo com Lima (2003), uma gradação entre os menos e os mais pobres, a partir de uma representação positiva da pobreza, no sentido de reconhecerem-se como iguais, ou seja, pobres trabalhadores, mas com níveis diferenciados de pobreza. A representação negativa da pobreza está ligada aos pobres não trabalhadores, os ‘marginais’ que buscam facilidades para obter o que precisam.

Outro aspecto da representação negativa a pobreza, refere-se ao local de habitação, ao território ocupado por sujeitos e famílias em situação de pobreza. O território é uma categoria importante para o desenvolvimento dos programas, projetos e serviços da política de assistência social, a partir dele as práticas são planejadas e implementadas. A proposta é a elaboração do diagnóstico socioterritorial, por parte da equipe de profissionais, para após isso, elaborar metodologias de trabalho social com sujeitos e famílias residentes nas áreas de abrangência desse território, partindo das especificidades culturais, econômicas e sociais. Segundo Dantas e Oliveira (2014), o território dá visibilidade às peculiaridades e desigualdades, da mesma forma que é lugar de cidadania.

A rede de significados construídos pela pobreza, também atravessa o território. Segundo Siqueira (2013), em uma concepção territorial da pobreza, esta pode ser identificada por meio das características de um grupo populacional ou de uma localidade, justificando o uso dos termos vulnerabilidade, risco e exclusão social para estabelecer relação de causa da pobreza com locais de moradia de risco, condições sanitárias, condições de vida, violência, pertencimento a grupos sociais e outras características utilizadas para identificar territórios e seus habitantes. As ações de enfrentamento da pobreza, a partir da concepção territorial, dar-se-iam por meio de avaliações de risco ou mapa de risco, ações de desapropriação, inserção de agentes comunitários de saúde entre outras. Siqueira (2013) pontua o território enquanto espaço de luta, de identificação e de reivindicações.

Para Yazbek (2015), o local de moradia é um núcleo significativo, por ser alvo de discriminações e estigmas, em contextos de pobreza, ocupado, em muitos casos, de modo precário com graves problemas de saneamento e oferta precária de serviços básicos de saúde e educação, ao mesmo tempo que constitui redes de apoio entre os sujeitos e a vizinhança, a partilha de experiências e vivências compartilhadas. Essas “redes que cumprem (...) papel de uma assistência social que não responde às demandas” (YAZBEK, 2015, p.139).

Da mesma maneira, as significações acerca da construção da pobreza, sua lógica de manutenção e modos de enfrentamento são vistas de formas divergentes entre as trabalhadoras do CRAS.

Pesquisadora: Porque existe pobreza?

Trab_03: É devido mesmo à desigualdade, né? Do próprio sistema, do capitalismo. É uma minoria de pessoas que estudam uma minoria de pessoas que têm um acesso a uma universidade que vai entender porque é que existem pobres (GF2, p.6).

A rede de significações está em constante mudança, em contínua atualização. Os sentidos produzidos pelos sujeitos a alimentam e modificam constantemente, numa relação de figura-fundo, ora emergindo sentidos que explicitam a pobreza enquanto fenômeno social, econômico e político, ora enquanto responsabilidade dos sujeitos.

Da mesma maneira, em relação às possibilidades divergentes de enfrentamento: Da ordem da cidadania e do direito ou de concepções tradicionais e assistencialistas.

Pesquisadora: Como a pobreza pode ser enfrentada?

Trab_01:É o investimento nas políticas públicas, né? (GF2, p. 7).

Trab_02:A pobreza vem desde sempre, então pra situação melhorar é o investimento realmente nas diversas políticas públicas durante muitos anos (GF2, p.7).

Trab_04: Poderia ser enfrentada por pessoas que tem assim, uma vida melhor, sei lá, poderia ajudar. Quem tem mais recursos pra ajudar uma pessoa que não tem como comprar uma cesta básica, acho que é isso (Entrevista, p.8).

As demandas sociais enraízam-se na desigualdade de classes expressada pela precariedade de direitos essenciais à vida digna e cidadã. A ausência da vida digna e cidadã é forjada na desigual distribuição da riqueza socialmente produzida e suas reverberações na vida dos sujeitos são produtos dessa desigualdade. Assim, essa concepção deve atravessar as práticas socioassistenciais dos trabalhadores, uma vez que, significações tradicionais e focalizadas no sujeito, enquanto único responsável por sua situação de vida, são retrógradas e tendem a encaminhar a prática profissional por vias obscuras e longínquas do projeto ético-político profissional de trabalhadoras e trabalhadores da política de assistência social.

A atenção socioassistencial é um contexto prático, é um espaço socialmente construído e produz sua rede de significações, ligeiramente estável, mas em constante transformação a partir do diálogo entre seus atores e/ou sujeitos que problematizam sua construção e manutenção. Segundo Zanella, Da Ros, Reis e França (2004), diálogo esse que reverbera na construção do psiquismo dos sujeitos envolvidos e na produção/apropriação de sentidos. Assim, sentidos hoje voltados para significações tradicionais e retrógradas podem, por meio do diálogo e da interação entre os sujeitos de uma determinada rede, mudarem e se reconstruírem alinhados a um posicionamento ético e político.

Para Santos (2014), a pobreza, além da repercussão na vida dos sujeitos, expõe os trabalhadores da assistência à vivência compartilhada e à confrontação de suas limitações pessoais e técnicas para o acolhimento e atendimento das demandas sociais: “É, ver e ser o mais fria possível naquele momento pra não deixar transparecer que nem eu tô [sic] vendo perspectivas pra tipo minimizar aquele sofrimento daquela pessoa. É bem complicado”(Trab_08. GF2, p. 5).

A problematização da pobreza, da atuação profissional nas políticas de assistência e da qualidade do atendimento é envolvida por uma práxis transformadora que, segundo Oliveira *et al.* (2014, p. 220), caminha para “mudanças que tornem as sociedades latino-americanas mais justas e humanas” e é perpassada pelo compromisso ético-político. Acerca da qualidade do atendimento ao usuário, Macedo e Dimenstein (2009, p. 294) problematizam a “(...) hipervalorização da técnica em detrimento de uma atuação pautada por uma compreensão e/ou atitude ético-política (...)” que foca a humanização, o acolhimento e a responsabilização para com o usuário.

Em contextos de vulnerabilidade e risco social, nos quais a negação de direitos, a ausência de voz e a rotulação estão presentes, a capacidade do trabalhador da política de assistência social em viabilizar o atendimento humano e acolhedor, configura uma atuação voltada para as demandas da população, suas características, potencialidades, objetivos e experiências (SANTOS, 2014), por meio de encontros horizontais despidos de hierarquia entre trabalhadores e usuários.

Segundo Reis e Cabreira (2013), acerca da atuação voltada para as demandas da população, pontuam que, no âmbito do CRAS, em contextos rurais, o trabalho social deve considerar os significados construídos pelos moradores de comunidades rurais e a constante problematização dessa realidade social, uma vez que, os estudos no campo das políticas sociais tendem a privilegiar contextos urbanos em detrimento dos contextos rurais.

4.1.2 Pobreza e condições de vida no meio rural

a forma como eu também enxergo o usuário aqui do CRASrural, que é realmente o usuário onde a pobreza se mostra realmente multifacetada, né? É a pobreza na questão econômica, é a pobreza na insuficiência alimentar, é a pobreza na ausência de instrução mesmo educacional, teve pouco acesso à educação, é a pobreza na falta de oportunidades, né? Tudo se torna ainda mais difícil pra população da zona rural, né? Que eles se veem muitas vezes dependentes da produção agrícola, aí vem a questão da ausência das chuvas que dificulta ainda mais o cenário deles. Aí então é realmente onde a pobreza se mostra das mais variadas formas e às vezes essas mais variadas formas atingem uma mesma família, né? O que torna ainda um pouco mais difícil o nosso trabalho por conta dessas situações (Trab_09. GF2, p. 4).

Pesquisadores tendem a separar a pobreza urbana da pobreza rural tal qual fossem dois diferentes tipos de pobreza, porém, este estudo entende que há pobreza, multidimensional ou multifatorial, em ambos os contextos, a partir da concepção de negação da vida digna e cidadã, do acesso à educação, à saúde, à assistência social, ao trabalho, à renda pessoal e familiar, ao lazer, dentre outros fatores, não obstante, as vicissitudes inerentes a cada contexto e as significações construídas acerca desses contextos, agravam ou atenuam as condições de vida em situações de pobreza e tendem a fortalecer a ideia de duas pobrezas distintas.

Segundo Reis e Cabreira (2013), em pesquisa realizada com trabalhadores da Assistência Social em contextos rurais, as dificuldades apontadas por esses para a eficácia do trabalho social, são explicitadas em duas categorias: dificuldades de locomoção e adesão, e situações de vulnerabilidade da população. Em referência à primeira categoria, os profissionais pontuavam, enquanto problema, a distante localização das famílias e a baixa participação nas atividades do CRAS. Observa-se, assim, uma atuação voltada para a realidade urbana.

a gente faz o possível pra divulgar nessas três comunidades, na internet, e a gente tenta falar com as orientadoras também pra elas que tão diretamente nas comunidades, se conhecerem essas pessoas que podem vir a precisar da gente por algum motivo, orientar onde fica e o que é que funciona, quais são as profissionais que trabalham aqui, é isso. (Trab_01. GF2, p. 3)

Nesse enxerto, segundo a trabalhadora, o morador da comunidade rural deve ir ao CRAS para receber atendimento. Nesse caso, o ideal seria a implantação de uma equipe volante vinculada ao CRAS a fim de chegar a essas comunidades a atenção socioassistencial. A equipe volante é uma equipe adicional, porém, incorporada à equipe de referência do CRAS. A ausência de uma equipe volante ou a limitada permanência da equipe de referência do CRAS em comunidades rurais desqualifica o trabalho social e reforça os sentidos construídos sobre o contexto rural enquanto lugar de atraso, de pobreza, isolamento, desinformação e de ausência das políticas sociais. Silva, Dimenstein e Leite (2013) explicam que o contexto rural carece de maior atenção por parte do Estado a fim de fazer chegar, de forma universal, as políticas sociais às populações rurais.

As estratégias de atuação, em contexto rural, também devem se alinhar às demandas locais e à realidade do lugar, os recursos disponíveis e o acesso das pessoas a esses recursos:

A gente deveria divulgar um pouco mais nas rádios e tudo, mas também pela falta de *blog*, essas coisas assim não têm tantos meios, né? Não têm meios de divulgação. O meio que a gente tem realmente só é a rádio. Mas, nessas três comunidades [Serrota, Providência e Maracajá] eu acredito que já esteja, assim, bem, bem aberto, assim. Eles já sabem onde fica o CRAS, tanto é que a gente tem *face* [Facebook], que

também divulga tudo que a gente faz, os eventos, lá tem o telefone da gente, então a gente procura os meios mais básicos da gente, né, fazer essa divulgação. (Trab_01. GF2, p. 3)

Porém, durante o grupo focal aplicado às mulheres usuárias do CRAS, moradoras da comunidade Serrota, pode-se observar que, ainda há desconhecimento acerca do CRAS, das atividades desenvolvidas e das contribuições desse para a realidade da comunidade. Pressupõe-se que esse fato se deve à localização do CRAS rural na sede do município, à ausência de equipe volante, à pouca inserção da equipe e do monitoramento dos serviços e programas nas comunidades e à focalização das políticas de assistência na concessão de transferência de renda por meio do Programa Bolsa Família. Condições que levam a construções de significações que atrelam o CRAS como o lugar do Bolsa Família e do cadastro (CadÚnico):

Pesquisadora: O que é um CRAS e pra quê ele serve?

Usuária_09: Eu não sei nem o que é que faz! (risos).

Usuária_04: Nunca nem eu fui.

Usuária_03: Lá é um centro de atendimento.

Usuária_01: É, o principal aqui que a gente sabe pelo menos como é que tá agora, né, servia pro cadastro de Bolsa Família (GF1, p. 5).

Observa-se também, a partir das falas das usuárias, que essas não vinculam o Serviço de convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) ao CRAS, expondo assim, os sentidos compartimentados sobre o CRAS, em parte explicados pela localização do CRAS na sede do município. Desta maneira, o CRAS da sede seria “O serviço social que ajuda quem não tem condições” (Usuária_07. GF1, p. 5) e o SCFV na comunidade “aprende sobre os direitos das pessoas, sobre o direito da saúde, pois é, aprender com elas o que nós não sabe” (Usuária_02. GF1, p.8).

A partir das entrevistas realizadas com as trabalhadoras, observou-se que a rede de significações acerca da vida em contextos rurais, não raro, apresenta sentidos ligados ao atraso e ao isolamento quando comparados com o meio urbano: “Zona rural é onde moram as famílias, tipo assim, de mais carência, porque as coisas são mais difíceis, geralmente as pessoas têm mais acesso, as pessoas da cidade, da zona urbana” (Trab_03. Entrevista, p.3). Segundo Martins (2010), o meio rural é percebido como arcaico, pobre, inferior, atrasado e tal perspectiva é reforçada pelos meios midiáticos, por meio de filmes, novelas, desenhos, etc. que tendem a representar o campo com tais características, não obstante, Martins (2010)

esclarece que o campo é um espaço social de construção de vivências individuais e coletivas, de luta na terra e pela terra.

Tais vivências individuais e coletivas criam uma rede de partilha, troca de experiências e estima ao lugar no qual os sujeitos vivem, crescem e fazem planos de vida, apesar das significações negativas acerca desse espaço. Segundo Elvas e Moniz (2010), o sentimento de pertença a uma comunidade refere-se à satisfação diante da comunidade na qual se vive e traduz-se em níveis elevados de bem-estar, qualidade e satisfação com a vida, menor solidão e isolamento, igualmente, inclui a busca coletiva por melhorias na comunidade e para a comunidade, sejam em questões relativas à segurança, questões ambientais, de lazer e etc.

Desta maneira, durante a aplicação das entrevistas e grupos focais foi possível observar que morar em área rural, apesar das dificuldades listadas pelas participantes, trazia-lhes bem-estar e satisfação. Segundo Elvas e Moniz (2010), um elevado sentimento de comunidade tende a uma maior probabilidade de mobilização social a fim de solucionar os problemas da comunidade, e, também inclui sentir-se parte dessa comunidade apesar dos problemas gerados nela. Quando indagadas sobre a vida na comunidade, as participantes pontuaram os principais problemas enfrentados pelos moradores: o transporte para a sede do município, e esta é uma das principais dificuldades enfrentadas por moradores de zonas rurais; a falta de oportunidades de trabalho e a seca.

O deslocamento até a sede do município, por vezes, é inviável por conta do valor cobrado para esse traslado, desta maneira, muitos moradores da região não costumam ir aos dispositivos de saúde e assistência social disponíveis na sede do município e, quando podem ir, restringem-se à área do mercado municipal por conta das compras do mês e dos bancos próximos, nos quais sacam benefícios. A partir dessa realidade, uma das trabalhadoras pontuou o seguinte: “nessas localidades que são muito distantes, que não têm condições de virem pra sede, esse Bolsa Família, talvez quando recebem, já fazem o mercantil, pra não terem que ficar indo e voltando” (Trab_01. GF1, p.3).

Os problemas ambientais pelos quais as comunidades rurais passam, em especial, a seca, intervêm na dinâmica pessoal, familiar e comunitária, o que exige dos sujeitos adaptação a essa realidade. Segundo Mancal, Lima, Khan e Mayorga (2016) a seca traz para a região atingida consequências de ordem ambiental como a perda da flora e da fauna, a erosão do solo e a escassez de água, de ordem social como o desemprego, a fome e o êxodo rural e econômica como a queda da produção agrícola. No tocante ao enfrentamento, segundo *Mancalet al.* (2016), as estratégias de combate à seca são relacionadas à criação da capacidade

adaptativa, ou seja, estratégias de sobrevivência. Não raro, encontram-se nesses cenários, domicílios com cisternas que represam a água das chuvas e é utilizada para o abastecimento das famílias. A figura 6 apresenta este cenário tão comum às áreas que convivem com o fenômeno da seca.

Figura 6 – Visita Domiciliar (Posto Fiscal)



Fonte: Arquivo pessoal

Segundo Elvas e Moniz (2010), o sentimento de comunidade está relacionado com a qualidade das relações sociais estabelecidas entre os moradores da comunidade e com a percepção de que há possibilidade de suporte e apoio social disponíveis. Assim, o grau de apoio social influencia diretamente a qualidade das relações sociais, a autoestima, a satisfação com a vida e, conseqüentemente, o sentimento de comunidade. Porém, nesta pesquisa, as participantes da comunidade relataram não sentirem que possuem uma rede de apoio na comunidade ou junto ao CRAS, mas, nas falas advindas do GF e das entrevistas, as participantes pontuaram a satisfação em morar na comunidade rural apesar das vicissitudes presentes no cotidiano.

Pesquisadora: Como é morar aqui na comunidade?

Trab_04: Eu gosto de morar aqui e eu acho que todo município tem a necessidade de ter zona rural. Temos dificuldades, temos a questão da água. Mas assim, já melhorou muito, temos enfermeiro e médico de segunda à quarta. Temos dentista. Assim, a zona rural é bem assistida (Entrevista, p.9).

Usuária_01: Tem suas dificuldades, mas assim, é um lugar calmo, tranquilo, é bom de viver, de criar os filhos da gente (Entrevista, p.1).

Acerca da rede de apoio percebida, de acordo com Zanini, Verolla-Moura e Queiroz (2009), apoio social diz respeito aos recursos à disposição dos sujeitos em momentos

de dificuldade e necessidade e, pode ser mensurado, pela percepção individual do grau de resposta a essas dificuldades e necessidades por meio de apoio emocional, material e afetivo. Significa, também, ter pessoas nas quais possa confiar e, perante as quais, sente-se estimado. Segundo Ximenes, Cidade e Nepomuceno (2015) em pesquisa realizada com moradores de comunidades em contextos urbano e rural, quando indagados sobre possuem apoio ou suporte em momentos de dificuldade, em um universo de 417 participantes, 69,7% dos entrevistados responderam que encontram apoio na família; 40% encontram apoio na Igreja e 49,4% encontram amparo nos serviços públicos no campo da saúde, educação e assistência social.

Nesta pesquisa observou-se que, apesar de sentirem-se parte da comunidade em que vivem as participantes e usuárias do CRAS emitiram respostas variadas acerca do apoio familiar ou do CRAS em momentos de dificuldades:

Pesquisadora: Quando vocês têm dificuldades, a quem ou onde vocês procuram auxílio pra solucionar o problema?

Usuária_01: Eu sempre procurava ajuda no CRAS.

Usuária_08: Eu não saio lá de casa, não, porque eu falo pro meu marido e é ele que vai resolver essas coisas, mesmo, assim, é nós dois.

Usuária_03: Eu tentei muitas vezes procurar ajuda, né, da cesta, mas caso assim de família eu nunca fui atrás não.

Usuária_07: Não saio de casa pra ir atrás de nada que a gente sem ter um tostão gasta todinho pagando passagem, chega lá [CRAS] não arruma nada.

Usuária_06: Fica é pior, é o dinheiro do pão (GF1, p. 21).

Observa-se que duas usuárias, em suas falas, pontuam o acesso ao CRAS, não apenas como empecilho para sentirem-se apoiadas, mas, também, pela não satisfação da necessidade que as levou procurar apoio. Segundo Silva, Dimenstein e Leite (2013), as redes sociais construídas são de extrema importância para o fortalecimento de laços, participação na vida cotidiana e potência de cuidado. Para uma das trabalhadoras entrevistada, o apoio ao usuário pode acontecer por meio da escuta e encaminhamento da demanda quando esta ultrapassa a possibilidade de absorção no CRAS:

Encaminhar, que é o que a gente faz aqui, quando a gente vê que o problema ultrapassa o CRAS, a gente encaminha pra CREAS, pra CAPS, você não pode ficar com uma família que esteja passando por um problema que não é da nossa competência (Trab_01. GF2, p. 4).

Outra possibilidade de cuidado apontada por uma das trabalhadoras é ser uma referência não apenas técnica, mas, também, enquanto pessoa para o acolhimento de crianças

e jovens do Serviço de Convivência: “A gente vê mesmo, que muitos deles são muito carentes e chegam pra gente e precisam assim de um abraço, a gente sabe que eles não têm em casa e aqui eles se sentem até seguros, eu penso assim” (Trab_4. Entrevista, p. 9).

Para Zanini, Verolla-Moura e Queiroz (2009), apoio social refere-se à dimensão qualitativa da rede social e esta pode oferecer diferentes tipos e graus de apoio, como se observa no seguinte enxerto: “Você sabe que, de uma forma ou de outra, seu trabalho não está servindo só pro serviço, mas está mexendo até com a vida pessoal deles, porque eles se sentem mais abertos pra conversar” (Trab_3. Entrevista, p. 7).

Desta maneira, os diferentes tipos de apoio percebido pelas participantes da pesquisa, ora efetivado pela resolução da demanda, ora efetivado por um encaminhamento ou por meio de uma escuta, podem ser considerados enquanto possibilidades de apoio social, uma vez que, há quatro fatores para a compreensão do apoio social: o percebido e o recebido, aquele se refere ao apoio disponível quando se precisa, este se refere ao apoio tal qual foi recebido pelo sujeito. Os outros dois fatores referem-se ao apoio social descrito, ou seja, como o sujeito descreve e percebe o apoio recebido e o apoio social valorado referente à satisfação e efetiva ajuda recebida.

De acordo com Carnesqui e Barsaglini (2012), as transformações estruturais da sociedade moderna embasadas em individualização e competitividade impõem obstáculos à solidariedade entre as pessoas e à consequente disponibilidade para estar disponível ao outro. Essa concepção pode explicar, em parte, a ausência de expressões ou relatos de apoio social entre as participantes desta pesquisa, moradoras da zona rural.

As usuárias participantes quando indagadas acerca de suas condições de vida em meio rural, além do aspecto comunitário, teceram sentidos acerca da categoria trabalho e de suas relações com a condição de ser mulher e mãe: “Machismo? É a discriminação com as mães, só quem tem menino eles só não querem lá [fábrica local]” (Usuária_02. GF1, p. 3).

De acordo com Guimarães (2004), ao longo do século XX houve a intensificação do acesso das mulheres ao mercado de trabalho, não obstante, a partir das marcas da desigualdade. Bruschini (2007) esclarece que esse acesso é marcado por ambiguidades, de um lado o acesso a cargos de gestão e posições de prestígio, de outro, o predomínio do trabalho feminino em atividades informais e precárias, e ao centro, a permanência do desempenho de papéis tradicionalmente femininos: o cuidado das atividades domésticas, dos filhos e de outros familiares, acarretando uma sobrecarga, especialmente, quando os filhos são pequenos. Desta maneira, observa-se a articulação, segundo Bruschini (2007) entre o trabalho produtivo

e a família, uma vez que, para as mulheres com filhos, estar no mercado de trabalho implica a articulação dessas duas esferas.

“A gente que tem filho piora mesmo, porque na fábrica não quer” (Usuária_01. GF1, p. 9). Esse relato de uma das participantes do grupo focal corrobora os estudos de Bruschini (2007) ao explicar a difícil tarefa entre a maternidade e a inserção das mulheres no mercado de trabalho, já que o cuidado dos filhos, em especial, os pequenos, é uma atividade que consome a maior parte do tempo das mulheres. Porém, algumas mulheres contam com redes de apoio no cuidado das crianças enquanto estão no trabalho, geralmente, outras mulheres, avós, tias e vizinhas.

A realidade da comunidade na qual se desenvolveu uma parte desta pesquisa possui uma fábrica que absorve os trabalhadores que vivem na comunidade, porém, de acordo com os relatos das participantes, ter filhos é prerrogativa para não conseguir ser empregada. “Quem tem filho é só a conta, entrou, saiu. É só ter o prazer de entrar lá dentro”. (Usuária_03. GF1, p.3). Há, desta maneira, um fosso entre as teorizações acerca da inserção das mulheres no mercado de trabalho e a luta pela implementação de políticas sociais que protejam esse espaço de trabalho tão duramente conquistado. Em conclusão, é o poder dos detentores dos meios de produção que orienta as relações de trabalho e está sobre os interesses de trabalhadoras e trabalhadores em todo o país.

Pesquisadora: Porque as mães precisam sair [do emprego]?

Usuária_07: É, porque eu não vou ver meu filho doente, eu vou deixar e vou trabalhar. Vou nunca, tem nem perigo.

Usuária_09: Eles dizem que você não tem o perfil da fábrica.

Usuária_01: Aí tem só ela, eles fazem o que quiser com os funcionários.

Usuária_02: Aí se tivesse outra, eles davam mais valor às pessoas (GF1, p. 3).

Para Neves (2013), a promoção de oportunidades para homens e mulheres no acesso ao trabalho é uma das prerrogativas para o enfrentamento das condições de vida em contextos de pobreza, todavia, segundo Lima (2003), a inserção de mulheres no mercado de trabalho não as exclui das atividades ligadas ao papel feminino, como as atividades domésticas e o cuidado para com os filhos, o que significa dupla jornada de trabalho. Lima (2003) também explica que devido à insuficiência da renda familiar, muitas mulheres procuram formas de complementação da renda por meio de atividades informais.

Acerca disso, quando indagadas sobre atividades de geração de renda promovidas pelo CRAS, as participantes declararam que, a comunidade não valoriza a produção e tende a

desqualificar o trabalho artesanal por meio do rebaixamento dos preços do trabalho produzido: “O trabalho da comunidade não se valoriza. Se compra uma chinela rasteira de 200 reais, porque não pode comprar o trabalho que foi feito do artesanato local? ” (Usuária_01. GF, p. 4). Outra participante explica: “A gente faz e não vê resultado nenhum aqui. As coisas que a gente fizer aqui ninguém vende. As pessoas querem que a gente faça e dê. Não vai gastar dinheiro comprando material pra tá fazendo, pra tá dando”. (Usuária_08. GF1, p. 6).

Outra dificuldade apontada pelas participantes foi o acesso ao material utilizado para confecção dos objetos aprendidos nos cursos de geração de renda ofertados pelos CRAS:

Usuária_03: ai a gente vai se basear no que a gente gastou, tudo que a gente comprou, ai a gente vai fazer com o trabalho da gente, ai quando a gente vai cobrar o pessoal dão por “não, é caro demais”, sim, mas vai em Fortaleza, compra tudo isso daí e olha meu material e olha meu trabalho. Porque o povo vende uma chinela, a chinela de 180 reais, nem que pague de 10 vezes, mas o povo compra (GF1, p. 7).

Para Lima (2003) a atividade informal exercida pelas mulheres como complementação da renda é estratégia de sobrevivência e oferta de suporte à família e, apesar das limitações devidas à informalidade, podem atender às necessidades e às aspirações de uma vida melhor, por meio da valorização de si.

4.2 Atuação socioassistencial: implicações práticas e ético-políticas

Diante do que foi exposto, de que forma tais elementos constroem os sentidos da pobreza construídos pelas trabalhadoras e implicam na atenção socioassistencial deferida às usuárias?

Muito se tem discutido e estudado acerca do compromisso social dos profissionais da assistência para a transformação da realidade marcada pela desigualdade e outras expressões da questão social, a fim de evitar a perpetuação de práticas profissionais estigmatizantes, segregadoras e ratificadoras da subalternidade. Segundo Senra e Guzzo (2012), o uso banalizado do termo compromisso social, sem a efetivação da mudança no modo de trabalho no campo da assistência, dificulta o aprofundamento das questões envolvidas no projeto de compromisso social e transformação da realidade e afasta uma leitura crítica sobre as relações hegemônicas da sociedade, das políticas sociais existentes e das condições de vida da população atendida e das implicações das expressões da questão social na vida dos sujeitos.

Senra e Guzzo (2012) se referem às práticas comprometidas com a transformação social advindas de análise e produção de conhecimento sobre essa realidade

para, a partir disso, planejar e executar intervenções que deem conta da complexidade dessa realidade com a proposta de construção de atores coletivos. No contexto brasileiro, essa premissa é de fundamental importância para o rompimento das estruturas de subalternização que por muitas vezes balizam práticas no campo da assistência. São práticas históricas, que se repetem e marcam o retrocesso para a assistência enquanto política da Seguridade Social e para os usuários enquanto sujeitos de direitos. “Uma prática comprometida com a transformação social da realidade requer um maior debate, portanto, sobre esse sujeito que implementa as políticas públicas, o profissional no campo da Assistência Social” (SENRA e GUZZO, 2012, p. 298).

Segundo Montero (2010), o fortalecimento comunitário é promotor da transformação, por meio da ação de sujeitos, comunidades ou grupos que alcançam formas de desenvolvimento e transformação que objetivam o bem-estar pessoal e coletivo e a superação das relações de opressão e a apropriação dos espaços públicos. Essa perspectiva tem caráter libertador no sentido de luta pela superação das relações de dominação por meio das quais o povo latino-americano foi e é submetido. Nesse sentido, o trabalho social deve centra-se nas comunidades e em suas demandas para que o fortalecimento comunitário tenha caráter coletivo e libertador, ratificando a concepção de atores sociais construtores de suas realidades, conscientes de suas demandas e críticos em relação ao modo organizativo da sociedade e seus efeitos para a vida cotidiana e para a efetivação de acesso a direitos socialmente conquistados.

Sendo, portanto, uma política social, deve ser fiscalizada pelos usuários desde o seu funcionamento à avaliação das práticas legitimadas por ela. Trata-se de um movimento de construção longo e trabalhoso, mas não impossível, uma vez que a quebra de relações de dominação e a conscientização, problematização e desideologização ocorrem de formas gradativas, enquanto conquistas pessoais e coletivas. A ausência desses indicadores configura o que Montero (2010) chama de influências alienantes de origem externa, ou seja, quando as práticas comunitárias propostas por agentes externos à comunidade, sejam de entidades governamentais ou não-governamentais, são descontextualizadas e alheias às demandas da comunidade, são apresentadas e implantadas de forma autoritária com discurso de controle e repressão impedindo a libertação e tendo por resultado a passividade e o silêncio.

Martin-Baró (2011) aponta três tarefas urgentes para a quebra das relações de dominação e efetivação de uma práxis comprometida com a realidade das comunidades latino-americanas: a recuperação da memória histórica, a desideologização do senso comum e da experiência cotidiana e a potência das virtudes populares. Acerca da recuperação da memória histórica, o sentimento de pertença a uma cultura, a um povo e à apropriação das

lutas populares por direitos e pelos interesses da classe trabalhadora enfrenta a naturalização da desigualdade social e a aceitação da realidade sem maiores questionamentos, característica do posicionamento fatalista. Isso se aplica ao campo da assistência social no sentido de compreendê-la enquanto direito socialmente conquistado e, portanto, contrária às ações para concessão de benesses, favoritismos e ratificação da subalternidade.

A desideologização da experiência cotidiana significa resgatar as experiências e vivências dos sujeitos e devolvê-las como dado objetivo a fim de esses sujeitos tomarem consciência de sua realidade. Para Martin-Baró (2011), essa perspectiva rompe com modelos de pesquisa, análise e intervenção de forma impositiva e descontextualizada em comunidades. Um exemplo disso é a construção do diagnóstico socioterritorial por parte da equipe da política de assistência, sem a participação da comunidade atendida ou a realização de pesquisas em contextos comunitários sem retornar os dados alcançados às comunidades e a aplicação destes para a transformação e melhoria de aspectos da vida cotidiana dessas comunidades. Desta forma, há a corroboração da identidade subalterna, do enfraquecimento dos atores sociais e da não participação.

Por fim, a potência das virtudes populares, a solidariedade, a luta pelo bem coletivo e pela transformação social. Apesar da vivência em condições de opressão pelas condições socioeconômicas vigentes, segundo Ximenes e Góis (2010), o enfrentamento dessas condições e a transformação social são possíveis a partir das potencialidades, poder e valor pessoal dos sujeitos comunitários por meio de práticas e intervenções capazes de contribuir para a construção de sujeitos críticos e para o alcance da libertação das vivências de pobreza, desigualdade social e opressão. Nesse sentido, o trabalho social enquanto práxis deve ser desenvolvido de forma dialética entre os profissionais da assistência social, os sujeitos e a comunidade atendida.

A Assistência Social se propõe promover a proteção social articulada às demais políticas da Seguridade Social a fim de implantar e implementar ações de enfrentamento das expressões da questão social e da negação de direitos como moradia, transporte, emprego, educação, distribuição de renda, saúde, entre outros, destarte, os profissionais da assistência têm uma importante tarefa para a efetivação dessa proposta.

Assim, é fundamental que os(as) trabalhadores(as) envolvidos na implementação do SUAS tenham clareza das funções e possibilidades das políticas sociais que integram a Seguridade Social, de modo a não atribuir à Assistência Social a intenção e o objetivo hercúleo e inatingível de responder a todas as situações de exclusão, vulnerabilidade, desigualdade social (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2007, p. 12).

Os sentidos da pobreza construídos por trabalhadores da Assistência Social produzem seus efeitos sobre o psiquismo destes, e, esses efeitos são atravessados por afetos que, por sua vez, podem ser propulsores ou inibidores de mudança e, invariavelmente, de acordo com Sawaia (2003) fenômeno ético-político, portanto, os sentidos da pobreza, a partir de uma perspectiva ética e implicada politicamente, podem afastar as concepções culpabilizadoras e naturalizantes da pobreza, para inseri-la numa discussão problematizadora de sua origem e manutenção. Esses apontamentos inserem a discussão sobre a capacitação teórica e metodológica dos trabalhadores da assistência para atuação em contextos de desigualdade e pobreza, tendo consciência das possibilidades e limites de sua atuação. Ter a visão crítica da política de assistência pode contribuir para a práxis libertadora citada anteriormente e para o afastamento de ações messiânicas, redentoras e opressoras sobre os sujeitos usuários da política.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegou o momento final deste estudo. Ao longo dos dois anos em que foi desenvolvido, o caminho foi percorrido e reinventado inúmeras vezes, ora por demandas do contexto pesquisado, ora por demandas teóricas, ora por demandas pessoais. Acredito que ainda será percorrido e reinventado outras vezes mais, especialmente, porque espero contribuir para a realidade daqueles que participaram desta pesquisa e de seus contextos de trabalho e familiares. Assim, pretendo resgatar de forma breve, os principais achados deste estudo a partir dos objetivos inicialmente propostos e dos pressupostos formulados, à época do projeto de pesquisa, apresentados na seção Introdução, considerando minhas limitações enquanto pesquisadora, uma vez que, construí esta pesquisa a partir de concepções teóricas e metodológicas num universo de possibilidades, não obstante, acredito que essas considerações podem contribuir para o debate.

Diante disso, esta pesquisa foi orientada pela seguinte pergunta de partida: Como os sentidos da pobreza construídos por trabalhadoras da atenção socioassistencial podem implicar no atendimento despendido aos usuários? Esse questionamento é respondido a partir da compreensão de três considerações formuladas a partir dos achados desta pesquisa: o primeiro refere-se à necessidade de compreensão acerca das raízes econômicas, sociais e políticas da pobreza, que estão fincadas no modo de produção capitalista; a segunda refere-se à construção dos sentidos produzidos pelos sujeitos, a partir dessa compreensão, de modo individual e coletivo; e a terceira refere-se às implicações dessentidos para as ações, sentimentos e pensamentos, desses sujeitos.

Primeiramente, acerca das raízes econômicas, sociais e políticas da pobreza, considera-se que o modo de produção capitalista fomenta modos de vida singulares e coletivos que são atravessados cotidianamente pelas expressões da questão social, dentre eles, a pobreza. Porém, vale ressaltar que, a relação entre capital e trabalho, a exploração do trabalhador e a desigual distribuição da riqueza socialmente produzida são as bases explicativas da manutenção da pobreza.

Desta maneira, coloca-se metaforicamente que, a pobreza é a ponta de um enorme *iceberg* que possui uma considerável parte submersa desconhecida por muitos. Tal parte submersa está atrelada às relações entre o capital e o trabalho que, por sua vez, endossam as expressões da questão social. Porém, sem uma análise pormenorizada e crítica, tende-se à leitura das expressões de forma compartimentada e sem relações entre si, igualmente, à culpabilização e à naturalização do fenômeno.

Durante a fase de levantamento de dados por meio da observação participante, das entrevistas e dos grupos focais foi possível observar a construção dos sentidos das participantes a partir da presença de elementos ora críticos, ora compartimentados acerca da manutenção da pobreza, de suas reverberações e de seu enfrentamento, bem como sobre o papel da atenção socioassistencial nesse engendramento.

A partir do objetivo geral proposto foi possível ‘analisar as implicações dos sentidos da pobreza construídos por trabalhadoras do CRAS Rural para a atenção socioassistencial aos usuários’, sendo necessário o estabelecimento de três objetivos específicos que dessem conta de responder a essa proposição geral, a partir de duas categorias teóricas centrais: Pobreza e Assistência Social.

Assim, em relação ao objetivo específico de ‘Apresentar a visão das trabalhadoras acerca do trabalho no CRAS Rural’, percebe-se que o trabalho no CRAS Rural é considerado um trabalho voltado para pessoas com maior dificuldade de acesso às políticas sociais. Essa percepção está ligada às distâncias territoriais enfrentadas pelas comunidades rurais distantes da sede municipal de Pentecoste e do conseqüente acesso precário a serviços de saúde, educação e assistência social, bem como à atual localização do CRAS Rural ser na sede do município. Diante dessa realidade, as trabalhadoras acreditam que devem voltar suas práticas para formas de divulgação do CRAS Rural, através dos recursos disponíveis, por exemplo, a rádio local, a parceria com os agentes comunitários de saúde da área e a realização de mutirões informativos nas comunidades.

Para as trabalhadoras, a referência de usuários a outras políticas sociais é uma importante atividade no âmbito do CRAS Rural, uma vez que tal medida promove maior

facilidade de acesso a outras políticas por conta da referência, porém, a prática da contrarreferência e do acompanhamento de usuários não foram citados. Consideram que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, enquanto espaço de lazer para crianças e adolescentes atendidos, igualmente, tem a finalidade de orientar quanto aos direitos pessoais e coletivos.

Não obstante, o trabalho também lança as trabalhadoras em situações nas quais elas se sentiram impossibilitadas de ação, por exemplo, diante de situações de pobreza e extrema pobreza, durante visitas domiciliares, tal qual a ausência de gêneros alimentícios na residência das famílias visitadas. Nesse sentido, observa-se um movimento de estruturação da atenção socioassistencial carregado de vicissitudes e pelas especificidades do território que o CRAS Rural se propõe a atender, como por exemplo, situações de desemprego e trabalho informal que fomentam as situações de pobreza das usuárias do CRAS e potencializam o requerimento de Benefícios Eventuais, tal qual cesta básica.

Em relação ao objetivo específico ‘Identificar os sentidos da pobreza construídos pelas trabalhadoras do CRAS Rural’ percebe-se que os sentidos estão em constante modificação, são dinâmicos e ora são permeados pela concepção unidimensional da pobreza, ora pela concepção multidimensional, a partir da concepção unidimensional, são construídos sentidos acerca das necessidades das usuárias para algum tipo de ajuda, de atendimento psicológico, material ou de orientação e, desta forma, as propostas de enfrentamento à pobreza seriam por meio de doações materiais de pessoas em melhores condições financeiras a pessoas pobres.

Acerca da dimensão multidimensional, para as trabalhadoras, poucas pessoas têm acesso a debates acerca da pobreza e dos fatores econômicos, sociais e políticos que a mantém, o que favorece a ausência de luta contra essa realidade e a naturalização da pobreza por parte dos usuários. O acesso à educação de qualidade e ao trabalho formal, nesse sentido, seriam formas de combate à pobreza, segundo as trabalhadoras.

Em relação ao objetivo específico ‘Compreender os sentidos construídos por usuárias do CRAS Rural acerca da atenção socioassistencial recebida das trabalhadoras’, os sentidos contemplaram a percepção do apoio recebido por parte das trabalhadoras do CRAS Rural, segundo as usuárias, por meio de conselhos e orientações, mas também surgiram falas no sentido de insatisfação diante da não resolutividade de demandas pessoais levadas às técnicas do CRAS, como a concessão de cesta básica ou a inserção no programa de concessão de leite líquido.

A partir disso, observo que o percurso metodológico utilizado foi válido, por permitir o acesso à produção de sentidos das participantes, já que foram utilizadas as técnicas das entrevistas semiestruturadas e dos grupos focais, porém, acredito que as perguntas utilizadas no roteiro das entrevistas semiestruturadas tenham comprometido a fluência das respostas dadas pelas participantes. Assim, para futuras pesquisas, considero necessária uma revisão das perguntas de modo a contribuir para uma melhor compreensão dos sentidos.

No que diz respeito às facilidades desta pesquisa, contribuíram para o bom desenvolvimento dela, a receptividade das participantes e da gestão municipal. Outro importante fator foi a presença anterior dos pesquisadores do Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM) em parceria com o Programa de Estímulo à Cooperação na Escola (PRECE) na região, isso permitiu uma boa aceitação durante o contato inicial junto à gestão municipal. Também considero fator preponderante, minha experiência profissional em um CRAS, uma vez que, a familiaridade com o funcionamento, termos e ações me permitiram maior fluidez durante o contato com as participantes, observações e aplicação das entrevistas e grupos focais.

Quanto às dificuldades, considero que o período de realização desta pesquisa, coincidente com o período eleitoral, tenha sido um fator negativo porque tive que explicar às participantes que este estudo não tinha relação com questões partidárias ou relativas a candidatos políticos e, desta maneira, é provável que as respostas tenham sido influenciadas pelo receio de represálias, em especial, das trabalhadoras contratadas temporariamente.

O deslocamento de Fortaleza a Pentecoste, em alguns momentos, foi prejudicado, especialmente, nos dias de chuva, já que precisava sair de casa antes das 06 horas da manhã para embarcar no primeiro ônibus que saía de Fortaleza a Pentecoste, às 06h15, a fim de estar presente no início do horário do expediente das trabalhadoras, às 08h e conseguir ir para as comunidades rurais com a equipe. Em dias de chuva isso não foi possível. Em alguns momentos deixamos de ir às comunidades rurais por falta de transporte.

Esta pesquisa tem limitações teóricas. Limitações teóricas por não ter explanado de forma intensa, como proposto inicialmente, as contribuições de Vigotski para a compreensão dos sentidos e, igualmente, as contribuições da Rede de Significações. As limitações metodológicas referem-se à categorização dos dados, uma vez que, os enunciados das entrevistas semiestruturadas, dos roteiros e período de aplicação tenham implicado na qualidade da apreensão dos sentidos das participantes e influenciado na construção de categorias e, conseqüente análise.

Porém, compreendendo que fragilidades estão presentes em todas as empreitadas empíricas e teóricas, portanto, sugere-se, a partir disso, que tais fragilidades sejam pontos de partida para estudos posteriores, em especial, novos estudos que envolvam a relação entre afetividade e sentido e a relação destes com o compromisso ético-político no campo das políticas sociais de Saúde e Assistência Social no Brasil. Por fim, espera-se que esta pesquisa possa contribuir para a efetivação da atenção socioassistencial e para a compreensão dos sentidos da pobreza.

Figura 7 – Um até logo ao campo – Via de acesso à saída de Pentecoste.



Fonte: Arquivo Pessoal

REFERÊNCIAS

- ACCORSSI, Aline; SCARPARO, Helena; GUARESCHI, Pedrinho. O conceito de pobreza: Uma reflexão sobre os interesses do conhecimento. **Psicologia Argumento**, n. 30, v.71, 651-658, 2012.
- AFONSO, Tatiana. et al. . O uso do diário de campo na inserção ecológica em uma família de uma comunidade ribeirinha amazônica. **Psicol. Soc.**, v. 27, n. 1, 131-141, 2015.
- AMMANN, Safira Bezerra. **Expressões da Pobreza no Brasil: Análise a partir das desigualdades regionais**. São Paulo: Cortez, 2013, 190 p.
- ASSUMPCÃO, Raiane Patrícia Severino; CARRAPEIRO, Juliana de Guimarães. Ditadura e Serviço Social no Brasil: contribuições para prosseguir rompendo com o conservadorismo na profissão. **Lutas Sociais**, São Paulo, v.18, n. 32, 105-118, 2014.
- BAJOIT, Guy. Olhares sociológicos, rostos da pobreza e concepções do trabalho social. *In*: BALSÀ, Casimiro, BONETI, Lindomar Wessler e SOULET, Marc-Henry (Orgs). **Concepções e Dimensões da Pobreza e da Exclusão Social: Uma abordagem Transnacional**. Ijuí: Editora Unijuí, 2006, 91-102.
- BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. Paulo Bezerra (Trad), 3ª ed., Rio de Janeiro, Editora Forense, 2002.
- BARROS, João Paulo Pereira. *et al.* O conceito de Sentido em Vygotsky: Considerações Epistemológicas e suas implicações para a investigação psicológica. **Psicologia & Sociedade**; n. 21, v. 2, 174-181, 2009.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Políticas Sociais: fundamentos e história**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2009. 213 p.
- BERTINI, Fátima Maria Araújo. Sofrimento Ético-político: Uma análise do estado da arte. **Psicologia & Sociedade**, 26 (n. spe. 2), 60-69, 2014.
- BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade Social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 323-342, 2009.

BRANDÃO, Israel Rocha. **Afetividade e transformação social**. Edições Universitárias, 2012. 200p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS**. 2ed. Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS**. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O Brasil sem miséria** / Organizadores: Tereza Campello, Tiago Falcão, Patricia Vieira da Costa. – Brasília: MDS, 2014, 848 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas sobre o PAIF**, v. 1 e 2. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Perguntas e Respostas**: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional da Assistência Social**. – Brasília: MDS, 2004, 178 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação**. Brasília - DF. Acessado em 09 de novembro de 2015. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagiRIv3/geral/relatorio.php#>>

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão de Informação. **Diagnóstico Socioterritorial**. Brasília, 2013. Disponível em <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/index.php>> Acessado em 29 Jan. 2016.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e Gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, pp. 537-572, 2007.

CAMPELLO, Teresa; FALCÃO, Tiago. O fim da miséria é só o começo. *IN* BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O Brasil sem miséria**. Tereza Campello, Tiago Falcão, Patrícia Vieira da Costa (Org). Brasília: MDS, 2014. 848 p

CARNESQUI, Ana Maria; BARSAGLINI, Reni Aparecida. Apoio Social e saúde: pontos de vistas das ciências sociais e humanas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 5, pp.1103-1114, 2012.

CASTRO, Ana Elisa Ferreira de; YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. A Psicologia como profissão feminina: apontamentos para estudo. **Estudos de Psicologia**, v, 3, n. 1, 147-158, 1998.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2011, 176 p.

CHAPARRO, Rosário Izquierdo. **Diario de Campo**. Madri: Caballo de Troya, 2013. 88 p.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **O que é Ideologia**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2008.

CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafio. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 2, n. 16, 221-236, 2003.

CIDADE, Elívia Camurça. **Juventude em Condições de Pobreza: modo de vida e fatalismo**. (Dissertação de Mestrado). Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil, 2012, 163 f.

CIDADE, Elívia Camurça., MOURA JUNIOR, James. Ferreira e XIMENES, Verônica Morais. Implicações psicológicas da vida em condições de pobreza para o povo latino-americano. **Psicologia & Argumento**, v. 30, n. 68, 2012, p. 87-98.

COMPARATO, Fábio Konder. Capitalismo: civilização e poder. **Estud. Av.** v. 25, n. 72. São Paulo, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Brasil). **Parâmetro para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social** / Conselho Federal de Psicologia (CFP), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Brasília: Cfp/cefess, 2007. 52 p.

COUTO, Berenice Rojas. Assistência Social: Direito ou Benezesse? **Serv. Soc. Soc.**, n. 124, 665-6677, 2015.

COUTO, Berenice Rojas. O Sistema Único da Assistência Social – SUAS: na consolidação da Assistência Social enquanto política pública. *In: Políticas Públicas e Assistência Social: Diálogos com as práticas psicológicas*. Lílian Rodrigues da Cruz; Neuza Guareschi (Org). 5 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014. pp. 41-55

COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel. A Política Nacional de Assistência Social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. *In: COUTO, Berenice Rojas, et al.. O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento*. 4 ed. São Paulo: Cortez: 2014, pp. 55-88.

CRAVEIRO, Adriéli Volpato; MACHADO, Jéssica Gomes do Vale Cabrerisso. A predominância do sexo feminino na profissão do Serviço Social: uma discussão em torno desta questão. *Anais II Simpósio Gênero e Políticas Públicas*. Londrina, PR, 2011.

CRUZ, Lílian Rodrigues da; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. A Constituição da Assistência Social como Política Pública: Interrogações à Psicologia. *In: Políticas Públicas e Assistência Social: Diálogos com as práticas psicológicas*. Lílian Rodrigues da Cruz; Neuza Guareschi (Org). 5 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014. pp. 13-40.

DANTAS, Cândida Maria Bezerra. **A ação do psicólogo na Assistência Social: “interiorização da profissão” e combate à pobreza.**(Tese de Doutorado). Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil, 2013, 319 f.

DANTAS, Cândida Maria Bezerra; OLIVEIRA, Isabel Fernandes de. As cidades pequenas como território da ação do psicólogo: desafios teóricos e metodológicos. DIMENSTEIN, Magda; LEITE, Jáder Ferreira (Orgs). **Psicologia em Pesquisa: cenários de práticas e criações**. Natal, RN: EDUFRN, 2014, 502 p.

DAVI, Jordeana; Serpa, Moema Amélia; SILVA, Sheyla Suely de Souza; Medeiros Júnior, Geraldo; SANTOS, Maria Aparecida Nunes dos (2010). A Seguridade Social em tempo de crise do capital: o desmonte de seu orçamento. **SER Social**, Brasília, v. 12, n. 26, p.59-87, 2010.

DE PAULA, Luana Rego Colares. **As significações sobre o Programa Bolsa Família: Um estudo com mulheres acompanhadas por Centros de Referência de Assistência Social de Fortaleza.**(Dissertação de Mestrado). Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil, 2010, 155 f.

DEMO, Pedro. **Pesquisa Participante: saber pensar e intervir juntos.** Brasília: Liber Livro Editora, 2004, 140 p.

DRAIBE, S. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. **Tempo Social**, v. 15, n.2, 2003.

EGER, Talita Jabs. **Dinheiro e moralidade no Bolsa Família: Uma perspectiva etnográfica.** (Dissertação de Mestrado.) Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil, 2013, 2010 p.

ELVAS, Suzana; MONIZ, Maria. João. Vargas. Sentimento de comunidade, qualidade e satisfação de vida. **Análise Psicológica**, v. 3, n. 28, pp. 451-464, 2010.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista.** 8 ed. rev. São Paulo: Cortez, 2000.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: Discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 28, n. 14, 139-152, 2004.

FREITAS, Cristiane Redin; GUARESCHI, Pedrinho A. Assistência Social no Brasil e usuários: Possibilidades e contradições. **Diálogo**, Canoas, n. 25, 145-160, 2014.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 32 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003. (Versão digitalizada)

GARNELO, Luiza. Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 5, 1115-1117, Mai, 2006.

GÓES, Marília Cecília Rafael de; CRUZ, Maria Nazaré da. Sentido, significado e conceito: notas sobre as contribuições de Lev Vigotski. **Pro-Posições**, v. 17, n. 2, 31-45, 2006.

GÓIS, César Wagner de Lima. **Psicologia Clínico-Comunitária.** Fortaleza: Editora Banco do Nordeste do Brasil, 2012.

GÓIS, César Wagner de Lima. **Saúde Comunitária: pensar e fazer**. São Paulo: Editora HUCITEC, 2008.

GONDIM, Sônia Maria Guedes. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. **Paidéia (ribeirão Preto)**, [s.l.], v. 12, n. 24, 149-161, 2002.

GRISOTTI, Márcia; GELINSK, Carmen Rosário Ortiz G. Visões parciais da pobreza e políticas sociais recentes no Brasil. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 13 n. 2 p. 210-219 jul./dez. 2010.

GUARESCHI, Pedrinho A.; ROCHA, Kátia Bones.; MOREIRA, Mariana Calesso.; BOECKEL, Mariana Gonçalves. Grupos Focais em Psicologia Comunitária. In: SARRIERA, Jorge Castellá; SAFORCADA, Henrique Teófilo (Orgs). **Introdução à Psicologia Comunitária: Bases teóricas e metodológicas**. Porto Alegre: Sulina, 2010, 188-204.

GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (Org). **Textos em Representações Sociais**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, [s.l.], v. 22, n. 2, 201-210, 2006.

GÜNTHER, Isolda de Araújo. O uso da entrevista na interação pessoa-ambiente. In: PINHEIRO, José de Queiroz; GÜNTHER, Hartmut (Org.). **Métodos de Pesquisa nos estudos pessoa-ambiente**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008a, 53-74.

HUSSON, Michel. **Miséria do Capital: Uma crítica do Neoliberalismo**. BARRADAS, Ana (Trad.), Lisboa: Terramar, 1996, 251 p.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A Questão Social no Capitalismo. **Revista Temporalis**, ano 2, v. 3, Brasília: ABEPSS, Graflin, 9-32, 2001.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico 2010 – Características Gerais da população. Resultados da Amostra**. Disponível em www.censo2010.ibge.gov.br. Acessado em 07 de outubro de 2016.

IPECE. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Índice de Desenvolvimento Municipal**. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/estudos_sociais/idm/IDM_2012.pdf> Acessado em 07 de outubro de 2016b.

IPECE. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Perfil Básico Municipal**, 2015. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/perfil_basico_municipal/2015/Pentecoste.pdf> Acessado em 07 de outubro de 2016a.

JANNUZZI, Paulo de Martino; SOUSA, Marconi Fernandes de; VAZ, Alexander Cambraia Nascimento; FONSECA, Julio Cesar Gomes; BARBOSA, Márcia Valéria Sousa. Dimensionamento da extrema pobreza no Brasil: Aprimoramentos metodológicos e novas estimativas. *In*: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O Brasil sem miséria**. Tereza Campello, Tiago Falcão, Patrícia Vieira da Costa (Org). Brasília: MDS, 2014. 848 p

LIMA, Antônia Jesuíta de. **As Múltiplas faces da Pobreza: Formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos**. Teresina: Halley, 2003, 395 p.

LIMA, Maria Alice Dias da Silva; ALMEIDA, Maria Cecília Puntel de; LIMA, Cristiane Cauduro. A utilização da Observação participante e da Entrevista Semi-estruturada na pesquisa em Enfermagem. **R. Gaúcha Enferm.**, Porto Alegre, v. 20, n. esp., 130-142, 1999.

MACEDO, João Paulo Sales; DIMENSTEIN, Magda. Psicologia e Produção do cuidado no campo do bem-estar social. **Psicologia & Sociedade**, Minas Gerais, v. 3, n. 21, 293-300, 2009.

MANCAL, Ansuret *al.* À espera da seca que vem: capacidade adaptativa em comunidades rurais do semiárido. **R. bras. Est. Pop.**, Rio de Janeiro, v.33, n.2, p.257-281, 2016.

MARCUZZO, P. Dialógo inconcluso: os conceitos de dialogismo e polifonia na obra de Mikhail Bakhtin. **Cadernos do IL**. Porto Alegre, n. 36, 2008, pp. 1- 10.

MARTIN-BARÓ, Ignácio. Psicologia da Libertação: Condições de possibilidades. In GUZZO, Raquel Souza Lobo (Orgs.) e LACERDA JÚNIOR, Fernando. **Psicologia Social**

para a América Latina: O resgate da Psicologia da Libertação. 2 ed. Campinas: Editora Alínea, 2011, 165-197.

MARTIN-BARÓ, Ignácio. Psicologia da Libertação: Condições de possibilidades. In GUZZO, Raquel Souza Lobo (Orgs.); LACERDA JÚNIOR, Fernando. **Psicologia Social para a América Latina:** O resgate da Psicologia da Libertação. 2 ed. Campinas: Editora Alínea, 2011, 165-197.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social:** Identidade e Alienação. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2011, 165 p.

MARTINÉZ, Albertina Mitjás. Psicologia e Compromisso Social: desafios para a formação do psicólogo. **Psicologia e Compromisso Social.** BOCK, Ana Mercês Bahia (Org). São Paulo: Cortez, 2009, 143-162.

MARTINS, Alberto Mesaque. A formação em Psicologia e a percepção do meio rural: um debate necessário. **Psicologia: Ensino & Formação**, v. 1, n.1, pp. 83-98, 2010.

MARX, K. **O Capital:** Edição Condensada. Condensador Gabriel Deville. Tradutor Murilo Coelho. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010, 176 p.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. Pobreza, Seguridade e Assistência Social: desafios da política social brasileira. **Rev. Katál. Florianópolis** v. 13 n. 2 p. 173-180 jul./dez. 2010.

MELO, Joana D'Arc Nicolau. A concepção de família na política nacional de assistência social brasileira: no foco da criminalização da pobreza. **Memorias**, n. 17, 102-134, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: Hucitec, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otávio e GOMES, Romeu. **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. 29 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, 80 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. MINAYO, Maria Cecília de Souza(Org). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. 31 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, 108 p.

MIOTO, Regina Célia. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 12, n.2, 163-176, 2010.

MIOTO, Regina Célia; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. **R. Katál., Florianópolis**, v. 16, n. esp., 61-71, 2013.

MONTERO, Maritza. A tensão entre o fortalecimento e as influências alienadoras no trabalho psicossocial comunitário e político. In LACERDA JÚNIOR, Fernando., GUZZO, Raquel Souza Lobo (Orgs). **Psicologia & Sociedade: Interfaces no debate sobre a questão social**. Campinas: Editora Alínea, 2010, 65-81.

MONTERO, Maritza. **Hacer para transformar: el método em la psicología comunitaria**. Buenos Aires: Paidós, 2006, 366 p.

MOURA JUNIOR, James Ferreira. **Reflexões sobre a pobreza a partir da identidade de pessoas em situação de rua de Fortaleza**. (Dissertação de Mestrado). Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil, 2012, 159 f.

MOURA JUNIOR, James Ferreira; CIDADE, Elívia Camurça; XIMENES, Verônica Moraes e SARRIERA, Jorge Castellá. Concepções de pobreza: um convite à discussão psicossocial. **Temas em Psicologia**, v. 22, n.2, 2014, 341-352.

MURILLO, S. Produção de Pobreza e construção de subjetividade. In: CIMADAMORE, A.D.; CATTANI. **Produção de Pobreza e Desigualdade na América Latina**. Porto Alegre: Tomo Editorial/Clacso, 2007, 39-78.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 08 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Lucian Borges de. *et al.* Vida e Obra de Ignacio Martín-Baró e o Paradigma da Libertação. **Revista Latino-americana de Psicologia Social Ignacio Martín-Baró**, v. 3, n. 1, 205-230, 2014.

OLIVEIRA, Rita de Cássia Magalhães de. (Entre) linhas de uma pesquisa: o Diário de Campo como dispositivo de (in)formação na/da abordagem (Auto)biográfica. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, Salvador, v. 2, n. 4, 69-87, 2014.

PASCHOAL, Tatiane; TAMAYO, Álvaro. Validação da Escala de Estresse no Trabalho. *Estudo de Psicologia*, Natal, v. 1, n. 9, p.45-52, jan-abr. 2004.

PAULA, Luana Rego Colares. **As significações sobre o Programa Bolsa Família: Um estudo com mulheres acompanhadas por Centros de Referência de Assistência Social de Fortaleza.**(Dissertação de Mestrado). Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil, 2010, 155 f.

PEREIRA, João Márcio Mendes. O Banco Mundial e a construção política dos programas de ajustamento estrutural dos anos 1980. **Revista Brasileira de História**, v. 30, n. 65, 2013. p. 359-381.

PINO, Angel L. B. Processos de significação e constituição do sujeito. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, p. 17-24, abr. 1993.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 46 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

QUEIROZ, Danielle Teixeira *et al.* Observação Participante na Pesquisa Qualitativa: Conceitos e aplicações na área da saúde. **R. Enferm.**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 15, 276-283, 2007.

QUIVY, Raymond; VAN CAMPENHOUDT, Luc. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. 2. ed. Lisboa: Gradiva Publicações, 1998. 282 p.

RAICHELIS, Raquel. **Legitimidade Popular e Poder público**. São Paulo: Cortez, 1988.

REGO, Walkíria. Leão.; REGO, Alessandro. P. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania.**São Paulo: Editora Unesp, 2013, 241 p.

REIS, Rosana Gomes; CABREIRA, Lucimaira. As Políticas Públicas e o campo: e o psicólogo com isso? **Psicologia: Ciência & Profissão**, v.33 (num. esp), pp. 54-65, 2013.

RIBEIRO, Eveline Alves. **Significados de pobreza, assistência social e cidadania: reflexões a partir da fala dos usuários do projeto de criação de galinha caipira em Redenção – CE.**(Dissertação de Mestrado). Curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil, 2007, 137 p.

ROSSETTI-FERREIRA , Maria Clotilde; AMORIM, Kátia de Souza; SILVA, Ana Paula Soares. **Rede de Significações: Alguns conceitos básicos.** *In:* ROSSETTI-FERREIRA,

Maria Clotilde; AMORIM, Kátia de Souza; SILVA, Ana Paula Soares; CARVALHO, Ana Maria Almeida (Orgs). Porto Alegre: Artmed, 2004, pp. 23-33.

ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde. **Rede de Significações e o estudo do desenvolvimento humano**. In: ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde; AMORIM, Kátia de Souza; SILVA, Ana Paula Soares; CARVALHO, Ana Maria Almeida (Orgs). Porto Alegre: Artmed, 2004, 232 p.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”**: Particularidades do Brasil. São Paulo: Cortez, 2012, 272 p.

SANTOS, Luane Neves. **A Psicologia na Assistência Social: Convivendo com a desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2014. 135 p.

SAWAIA, BaderBurihan. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 14^a. ed. Petrópolis, Vozes: 2014, 99-122.

SAWAIA, BaderBurihan. **Afetividade como fenômeno ético-político e lócus de reflexão crítico-epistemológica da psicologia social**. São Paulo: Mimeo, 2003.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. Laura Teixeira Motta (Trad). São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p.

SENRA, Carmen Magda Getthi., GUZZO, Raquel Souza Lobo. Assistência Social e Psicologia: Sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n.2, 293-299, 2012.

SHAWARTZMAN, Simon. **As causas da Pobreza**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, 208p.

SHEINVAR, Estela. A família como dispositivo de privatização do social. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 58, n.1, 48-57, 2006. Acessado de <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v58n1/v58n1a06.pdf>>

SILVA, Victor Hugo Farias da.; DIMENSTEIN, Magda.; FERREIRA, Jáder Ferreira. O cuidado em saúde mental em zonas rurais. **Mental**, v. 10, n. 19, 267-285, 2013.

SILVA, Victor Hugo Farias da.; DIMENTEIN, Magda.; LEITE, Jáder Ferreira. O cuidado em saúde mental em zonas rurais. **Mental**, v. 10, n. 19, 267-285, 2013.

SIQUEIRA, Luana. **Pobreza e Serviço Social: diferentes concepções e compromissos políticos**. São Paulo, SP: Cortez, 2013, 319 p.

SOUZA, Maria Cristina de. **A questão da pobreza na percepção de assistentes sociais que trabalham na política de Assistência Social**. 2009. Tese (Doutorado) - Curso de Estudos Pós-graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009, 177 f.

SPOSATI, Aldaíza. Mínimos sociais e Seguridade Social: Uma revolução da consciência da cidadania. **Intervenção Social**, v. 17, n. 18, 1998.

SPOSATI, Aldaíza. Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 116, 652-674, 2013.

TEIXEIRA, Solange Maria. Família na Política de Assistência Social: avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar. **Rev. Pol. Públ.** São Luis, v. 13, n. 2, 255-264, 2009.

TEIXEIRA, Solange Maria. Trabalho social com famílias na Política de Assistência Social: elementos para sua reconstrução em bases críticas. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 13, n.1, 4-23, 2010.

TELLES, Vera da Silva. Pobreza e Cidadania. **Caderno Crh** 19, salvador, 1993. Não paginado.

TORRES, Iraildes Caldas. **As primeiras-damas e a assistência social**: relações de gênero e poder. São Paulo: Cortez, 2002. 206 p.

UGÁ, Vívian Dominguez. A categoria “pobreza” nas formulações de política social do banco mundial. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 23, p. 55-62, 2004.

VALLADARES, Lúcia. Os dez mandamentos da observação participante. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, [s.l.], v. 22, n. 63, 153-155, 2007.

VIGOTSKI, L. S. Pensamento e palavra. In L. S. Vigotski. **A construção do Pensamento e da Linguagem**. BEZERRA, Paulo (Trad.). São Paulo: Martins Fontes, 2000, pp. 395-486.

XIMENES, Verônica Moraes., CIDADE, Elívia Camurça; NEPOMUCENO, Bárbara Barbosa. Psicología comunitaria y expresiones psicosociales de la pobreza: contribuciones para la intervención en políticas públicas. **Univ. Psychol.** Bogotá, Colombia v. 14, n. 4, 1411-1424, 2015.

XIMENES, Verônica, Moraes; CIDADE, Elívia Camurça; NEPOMUCENO, Bárbara Barbosa; LEITE, Jáder Ferreira. Pesquisa e intervenção a partir da realidade social: desvelar das implicações psicossociais da pobreza. In: STELLA, C. (Org.) **Psicologia Comunitária**:

contribuições teóricas, encontros e experiências. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014, 87-110.

XIMENES, Verônica, Moraes; GÓIS, César Wagner de Lima. Psicologia Comunitária: Uma práxis libertadora latinoamericana. *In:* GUZZO, R.; LACERDA, JR. F. (Org). **Psicologia e Sociedade:** Interfaces no debate da questão social. Campinas: Alínea Editora, v.1, p. 45-64, 2010.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. 50 anos de profissão: responsabilidade social ou projeto ético-político? **Psicologia: Ciência e Profissão**, [s.l.], v. 32, n.esp., 6-17, 2012.

YAMAMOTO, Oswaldo. Questão Social e políticas públicas: revendo o compromisso da Psicologia. **Psicologia e Compromisso Social.** BOCK, Ana Mercês Bahia (Org). São Paulo: Cortez, 2009, 37-54.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social.** 8 ed. São Paulo: Cortez, 2015, 198 p.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e Exclusão Social: Expressões da Questão social no Brasil. **Revista Temporalis**, ano 2, v. 3, Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001, 33-40.

YAZBEK, Maria Carmelita. Serviço Social e Pobreza. **Rev. Katál.** Florianópolis, v. 13 n. 2, 153-154, 2010.

ZANELLA, Andréa Vieira; DA ROS, Silvia ZANNATA; REIS, Alice Casanova dos; FRANÇA, Kelly Bedin. Doce, pirâmide ou flor?:o processo de produção de sentidos em um contexto de ensinar e aprender. **Interações**, v. 9, n.17, 91-108, 2004.

ZANINI, Daniela Sacramento; VEROLLA-MOURA, Adriana; QUEIROZ, Ivana Pinheiro de Abreu Rabelo. Apoio Social: Aspectos da validade de constructo em estudantes universitários. **Psicologia em Estudo**, v. 14, n. 1, p. 195-202, 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado (a) por Gisely Roberta Gomes Silva a participar como voluntário (a) de uma pesquisa intitulada “**Sentidos da pobreza e suas implicações para a atenção socioassistencial de um CRAS Rural do estado do Ceará**”, que tem o objetivo de analisar as implicações dos sentidos da pobreza construídos por profissionais do CRAS para o atendimento aos usuários. No caso específico de sua participação, a pesquisadora fará perguntas às quais você poderá responder de forma livre. A entrevista e o Grupo Focal serão gravados com um minigravador. Não haverá, também, retorno financeiro pela sua participação, mas oferecemos como benefício o resultado dessa pesquisa. A pesquisadora assume o compromisso de utilizar os dados coletados somente para os fins dessa pesquisa.

Com essas informações, gostaria de saber a sua aceitação em participar da pesquisa. É necessário esclarecer que: **1.** A sua aceitação/autorização deverá ser de livre e espontânea vontade; **2.** A identificação de todos os envolvidos será mantida em segredo; **3.** Você poderá recusar a continuar participando da pesquisa e, também poderá retirar o seu consentimento, sem que isso lhe traga qualquer prejuízo; **4.** Será permitido o acesso às informações sobre procedimentos relacionados à pesquisa; **5.** Os riscos ou desconfortos causados pela pesquisa são mínimos, eventualmente, você pode ficar um pouco desconfortável com alguma pergunta feita; e **6.** Somente após devidamente esclarecido (a), ter entendido o que foi explicado e aceitado participar da pesquisa, deverá assinar este documento que será emitido em duas vias.

A participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os procedimentos utilizados obedecem aos critérios da Ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos utilizados oferece riscos à dignidade dos participantes. Para maiores informações sobre essas questões, o (a) senhor (a) pode entrar em contato com o CEP (Comitê de Ética em Pesquisa), Rua Coronel Nunes de Melo, 1000, Rodolfo Teófilo, CEP 60.430-275, Fortaleza/CE, Fone: (85) 3366-8344. Em caso de dúvida, poderá comunicar-se com a pesquisadora Gisely Roberta Gomes Silva ou com a orientadora Profa. Verônica Moraes Ximenes, no Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará, Av. Universidade, 2762, Benfica, Fortaleza/CE, CEP: 60020-180, fone: (85) 3366-7722 ou (85) 3366-7661.

Eu declaro que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura, tive a oportunidade de fazer perguntas sobre o seu conteúdo, como também sobre a pesquisa, e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro, ainda, estar recebendo uma via assinada deste termo.

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura do participante da pesquisa

Gisely Roberta Gomes Silva
Assinatura da pesquisadora

APÊNDICE B - Modelo de Diário de Campo

1º Diário de Campo	
Data: 17 de Fevereiro de 2016	Local: Centro de Referência de Assistência Social Rural (CRAS) José Valdir Aguiar
Município: Pentecoste – Ceará	Início: 08h; Término: 16h.
<p>Primeira visita ao campo, município de Pentecoste, Secretaria Municipal de Assistência Social. Saí de Fortaleza às 06h30 da manhã, tomei um ônibus intermunicipal no terminal rodoviário Antônio Bezerra, depois de duas horas de viagem, cheguei a Pentecoste às 08h30 da manhã. Ao descer do ônibus, perguntei a uma senhora transeunte sobre a localização do CSU, prédio no qual se localizava a Secretaria de Assistência Social. Depois da orientação recebida acerca do endereço, caminhei até a esquina seguinte, na qual se localizava o CSU, e, me chamou a atenção a distribuição de geladeiras novas em troca de geladeiras usadas e velhas por meio da Companhia de Energia elétrica do Ceará (COELCE). Esse programa se chama ‘Troca Eficiente’. Havia um número de pessoas aguardando o momento do atendimento e troca do aparelho doméstico; havia carros vindos dos distritos, havia carroça. É necessário ser beneficiário do Programa Bolsa Família para participar.</p> <p>Enquanto observava, visualizei o prédio do Cadastro Único, dirigi-me até ele e perguntei à recepcionista sobre a localização da Secretaria. Ela me disse que ficava ao lado e dirigi-me até lá, onde fui recebida por outra recepcionista que avisou à técnica da gestão, assistente social [Margarida*], sobre minha chegada. Na quinta-feira (11.02.16), eu havia já havia entrado em contato com Margarida para saber da possibilidade de realização de minha pesquisa em um dos CRAS do município. De antemão, sinalizei meu interesse pelo CRAS Rural. Esse interesse não é aleatório, penso que é uma rica fonte de pesquisa a ruralidade e a interface com a inserção da assistência social na zona rural, bem como o desenvolvimento desse trabalho e suas vicissitudes.</p> <p>Foi interessante ver a presença das recepcionistas nos dois equipamentos, esse atendimento inicial qualifica o serviço e facilita a referência das demandas dos usuários à equipe. Margarida me atendeu e fui bem recebida, pude falar resumidamente sobre os objetivos de minha pesquisa e percebi total abertura para tal. Ela me avisou que a equipe do CRAS Rural já estava ciente de minha visita e que me aguardavam naquela manhã. Apresentei o formulário de autorização institucional para que ela assinasse e, assim, eu pudesse submeter ao Comitê de Ética. Após a assinatura, ela me conduziu até o prédio do CRAS Rural. Eu estava ansiosa para esse primeiro contato com a técnica e com a equipe técnica, não sabia como seria recebida.</p> <p>O CRAS Rural fica próximo à Secretaria e, de fato, me chamou a atenção quanto à localização urbana do CRAS Rural, que funciona em uma casa adaptada. Na entrada há uma recepção, como cadeiras para espera, cartazes nas paredes, em sua maioria, do Conselho Estadual de Assistência Social (CRESS), com temáticas sobre a Assistência Social. Não vi na recepção e em outras áreas do CRAS, cartazes do Conselho de Psicologia. Penso que talvez precise problematizar isso no meu texto de dissertação, não sobre a ausência dos cartazes, mas sobre o lugar da Psicologia na Assistência, isso inserção e atuação de psicólogos e psicólogas nas políticas públicas.</p> <p>Fomos recebidas pela recepcionista que pediu que aguardássemos até que uma das técnicas pudesse nos receber porque elas estavam atendendo usuários. Minutos depois, veio a assistente social Flor* que nos recebeu; apresentamo-nos. Margarida se despediu. Flor perguntou se eu queria tomar um café, aceitei, afinal trata-se de uma observação participante! Fomos pelo beco externo do prédio e seguimos até a cozinha, na qual conheci a auxiliar de serviços gerais, Eugênia, responsável pela limpeza do prédio e preparo do lanche dos usuários, quando há encontros no CRAS, e da alimentação da equipe, isso inclui cafezinhos, lanches e almoços.</p>	

Sobre a disposição dos cômodos do prédio: são 4 salas interligadas entre si por meio de portas, ou seja, as portas dão acesso às salas até a cozinha. Apenas uma sala tem uma porta privativa, que é a sala de grupos, essa tem ar-condicionado e é espaçosa, no entanto, atualmente, é utilizada como sala da equipe técnica. A equipe é formada por 3 técnicas (2 assistentes sociais e uma psicóloga), uma coordenadora e orientadores sociais.

Quando a equipe estava completa e disponível, sentamo-nos e pude explicar à equipe os objetivos da pesquisa. Após isso, foi-me dada autorização para participar dos planejamentos da equipe, dos encontros do SCFV e das demais atividades do CRAS. Essa inserção irá ajudar-me a qualificar minha metodologia.

O CRAS Rural não tem um grupo de PAIF configurado, isso influencia negativamente meu critério de inclusão de usuários para o Grupo Focal, destarte, terei que pensar em outro critério de inclusão mais adiante. A equipe chama de PAIF um grupo que acontece mensalmente, com usuários que recebem o Benefício Eventual 'cesta básica' de 3 a 6 meses. Posteriormente, poderei participar da próxima reunião. Esse grupo é o único que acontece no prédio do CRAS. Os grupos de SCFV para idosos e adolescentes funcionam de segunda à quinta, nas localidades da zona rural de Pentecoste: Serrota, Providência e Vila de Maracajá. O grupo de idosos acontece na Serrota às segundas e às quintas-feiras. Quando eu estava indo embora chegou uma senhora pedindo informações sobre o BE kit bebê para uma amiga que está gestante; também chegou um senhor solicitando o BE cesta básica.

Por fim, combinamos que, a partir da semana do dia 22 de Fevereiro de 2016, eu participaria das atividades do CRAS de modo a dar início à observação participante.

Observações do discurso da equipe: A equipe tem dificuldades de acesso às comunidades mais distantes por falta de transporte ou pela localização distante da comunidade; os usuários do CRAS Rural têm dificuldade de acessar o serviço por conta da localização na Sede do município; valor do transporte que sai caro para um morador da zona rural se deslocar até a sede do município. Essas informações foram percebidas na aplicação da pesquisa 'Implicações da Pobreza' feita pelo NUCOM.

Ao perguntar sobre o Grupo de PAIF, a técnica me informou que a equipe tentou criar um grupo de mulheres na Providência, nas quartas-feiras à tarde, no entanto, as mulheres não compareceram pelos seguintes motivos: a maioria é moradora de localidades ao redor da Providência e, essas precisam do transporte escolar para comparecerem às reuniões do grupo; e a indagação, por parte das mulheres, sobre o que elas ganhariam em participar do grupo. A técnica explicou que a equipe se mobilizou para a promoção de oficinas às mulheres, mas, antes da efetivação das oficinas, as mulheres deixaram de frequentar o grupo.

Isso me faz lembrar meu trabalho no CRAS e a dificuldade de quebrar alguns hábitos assistencialistas tão enraizados pela população; algumas atividades do CRAS deveriam ter distribuição de brindes, caso contrário, teríamos uma participação irrisória. Outra dificuldade apontada pela equipe, em especial a técnica Flor* foi o desconhecimento acerca do CRAS enquanto política social. Ela exemplificou uma reunião feita com agentes de saúde da zona rural, na qual esses não conheciam o CRAS e não sabiam quais serviços eram ofertados. Ela colocou a importância de potencializar a publicidade do CRAS, sobre o que é e que tipo de serviços são prestados. Das técnicas, apenas uma é concursada, Flor*, as demais são contratadas. O município realizou um concurso público e, os aprovados estão em fase de convocação. Acerca desse tema será que o contrato gera um compromisso menor ou maior com o serviço? Compromisso no sentido ético-político. A equipe trabalha em regime de 40 horas, exceto as assistentes sociais que, por Lei, trabalham 30h. Há também uma auxiliar de serviços gerais e uma recepcionista. Às sextas-feiras acontece o planejamento dos orientadores sociais e técnicos dos CRAS urbano e rural em conjunto.

Ao fim da observação e primeiro contato, voltei para Fortaleza às 16 horas.

APÊNDICE C – Roteiro da entrevista semiestruturada para usuárias

1. Endereço:
2. Idade:
3. Há quanto tempo você mora na comunidade?
4. Você está estudando? Se sim, qual curso?
5. Estado civil:
 - a. solteira
 - b. casada ou mora com companheiro
 - c. Separada ou divorciada
 - d. Viúva
6. Você tem filhos? Quantos?
7. Qual sua formação?
 - a. Ens. Fundamental
 - b. Ens. Médio
 - c. Ens. Superior
8. Atualmente, você está exercendo algum trabalho remunerado?
 - a. Não
 - b. Faço bico
 - c. Trabalho com carteira
 - d. Trabalho sem carteira
9. Você recebe benefício socioassistencial?
 - a. Não
 - b. Bolsa Família
 - c. BPC Idoso ou Deficiente
 - d. Programa do Leite
10. Quanto sua família ganha por mês?
11. Para você, como é morar aqui na comunidade?
12. Na sua opinião, o que é pobreza?
13. Você se considera pobre?
14. Na sua opinião, para que serve o CRAS?
15. O que você acha do CRAS ficar na rua (sede) e não aqui na comunidade?
16. Como você se sente com atendimento que recebe da equipe do CRAS?

APÊNDICE D – Roteiro da entrevista semiestruturada para trabalhadoras

1. Idade
2. Mora no município?
3. Cargo que ocupa.
4. Você está estudando? Se sim, qual curso?
5. Vínculo empregatício.
6. Tempo de trabalho no CRAS.
7. Para você, o que é a zona rural?
8. Por que existe um CRAS rural em Pentecoste?
9. Quais as características dos usuários do CRAS rural?
10. O que é pobreza?
11. Como a pobreza pode ser enfrentada?
12. Como é sua relação com os usuários do CRAS rural?
13. Como você se sente trabalhando em um CRAS rural?

APÊNDICE E – Roteiro do Grupo Focal com usuárias

1. Vocês podem falar um pouco sobre a comunidade? Como é morar aqui?
2. Na opinião de vocês, quais as potencialidades e dificuldades da comunidade?
3. Gostaria que vocês falassem um pouco sobre o CRAS rural. Para que serve o CRAS?
4. O que vocês esperam dos serviços, grupos e atividades do CRAS? O que gostariam que acontecesse? O que mudariam?
5. Ultimamente, fala-se muito em pobreza. Quando vocês pensam na pobreza, o que vocês sentem? O que vocês acham que é pobreza?
6. Como vocês acham que o CRAS pode contribuir para enfrentar a pobreza? Como isso pode ser feito?
7. Quando estão com problemas o que vocês fazem? Onde procuram ajuda/apoio?
8. O que vocês esperam daqui a 10 anos? Como gostariam de estar?

APÊNDICE F – Roteiro do Grupo Focal com trabalhadoras

1. Gostaria que vocês falassem um pouco sobre o CRAS rural. Como é o trabalho aqui (sede) e nos Serviços (comunidades)?
2. Vocês podem falar um pouco sobre o trabalho na zona rural? Como é trabalhar na zona rural?
3. Gostaria que falassem sobre os usuários do CRAS. Quem são? O que vocês pensam sobre eles?
4. Na opinião de vocês, por quais motivos os usuários do CRAS retornam para solicitar benefícios? O que acham disso?
5. Ultimamente, fala-se muito em pobreza, o que vocês acham que é pobreza?
6. Por que existe pobreza?
7. Como acham que a pobreza pode ser enfrentada?
8. Na opinião de vocês, a pobreza influencia o acompanhamento de usuários? Em que sentido?
9. Gostaria que conversássemos sobre o seguinte exemplo.
 - a. O grupo de mulheres foi iniciado, no primeiro encontro, as participantes perguntaram o que aconteceria no grupo, quais as atividades, cursos e palestras. Juntamente com a equipe, as mulheres planejaram os encontros, os temas a serem discutidos e o funcionamento do grupo, porém, nos encontros seguintes, poucas vieram.